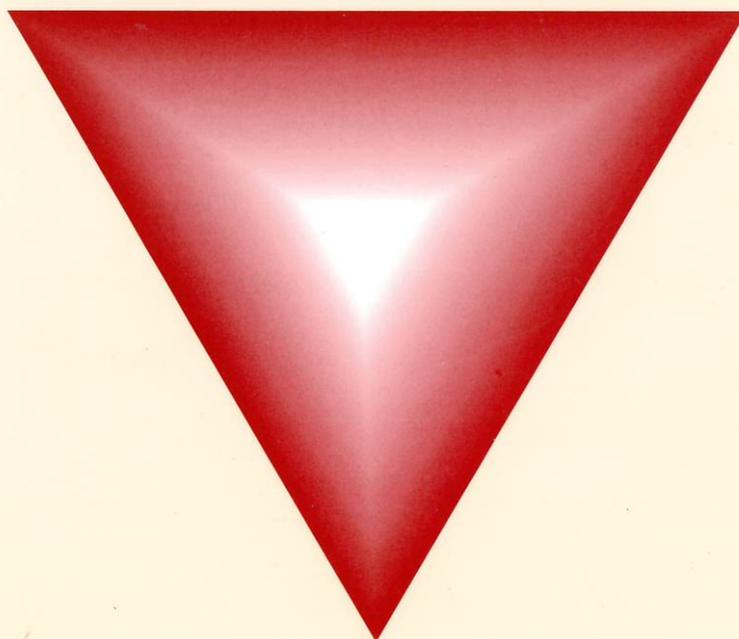


Volume 17 - Número 2 - 2005
Maio / Agosto

ISSN 0103-3786

TransInformação



Fundada em 1989

Editor / Editor

Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

Editora Adjunta / Assistant Editor

Profa. Maria Cristina Matoso

Editor Associado / Associate Editor

Prof. Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

Comitê Editorial / Editorial Committee

Profa. Dra. Angela Mendonça Engelbrecht

Prof. Dr. Bruno Fuser

Profa. Dra. Else Benetti Marques Válio

Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos

Prof. Dr. José Oscar Fontanini de Carvalho

Profa. Dra. Maria de Fátima G. Moreira Tállamo

Profa. Marisa Marques Zanatta

Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi

Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi

Conselho Editorial / Editorial Board

Prof. Dr. Aldo de Albuquerque Barreto (Brasil)

Prof. Dr. Antonio García Gutiérrez (Espanha)

Prof. Dr. Eduardo Wense Dias (Brasil)

Profa. Dra. Johanna W. Smit (Brasil)

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Brasil)

Prof. Dr. Juan Carlos Molina (Espanha)

Prof. Dr. Pierre Fayard (França)

Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet (Brasil)

Prof. Dr. Yves-François Le Coadic (França)

Equipe Técnica / Technical Group**Normalização / Normalization**

Antonio Francisco Maia de Oliveira

Célia Maria Ribeiro

Elaine Formentini Caldas

Lívia Aparecida Ferreira Lenzi

Oscar Eliel

Regiane Alcântara Eliel

Rubenildo Oliveira da Costa

Revisão dos idiomas Português, Inglês e Espanhol / Revision of the Portuguese, English and Spanish languages

Magda Maria Renoldi Tocalino

Apoio Administrativo / Administrative Support

André Gustavo Tomaz dos Santos

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for concepts emitted in signed articles.

Transinformação fundada em 1989. É publicada quadrimestralmente e é de responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Publica trabalhos da área da Ciência da Informação realizados na Universidade, bem como de colaboradores externos.

Transinformação founded in 1989. It is published every four months and it is of responsibility of the Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. It publishes works carried out in the University in the field of Information Science, as well as external contributors works.

COLABORAÇÕES / CONTRIBUTIONS

Os manuscritos (um original e duas cópias) devem ser encaminhados à Secretaria da Revista conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts (the original and two copies) should be sent to the Transinformação Office and should comply with the "Instructions for Authors", published in the end of each issue.

ASSINATURAS / SUBSCRIPTIONS

Pedidos de assinatura (Anual: R\$40,00) ou permuta devem ser encaminhados a Secretaria.

Subscription (Annual: US\$40.00) or exchange orders should be addressed to the Secretaria.

CORRESPONDÊNCIA / CORRESPONDENCE

Toda a correspondência deve ser enviada à Transinformação no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Transinformação at the address below:

Rua Marechal Deodoro, 1099 – Centro – 13020-904

Campinas – SP – Brasil

Fone: 55 (19) 3735-5812

E-mail: transinformacao@puc-campinas.edu.br

INDEXAÇÃO / INDEXING

A Revista Transinformação é indexada na Bases de Dados: Latindex, CLASE.

The journal Transinformação is indexed in following Databases: Latindex, CLASE.

Copyright © Transinformação

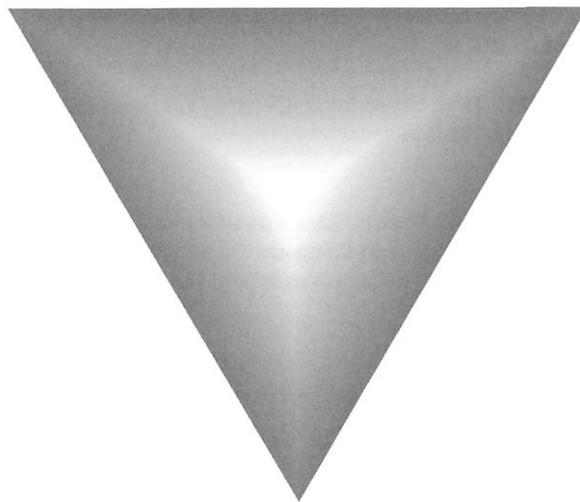
É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total reproduction depends on the authorization of the Transinformação



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

TransInformação



ISSN 0103-3786

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação – SBI – PUC-Campinas

Transinformação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. – Campinas, SP, v.1, n.1 (jan./abr. 1989-)

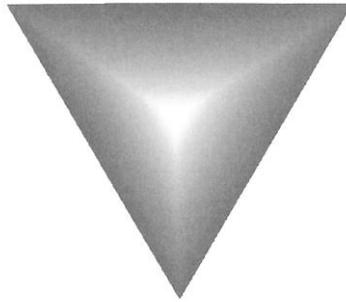
v.17 n.2 maio/ago. 2005

Quadrimestral 1989-1999; Semestral 2000-2002; Quadrimestral 2003-
Resumo em Português e Inglês.
ISSN 0103-3786

1. Biblioteconomia – Periódicos. 2. Ciência da Informação – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

CDD 020

TransInformação



Editorial / Editorial

- 99** Reflexões e conceitos na produção do conhecimento
Raimundo Nonato Macedo dos Santos, Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

Artigos Originais / Original Articles

- 101** Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade
Approaches to epistemology: Bachelard, Morin and the epistemology of complexity
Marivalde Moacir Francelin
- 111** Informação e conhecimento na era digital
Information and knowledge in the digital age
Angela Maria Barreto
- 123** Profissional da informação: um conceito em construção
The information professional: a concept under construction
Mônica de Fátima Loureiro, Paulo de Martino Jannuzzi
- 153** Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar
Scientific production on subject treatment of information in Library Schools' programs of Mercosul: a preliminary analysis
Jane Coelho Danuello, José Augusto Chaves Guimarães
- 169** Produção científica dos docentes da Universidade Federal da Bahia da área de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1995-1999
Analysis of the professors' scientific production in the field of Philosophy and Humanities at the Federal University of Bahia (Brazil), during 1995-1999
Raymundo das Neves Machado, Rodrigo França Meirelles

- 181** Pesquisa em inteligência competitiva organizacional: utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados – Parte I
Research in organizational competitive: intelligence using content analysis for the data collection and analysis – Part I
Marta Lígia Pomim Valentim, Adriana Rosecler Alcará, Brígida Maria Nogueira Cervantes, Elizabeth Leão de Carvalho, Heliéte Dominguez Garcia, José Carlos Dalmas, Leticia Gorri Molina, Livia Aparecida Ferreira Lenzi, Maria Elisabete Catarino, Maria Inês Tomaél
- 199** Instruções aos Autores

Reflexões e conceitos na produção do conhecimento

Abordagens epistemológicas e conceitos que circundam a Ciência da Informação são os primeiros artigos deste periódico. A produção científica, com diferentes métodos de coleta de dados, integram a TransInformação. Tais ensaios demonstram, mais uma vez, a qualidade das contribuições e a importância da revista, como meio de divulgação, no campo da Ciência da Informação.

Marivalde Moacir Francelin apresenta uma revisão das distintas concepções de epistemologia, partindo da epistemologia enquanto palavra, através do artigo “Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade”, procurando reconstituir um itinerário móvel e flexível da epistemologia até sua relação com a complexidade a partir de Gaston Bachelard e Edgar Morin.

A reflexão sobre a relação sujeito/informação/conhecimento a partir das mudanças que impuseram à sociedade uma nova configuração, alterando, inclusive, as formas de acesso às informações e de produção de conhecimentos, é a discussão da professora Angela Maria Barreto, em “Informação e conhecimento na era digital”. Alguns elementos, como o tempo, o espaço e a memória social serão enfatizados no artigo. Observa-se, ao final, que a integração das mentes nas redes computacionais ainda não existe num tempo suficiente para que seus efeitos sobre a cultura possam ser devidamente dimensionados.

O “Profissional da informação: um conceito em construção”, de autoria de Mônica de Fátima Loureiro e Paulo de Martino Jannuzzi, se preocupou em estudar o histórico das profissões ligadas ao tratamento da informação, com ênfase ao bibliotecário. Aborda ainda a relação entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação e Museologia, concluindo não existir consenso em relação a um conceito que defina quem é o Profissional da Informação.

Jane Coelho Danuello e José Augusto Chaves Guimarães abordam em “Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar” sobre o ensino de Tratamento Temático da Informação (TTI), ocorridas desde 1996, nos encontros anuais do grupo de escolas de Biblioteconomia do Mercosul, motivaram, em uma primeira fase, a análise dos conteúdos básicos das disciplinas da área e da bibliografia utilizada nessas disciplinas, constatando-se haver grande diversidade de linhas teóricas entre os docentes da área.

Já Raymundo das Neves Machado e Rodrigo França Meirelles contribuem com o ensaio “Produção científica dos docentes da Universidade Federal da Bahia da área de filosofia e ciências humanas no período de 1995-1999”, que teve como objetivo conhecer e identificar os principais produtores de conhecimentos na área de Filosofia e Ciências Humanas daquela entidade, bem como os veículos utilizados para a transferência do conhecimento gerado. Para a coleta dos dados

foi utilizado o Catálogo de Produção Científica, Literária e Artística, 1994-1996, complementado pelo Sistema de Informação sobre a Produção Docente.

Os pesquisadores do projeto de pesquisa “Inteligência Competitiva em Organizações Privadas da Região Metropolitana de Londrina” e do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional” da Universidade Estadual de Londrina apresentam a pesquisa “Pesquisa em Inteligência Competitiva Organizacional utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados – Parte I”. Duas técnicas de análise de conteúdo foram utilizadas: a análise léxica e a análise categorial. Na primeira cujo enfoque é quantitativo, o objetivo foi o de levantar e quantificar termos tais como: substantivos, adjetivos e verbos relacionados ao processo de inteligência competitiva organizacional. Na análise categorial, cujo enfoque é qualitativo, procurou-se investigar os temas relacionados à inteligência competitiva organizacional, encontrados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Assim, como se constata, o presente fascículo agrega um conjunto significativo de reflexões de pesquisadores e docentes do campo da Ciência da informação, vinculados a diferentes instituições de ensino ou pesquisa do país, contribuições significativas para o desenvolvimento da ciência.

Raimundo Nonato Macedo dos Santos
Editor

Rogério Eduardo Rodrigues Bazi
Editor Associado



Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade¹

Approaches to epistemology: Bachelard, Morin and the epistemology of complexity

Marivalde Moacir FRANCELIN²

RESUMO

Apresenta uma revisão das distintas concepções de epistemologia, partindo da epistemologia enquanto palavra. Em seguida, aborda sua estrutura enquanto campo de investigação e disciplina do conhecimento, chegando ao seu desdobramento em epistemologias. Argumenta que a epistemologia da complexidade comporta, e é comportada, por essas epistemologias. Procura reconstituir um itinerário móvel e flexível da epistemologia até sua relação com a complexidade a partir de Gaston Bachelard e Edgar Morin.

Palavras-chave: epistemologia, epistemologia da complexidade, Gaston Bachelard, Edgar Morin, perspectivismo.

ABSTRACT

This article presents a review of the distinct conceptions of epistemology, departing from the concept of epistemology as a word. It approaches the structure of epistemology, taken as both, a research field and the discipline of knowledge, and considers its developments into plural epistemologies. Furthermore, the author argues that the epistemology of complexity circumscribes, and is itself

¹ Texto elaborado a partir de uma das seções da dissertação de mestrado defendida pelo autor em 2004.

² Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente, Curso Ciência da Informação com Habilitação em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Rua Marechal Deodoro, 1099, Centro, 13020-904, Campinas, SP, Brasil. E-mail: <mfrancelin@yahoo.com.br>.

Recebido em 22/2/2005 e aceito para publicação em 19/5/2005.

circumscribed, by such epistemologies. In short, the article aims to establish a mobile and flexible itinerary regarding epistemology, up to its relationship with the complexity, as posed by the works of Gaston Bachelard and Edgar Morin.

Key words: *epistemology, epistemology of complexity, Gaston Bachelard, Edgar Morin, perspectivism.*

INTRODUÇÃO

Discutir o que venha a ser ou se tornar epistemologia está longe de qualquer tipo de facilidade aparente. Suas ramificações e conceitos, além de uma etimologia que remonta aos gregos, parecem imprimir maior grau de dificuldade no trato com o tema. Porém, pode ser essa mesma dificuldade um dos principais incentivos para se tentar revigorar a discussão em torno da epistemologia. Diante de uma vertente clássica e, aparentemente, ultrapassada, surgem distinções em seus aspectos conceituais, teóricos e metodológicos, possibilitando o desenvolvimento de epistemologias.

Portanto, as reflexões a seguir não procuram eleger a *melhor* epistemologia, mas proporcionar subsídios para novas discussões em torno do caráter complexo das epistemologias que, na contemporaneidade, revigoram-se sob a égide de um *espírito* científico transformado e em transformação. Inicialmente, procurou-se abordar a epistemologia como *epistemologia* e não como *episteme*, ou seja, a epistemologia em seu sentido científico e disciplinar. Isto implica uma breve menção às suas origens e etimologia e uma discussão sobre sua emergência, características e objetivos, sem a pretensão de se esgotar o assunto e, muito menos, de se tomar como conclusão uma epistemologia *melhor*. Objetiva-se sim, discutir *uma* epistemologia que possa dar respostas e que, mesmo não as dando, possa contemplar *uma* ciência em expansão interdisciplinar e metodológica. A discussão, já bem avançada, da interdisciplinaridade nas disciplinas científicas contemporâneas, acaba por apontar para uma outra discussão, a discussão episte-

mológica. Pode-se dizer que a própria epistemologia, enquanto disciplina, comporta, ao longo de seu desenvolvimento um caráter interdisciplinar direcionando-se para a complexidade. Como termo, a epistemologia parece ser muito utilizada no cotidiano científico, mas, como disciplina ou como uma metodologia de análise, necessita de maiores estudos. Por isso e pelo seu conceito inexato procura-se recorrer, com certa constância, aos estudiosos e pesquisadores deste campo. Talvez não seja possível traçar um "itinerário" sobre a epistemologia sem sobrecarregá-lo de citações, procurando evidenciar que este "itinerário" não seguiu uma rota pré-estabelecida e única, mas conturbada, ruidosa e, por vezes, sutil. Esse é o panorama do segundo item de discussão deste texto *Abordagens em epistemologia*.

O item três, *Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade*, procura identificar, a partir da própria proposta de Edgar Morin, as estruturas constitutivas da epistemologia da complexidade, partindo de Gaston Bachelard. Neste caso, discute-se um novo conceito de epistemologia complexa, que não parece ser tão novo assim, ou seja, o foco é sobre a discussão de um campo de estudo e de uma atuação metodológica já constituídos e, aparentemente, presente em boa parte das disciplinas científicas contemporâneas. Assim, entende-se que o item dois, *Abordagens em epistemologia*, além de panorâmico e reflexivo (nos dois sentidos do termo), é perspectivista (não no sentido filosófico, mas no sentido de lançar bases) em relação ao item três, *Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade*, por seu fundamento distintivo e variado. O processo de *criar* nunca foi visto com tanta complexidade,

e por isso, o item quatro *Considerações finais*, apenas considera a possibilidade da epistemologia da complexidade fazer parte desse processo, o que parece ter sido um dos principais objetivos da epistemologia desde o seu surgimento.

Abordagens em epistemologia

Muitos questionamentos existem em torno do termo epistemologia. Esses questionamentos vão desde seus domínios, enquanto disciplina científica (BLANCHÉ, 1983; JAPIASSU, 1986), até seu aparecimento e etimologia (CARRILHO; SÀÁGUA, 1991).

Blanché diz que a epistemologia significa teoria da ciência e não se trata de uma palavra muito antiga. Surge nos dicionários “franceses” por volta de 1906 (BLANCHÉ, 1983, p.9). No entanto, o autor diz que no século XIX já havia obras tratando do tema, inclusive com a palavra epistemologia presente no título (BLANCHÉ, 1983, p.11). Para Japiassu, etimologicamente, epistemologia significa “discurso (*logos*) sobre a ciência (*episteme*)” e surge no século XIX (JAPIASSU, 1986, p.24). Não obstante, Carrilho e Sàágua remetem o aparecimento da palavra epistemologia, “em língua francesa”, ao ano de 1901. Dizem que a “[...] epistemologia, entendida como filosofia da ciência, surge no século XIX [...]” e creditam o seu aparecimento ao desenvolvimento científico, procurando “[...] explicitar o segredo do seu progresso e legislar sobre o seu valor e objetivos [...]” (CARRILHO; SÀÁGUA, 1991, p.12).

A palavra epistemologia começou a figurar no vocabulário filosófico³ a partir do século XIX. Para Santos, a reflexão epistemológica “moderna” origina-se, enquanto filosofia, no “[...] século XVII e atinge um dos seus pontos altos em fins do século XIX, ou seja, no período que acom-

panha a emergência e a consolidação da sociedade industrial e assiste ao desenvolvimento espetacular da ciência e da técnica.” (SANTOS, 2000, p.17). Para outros, como Bunge (1980), o campo epistemológico emergiu, para o pensamento contemporâneo, a partir de meados do século XX. Com o próprio desenvolvimento científico e tecnológico surgem estudiosos que, preocupados com esse processo, começam a formular uma teoria epistemológica e a “resgatar” pensadores que já haviam tratado do tema em períodos anteriores.

Para Bunge, a epistemologia, ou “filosofia da ciência”, “[...] é o ramo da Filosofia que estuda a investigação científica e seu produto, o conhecimento científico.” Considera a epistemologia como importante componente (“ramo”) da Filosofia (“árvore”) que começa a se destacar nas primeiras décadas do século XX (BUNGE, 1980, p.5). Talvez, em função dessa importância, seja tão difícil conceituá-la, pois, “[...] da epistemologia sabemos muito sobre aquilo que ela não é, e pouco sobre aquilo que é ou se torna [...]”, justamente por causa de sua recente emergência enquanto disciplina (JAPIASSU, 1986, p.23). Tal dificuldade também é expressa nas obras de Blanché (1983) e Carrilho e Sàágua; estes últimos referem-se ao termo epistemologia como “nebuloso” (CARRILHO; SÀÁGUA, 1991, p.7).

Assim, a epistemologia pode ser tomada como uma “[...] disciplina, ou tema, ou perspectiva de reflexão cujo estatuto é duvidoso, quer em função do seu objeto, quer em função do seu lugar específico nos saberes.” (SANTOS, 2000, p.20). Parece também seguir esta premissa, Japiassu, quando diz que definir epistemologia não é uma tarefa fácil, devido à condição “flutuante” de seus domínios investigativos, não existindo “[...] sequer um acordo quanto à natureza dos problemas que ela deve abordar [...]”, além de seu campo de pesquisa ser “[...] imenso, supondo grande intimidade com as

³ Para uma discussão sobre “filosofia-enquanto-epistemologia” ver Rorty (1994, p.144 et seq.).

ciências, cujo princípio e resultados ela deveria estar em condições de criticar. Donde a variedade de conceitos em epistemologia.” (JAPIASSU, 1986, p.23).

Dessa maneira, a epistemologia preocupa-se com as histórias da ciência e da “inteligência”, com a “arqueologia” e as “[...] relações da ciência com a sociedade que a produz, interferindo tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações.” (JAPIASSU, 1986, p.11). Ainda, a epistemologia é a reflexão, o estudo de propósito crítico sobre uma ciência constituída ou, segundo Japiassu (1981), em processo de constituição. Um estudo epistemológico pode visar à discussão de determinados princípios estruturais de uma respectiva disciplina científica. Pode-se dizer que serve para reorganizar ou reencaminhar determinada disciplina ao trajeto científico, ou seja, tenta “delimitar” o campo de estudo dessa disciplina. Por este motivo, a palavra epistemologia é encontrada em dicionários de filosofia como análoga à teoria do conhecimento e gnosiologia (ABBAGNANO, 1982). Pode-se também encontrá-la como a teoria do conhecimento científico. Mora (1994) diz que, por algum tempo, na “língua espanhola”, usava-se gnosiologia (teoria do conhecimento) ao invés de epistemologia. A gnosiologia logo passou a significar teoria do conhecimento em seu sentido mais abrangente. À epistemologia coube o estudo do conhecimento científico. Porém, com a influência da filosofia “anglo-saxônica”, a epistemologia é cada vez mais usada em “quase todos os casos” e não apenas no campo científico.

Para Japiassu (1986) a epistemologia deve ser entendida como uma disciplina que não se interessa tanto pelos aspectos metodológicos, “os resultados ou a linguagem ‘da’ ciência, ou da ‘razão’ nas ciências”. Isto não significa que a epistemologia ignore tais questões, apenas não parecem ser prioritárias em suas investigações. O estudo epistemológico está relacionado a uma “reflexão crítica”

que permite a descoberta e a análise de “[...] *problemas* tais como eles se colocam ou se omitem, se resolvem ou desaparecem, na prática efetiva dos cientistas”. Portanto, o objeto a ser estudado é a *práxis* científica e não o seu produto, ou seja, a epistemologia à qual se refere Japiassu (1981) tem como função refletir não sobre a “ciência feita, acabada, verdadeira”, mas, sobre o processo de desenvolvimento científico (JAPIASSU, 1981, p.96).

Ainda, segundo Japiassu, há uma “flexibilidade” no emprego do conceito epistemologia. Esta flexibilidade depende de vários fatores. Ideologias, filosofias, costumes, culturas, vão determinar se o conceito de epistemologia será de “natureza” filosófica, estando assim, próximo a uma “teoria geral do conhecimento”, ou de natureza mais restrita, levantando questões acerca da “gênese e estrutura das ciências”. Também podem fazer parte do conceito de epistemologia a “análise lógica da linguagem científica” e o “exame das condições reais de produção dos conhecimentos científicos”. Nenhum dos conceitos que possam ser utilizados terão, como princípio, uma imposição dogmática. A dispersão do conceito de epistemologia afasta de vista lingüístico, sociológico, ideológico, etc.” Japiassu considera a epistemologia uma ciência interdisciplinar. Portanto, “[...] cabe à epistemologia perguntar-se pelas relações existentes entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as instituições científicas, entre as diversas ciências, etc.”. (JAPIASSU, 1986, p.38).

A epistemologia fundamenta-se nos conhecimentos que são produzidos e estão relacionados à ciência. É responsável pelo processo de discernimento entre o conhecimento científico já superado e aquele que se considera atual (JAPIASSU, 1986, p.32). Ou seja, parte dos estudos epistemológicos a iniciativa para a discussão dos paradigmas científicos. Entendida como “teoria do fundamento da ciência”, é responsável pela distinção entre objeto científico e objeto da “história das ciências”, além da

manutenção da consciência do real através dos “discursos críticos e progressivos” que se transformam em ciência. É ainda a epistemologia que “[...] faz com que o objeto da história das ciências seja um objeto *não dado*, mas um *objeto construído*, um objeto cujo inacabamento é essencial” (JAPIASSU, 1986, p.33). A epistemologia forma-se a partir da reflexão sobre os processos de construção científica de determinada disciplina; portanto, é através do estudo do estatuto científico de tal disciplina que se dá início ao estudo epistemológico.

Para Japiassu existem *classificações* entre as ciências. Essas classificações são “necessárias” epistemologicamente para tentar identificar relações e diferenças entre as disciplinas científicas. Tal classificação pode criar disparidades como forma de conferir superioridade a determinados grupos científicos sobre outros. “[...] podemos perceber, por detrás de toda classificação, a idéia de uma *hierarquia* e de uma valorização de certas ciências em detrimento das outras.” (JAPIASSU, 1981, p.101).

Nesse sentido, cita as disciplinas ligadas à *experimentação* e, especificamente, a Física. As Ciências Humanas não seriam reconhecidas no meio científico, pois, neste momento, as Ciências Naturais é que teriam o estatuto científico a seu favor, estando “[...] apoiadas numa valorização por demais excessiva dos *métodos* e dos *resultados* das chamadas *ciências naturais*.” (JAPIASSU, 1981, p.103). Entende-se que esta proposição não tira o caráter científico da área de Humanas, pois, a ciência “[...] é um processo histórico dependente, não do *ser*, mas do *dever*. E é exatamente por isso que não temos o direito de negar às Ciências Humanas sua existência e sua legitimidade.” (JAPIASSU, 1981, p.104). A epistemologia chega a apresentar, realmente, em determinados contextos, um caráter ambíguo, podendo ser considerada falsa e até como uma ilusão, porém, torna-se “[...] verdadeira na sua falsidade” e se

transfigura em uma “ilusão necessária” (SANTOS, 2000, p.27).

A epistemologia, por estar relacionada às disciplinas científicas, não pode ter uma definição ou conceito que a enquadre em um campo específico do conhecimento ou que a vincule a uma única disciplina, pois uma de suas principais características enquanto disciplina científica, segundo Japiassu (1986), é a interdisciplinaridade. Para Blanché, a epistemologia não depende do que é “verdadeiro ou falso”, mas, de um estado de “conveniência”. Ao se chegar a este “estado”, tem-se o “domínio” epistemológico delimitado, porém, “[...] as fronteiras traçadas permanecerão móveis, porque os problemas da epistemologia abrangem muitas vezes domínios situados para lá dessas fronteiras.” (BLANCHÉ, 1983, p.17).

Japiassu (1986) não restringe o campo de atuação epistemológica à filosofia ou à sociologia da ciência, pelo contrário, aborda esse campo de atuação da maneira mais abrangente possível, considerando, entre outras características, leis, costumes, ideologias, filosofias, aspectos lingüísticos e pragmáticos, além de influências históricas e políticas. Cabe, pois, considerar a epistemologia como uma epistemologia complexa.

O pensamento epistemológico é polêmico. Existem tipos de epistemologias. Elas não se diferenciam apenas pelo objeto que estudam, mas por vários fatores. O modo de abordagem, o contexto do objeto e do observador e as especificidades do objeto acrescidas da interpretação do observador, são os principais aspectos que podem condicionar as diferentes abordagens epistemológicas. A não diferenciação do objeto não significa que o desenvolvimento científico deve ser visto como estacionário.

A constante movimentação do “universo” científico é compreendida como um conjunto de eventos em múltiplas relações. Às epistemologias cabe a consciência desse conjunto de eventos científicos, ao mesmo tempo único e

múltiplo.. Partindo-se dessa concepção, as abordagens são transformadas de acordo com os contextos relacionais e com a parcialidade observacional (ideologias, filosofias e culturas). Dessa maneira, surge o que se conhece como a epistemologia genética de Jean Piaget, a epistemologia histórica de Gaston Bachelard, a epistemologia “racionalista crítica” de Karl Popper e a epistemologia “arqueológica” de Michel Foucault (JAPIASSU, 1986).

Finalmente, é necessário interrogar-se sobre o conhecimento, sobre o saber, sobre a ciência, sobre o pensamento, de forma geral e específica ao mesmo tempo. Essas interrogações podem ser interpretadas de várias maneiras, dependendo de onde, de como e por quem estão sendo observadas. Podem tanto estar sendo observadas desde a perspectiva do observador, como desde o interior de uma disciplina, como até desde ambas ou nenhuma dessas perspectivas, ou ainda, como se verá na epistemologia da complexidade, desde a perspectiva de todos e desde nenhuma ao mesmo tempo.

Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade

A epistemologia da complexidade tem suas raízes, segundo Edgar Morin, no pensamento epistemológico de Gaston Bachelard. “[...] houve um filósofo que falou da complexidade e, na minha opinião, muito profundamente: foi Gaston Bachelard em *O Novo Espírito Científico*.” (MORIN, 1996, p.13).

A complexidade essencial da filosofia científica, é o título da introdução de *O Novo Espírito Científico*. Em alguns trechos dessa obra, o autor deixa claro a sua idéia de filosofia da ciência: “[...] não há nem realismo nem racionalismo absolutos [...]”, nem preceitos filosóficos universais e únicos (BACHELARD, 1978, p.91). Dessa maneira, o que propõe Bachelard é um estudo sobre o (espírito)

pensamento científico contemporâneo que, distanciando-se do “agnosticismo positivista” e do “realismo filosófico tradicional”, aproxime-se “[...] dum realismo de segunda posição, dum realismo em reação contra a realidade habitual, de razão experimentada.” E prossegue: “[...] o real que lhe corresponde não é relegado ao domínio da coisa em si incognoscível.” (BACHELARD, 1978, p.93). Essa realidade cognoscível é formada e desenvolve-se a partir e através das relações de complexidade. Tais relações se estendem há séculos, como o “diálogo entre o Mundo e o Espírito” e não se pode mais ignorá-las ou caracterizá-las como “experiências mudas”. A abordagem das relações entre a realidade e a racionalidade, entre o “Mundo e o Espírito” conduz, inevitavelmente, a pensar a complexidade que envolve essas relações.

Isso se verifica através do próprio pensar a “ação científica”, em que “[...] percebe-se que o realismo e o racionalismo permutam sem fim seus pareceres.” (BACHELARD, 1978, p.95). Não se prevê um fim. A idéia de finitude associa-se à imobilidade. A complexidade apenas existe porque os sistemas que a compõem nunca param, estão em constante movimentação, interna e externa, em processos de relações e inter-relações. “Assim, parece-nos que se devem introduzir na filosofia científica contemporânea princípios epistemológicos verdadeiramente novos.” (BACHELARD, 1978, p.98).

Há a necessidade de uma epistemologia que se disponha a estudar a “[...] síntese mais ou menos móvel da razão e da experiência mesmo que esta síntese se apresente filosoficamente como um problema desesperado.” (BACHELARD, 1978, p.98). Assim como a noção de simplificação torna-se insuficiente e inconsistente em sua redução, a relação entre extremos é quase obrigatória, pois, “[...] o pensamento científico contemporâneo permanentemente opera entre o *a priori* e o *a posteriori* [...]” Esses eventos movimentam-se e alternam-

-se constantemente e “[...] estão ligados, no pensamento científico, por um estranho laço, tão forte como o que une o prazer à dor.” (BACHELARD, 1991, p.9). O que autor quer dizer com o *a priori* e o *a posteriori* são as maneiras como os cientistas e os filósofos se utilizam do, ou concebem o, pensamento científico: os primeiros, reduzindo a filosofia das ciências aos fatos; os segundos, descartando a possibilidade de a filosofia da ciência relacionar-se aos fatos. Portanto, a idéia do *a priori* e do *a posteriori* aproxima-se das noções de determinismo e indeterminismo propostas por Bachelard (1978).

Para Bachelard, “[...] todas as revoluções frutuosas do pensamento científico são crises que obrigam a uma reclassificação profunda do realismo.” Porém, essas crises “frutuosas” não são produzidas (provocadas) pelo pensamento realista; o “[...] impulso revolucionário vem de outra parte; nasce no reino do abstrato.” (BACHELARD, 1978, p.157).

Independência e relação, determinismo e indeterminismo, *a priori* e *a posteriori* em suas relações e inter-relações, infinito e indefinição, e o princípio da incerteza, são alguns dos pontos observados por Bachelard no pensamento científico, os quais fazem dele, segundo Edgar Morin, um dos filósofos da ciência que “falou” da complexidade com maior profundidade. Por outro lado, pode-se dizer que foi através de Edgar Morin que o pensamento complexo se desenvolveu.

Morin (1996) chama a atenção para a seguinte questão: o complexo não é o mesmo que o complicado. Portanto, a epistemologia da complexidade não pode ser entendida como uma epistemologia da complicação, uma epistemologia da dificuldade.

A complexidade moriniana não traz em si complicadores, pelo contrário, traz a possibilidade de pensar o ser em si, sua relação com o mundo, as relações do mundo com o mundo e do ser com o ser. Nesse caso, a epistemologia proposta por Morin é uma epistemologia aberta, sem um princípio rígido norteador. Esta, parte

dos eventos do conhecimento, para estudar o próprio conhecimento: o conhecimento do conhecimento. É a partir do conhecimento do conhecimento que se constitui a epistemologia da complexidade, um conhecimento que pensa e conhece os limites do próprio conhecimento. Para Morin (1997), o conhecimento não reflete o “mundo objetivo”, mas o traduz e o constrói, dado que a produção, a reprodução e o desenvolvimento do conhecimento fazem parte de um constante construir-desconstruir-construir no universo do próprio conhecimento. Não há imparcialidade e, muito menos, neutralidade nesse processo. A construção, a desconstrução, a reprodução e o desenvolvimento do conhecimento estão “impregnados” pelo conhecimento do observador que os concebe. “Não há conhecimento sem autoconhecimento.” (MORIN, 1997, p.201).

A previsão de ruptura está implícita no conhecimento. Acontece que os movimentos de ruptura se dão no mesmo instante em que ocorrem os movimentos de relação. A relação desses eventos se dá em função dos movimentos que relacionam e estão relacionados ao conhecimento. A liberdade de conhecer é o limite do conhecimento. Assim, o conhecimento se condiciona, se determina e se limita pelo não-condicionamento, pelo indeterminismo e pela condição ilimitada em sua gênese, que é justamente o seu limite. O ilimitado, o indeterminismo, o incondicionável e o infinito são o que Morin (1997) chama de as “fontes de incerteza”. São essas fontes de incerteza que, enquanto dão origem a uma epistemologia complexa, a partir dela se originam. É nas questões relativas às incertezas que permeiam o conhecimento em sua formação, desenvolvimento ou gênese, que se desenvolve a epistemologia da complexidade. A epistemologia da complexidade não se restringe aos limites do determinismo e do reducionismo que se processam por vias certas, mutiladoras e simplificadas. A proposta de Edgar Morin para

uma epistemologia complexa é que esta busque não apenas através do possível, mas do impossível, as relações mais profundas do conhecimento do conhecimento, mesmo que essas relações não possam ser conhecidas. O processo que permite conhecer o que é desconhecido em tais relações de conhecimento faz parte da epistemologia da complexidade.

A epistemologia da complexidade vê complementaridade nos antagonismos, ou seja, a relação e a complementação mútua de posições opostas ou contrárias, sendo ao mesmo tempo a disciplina que engloba e é englobada pelo objeto sem, necessariamente, isolar ou estar isolada. Nesse caso, a epistemologia complexa “[...] terá uma competência mais vasta que a epistemologia clássica, sem todavia dispor de fundamento, de lugar privilegiado, nem de poder unilateral de controle.” (MORIN, 1999, p.31). O autor reúne em sua epistemologia complexa as epistemologias bachelardiana e piagetiana. A epistemologia histórica e filosófica de Bachelard é chamada por Morin de “complexa” e a epistemologia genética de Piaget é tratada como “[...] a biologia do conhecimento, a articulação entre lógica e psicologia, o sujeito epistêmico.” (MORIN, 1999, p.31). Uma epistemologia desse tipo transcende a concepção apenas científica ou filosófica do conhecimento. Lança uma multiplicidade de abordagens epistemológicas que, além de “contemplar” os aspectos biológicos, sociais, culturais e psicológicos, os relaciona. Essa abordagem propõe a análise dos “instrumentos” de produção do conhecimento, ou seja, os instrumentos neurocerebrais.

A complexidade e a epistemologia que a representa são fundamentais para se estudar e pensar o pensamento, o conhecimento e o próprio desenvolvimento científico, seja através de uma filosofia, de uma sociologia ou de uma teoria científica, desde que não redutora e determinista. São características difíceis - quase impossíveis - de serem captadas ou incorporadas ao processo de desenvolvimento científico

em si, mas viáveis e necessárias ao pensamento que pensa esse processo.

Edgar Morin não traz idéias prontas, nem mesmo possui, como ele mesmo diz, um paradigma em seu “bolso”. Não se deve entender o pensamento complexo como uma via de mão única, sistêmica, totalizante e/ou suficiente em si mesma. A idéia de complexidade não é uma via de mão única, “[...] ela contém em si a impossibilidade de unificar, a impossibilidade de acabamento, uma parte de incerteza, uma parte de indecisibilidade e o reconhecimento do *tête-à-tête* final com o indizível.” (MORIN, 1996, p.98).

O pensamento complexo é uma grande contribuição dada, por Edgar Morin, ao próprio pensamento. Mesmo não sendo ele o precursor da complexidade, foi quem mais a desenvolveu. A maior parte de sua obra está baseada no pensamento complexo. Morin considera como um dos eventos fundamentais para a complexidade a própria informação. A informação é um dos eventos primeiros na constituição da vida e do cosmos (MORIN, 2002a), isto é, a informação está na origem da vida, em sua gênese, onde gera-se, regenera-se, auto-regenera-se e se auto-organiza. Passa, dessas relações de informações “genésicas” às relações da vida (MORIN, 2001), às relações do conhecimento (MORIN, 1999), às relações das idéias (MORIN, 1998) e às relações humanas (MORIN, 2002b). Todas essas relações são relações de complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os percursos e as discussões descritos neste texto tiveram como uma de suas principais funções tentar evidenciar *uma* epistemologia relacionada e distintiva (não separativa) como condição a *uma* epistemologia complexa. Isso pode parecer confuso e redundante diante de um olhar apressado. Por outro lado, a redundância aparente do discurso da complexidade traz, na *realidade*, um tom renovador. É a repetição que

não exclui, porém, renova. A epistemologia da complexidade confia, de certa maneira, no olhar do outro. Parte desse para constituir-se como metodologia. Isso significa comportar, em seus processos e procedimentos, *jogos de racionalidade* promovidos pela presença e pela ausência do ser enquanto ser consciente. Aspectos da mente ou *self* ou, especificamente, da própria cognição, parecem renovar as abordagens sobre a informação. Neste caso, os padrões metodológicos se repetem a partir de perspectivas distintas. O novo apenas é novo se partir do que é antigo.

A epistemologia da complexidade aparece em função dessas distinções de perspectivas, ou seja, o pensamento que pensa um objeto não subestima a capacidade de *re-criar* o próprio objeto. Não há soberania nesse processo, pois, não se pode identificar como e quando isso ocorre, visto a necessidade de uma consciência possível.

Portanto, uma proposta reiterada é uma proposta nova. A necessidade de respeitar os limites do conhecimento pressupõe também conhecer o que há além desses limites. Conhecer a partir do mesmo é uma das formas mais elevadas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 2.ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.
- BACHELARD, G. *A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BLANCHÉ, R. *A epistemologia*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- BUNGE, M. *Epistemologia: curso de atualização*. São Paulo: USP, 1980.
- CARRILHO, M.M.; SÀÁGUA, J. *Epistemologia: posições e críticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986.
- JAPIASSU, H. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- MORA, J.F. *Diccionario de filosofia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1994.
- MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2.ed. Portugal: Europa-América, 1996.
- MORIN, E. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MORIN, E. *O método 4: as idéias. Habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- MORIN, E. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MORIN, E. *O método 2: a vida da vida*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002a.
- MORIN, E. *O método 5: a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002b.
- RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SANTOS, B.S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.



Informação e conhecimento na era digital

Information and knowledge in the digital age

Angela Maria BARRETO¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a relação sujeito/informação/conhecimento a partir das mudanças que impuseram à sociedade uma nova configuração, alterando, inclusive, as formas de acesso às informações e de produção de conhecimentos. A discussão aponta para as mudanças atuais ocorridas em todas as esferas da cultura, porém salienta e articula a evolução dos processos comunicacionais e os mecanismos de reprodução do sistema capitalista. Alguns elementos, como o tempo, o espaço e a memória social serão enfatizados, pois além de estarem no cerne das mudanças sociais provocadas pelo aparecimento das tecnologias de informação e comunicação, também são essenciais para a produção de sentidos, requerida para o ato de conhecer. Ao final da discussão, observa-se que a integração das mentes nas redes computacionais ainda não existe num tempo suficiente para que seus efeitos sobre a cultura possam ser devidamente dimensionados. Reconhece-se, contudo, que as redes podem ajudar em certas fases da produção do conhecimento, em especial na da coleta dos dados, pois sua velocidade agiliza esta etapa. Alerta-se, entretanto, para o fato de que a busca inicial requerida para a problematização do conhecimento, surge de perguntas e de significações dadas às respostas encontradas, as quais só ocorrem no sujeito.

Palavras-chave: informação, conhecimento, sociedade da informação, tecnologias de informação e comunicação, cultura.

ABSTRACT

The text proposes a reflection about the relationship man-information-knowledge, since the changes which imposed a new societal configuration, altered even the forms of access to information and the production of knowledge. The discussion

¹ Doutora, Escola de Comunicação e Artes, Curso de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de São Paulo. Membro do Comitê PROLER Salvador, Docente, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Campus Universitário do Canela, Canela, 40110-100, Salvador, BA, Brasil. E-mail: <ambar@ufba.br>. Recebido em 22/3/2005 e aceito para publicação em 22/6/2005.

points out to current changes, occurring in all spheres of culture; however, it mostly focuses on the evolution of the communication processes and on the reproduction mechanisms of the capitalist system. Some components like the times, space and social memory will be emphasized, because, besides being at the core of the social changes caused by the emergence of the information and communication technologies, they are also essential to the production of meaning, required in the act of knowing. In conclusion, we argue that the integration of the different minds to the computer nets do not exist yet, in a period of time sufficient enough so that their effects over the culture may be adequately measured. Despite recognizing that the net is useful during certain phases of the knowledge production, mainly at the data acquisition/retrieval process, which may be significantly swiftened through the use of the net, this article alerts to the fact that the initial quest, the search required for the construction of knowledge comes from the abilities to question and to assign meanings to the obtained answers, which are only achieved by the human individual.

Key words: *information-knowledge, contemporary society, technologies of information and communication, culture.*

INTRODUÇÃO

Em recente trabalho (BARRETO, 2003), que buscou nas práticas tradicionais de leitura elementos atuantes nos processos de construção da significação, são apontadas algumas categorias essenciais ao ato de ler. Uma delas refere-se à questão da leitura como via de acesso à informação, que fundamenta a construção do conhecimento. A categoria incide sobre a relação sujeito/informação, que tem sido alterada devido às mudanças ocorridas na realidade social, fato que requer novas discussões.

Este trabalho, desdobramento daquele acima referido, estende a discussão aos debates atuais sobre as novas formas de acesso à informação e de produção do conhecimento. Alguns elementos como o tempo, o espaço e a memória social serão enfatizados, pois além de estarem no cerne das mudanças sociais provocadas pelo aparecimento das tecnologias de informação e comunicação, também são essenciais para a produção de sentidos, requerida para o ato de conhecer.

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Os termos informação e conhecimento guardam proximidade entre si, mas há uma

diferenciação de conceitos entre eles, ainda que não se possa delimitar suas fronteiras. Barreto (1998), cientista da informação conceitua as informações como “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou sociedade”. Observa-se que o conceito de informação está atrelado ao da significação que, por sua vez, articula-se à representação do pensamento e à formação da cultura.

Geertz (2001) fala da cultura como processo de produção de sentidos, o espaço/tempo em que os homens vão tecendo as teias de significados a partir de suas interações cotidianas e esboçando uma espécie de mapa para a organização social. Assim, a cultura pode ser entendida como estrutura de significações, como conjunto de textos produzidos, lidos e interpretados pelos atores sociais.

A cultura é, pois, o universo da significação que nasce da interação social, das perguntas, dos diálogos e da capacidade de contar histórias. Segundo Lèvy (2001) o universo da significação é movido por estas três capacidades: a de fazer perguntas leva a espécie humana a ter consciência da sua limitação; a de contar histórias aponta para uma percepção do tempo e para uma organização do

pensamento; a do diálogo permite ao sujeito trocar experiências e participar da interioridade do outro.

Os homens, ao produzirem as teias de significações para si mesmos, empregam meios técnicos/suportes materiais para transmitir as formas simbólicas, fundamentando, assim, sua vida social nos aspectos da produção, armazenamento e circulação da informação e do conteúdo simbólico. Thompson (1998), ao inserir esta compreensão em sua discussão sobre a mídia e a modernidade, diz que os meios técnicos da informação apresentam certas características gerais, comuns a todos os tempos: a fixação, a reprodução e o distanciamento temporal. O grau de fixação depende do meio utilizado e liga-se aos mecanismos de armazenamento da informação. O atributo da reprodução refere-se à possibilidade de multiplicação de formas e conteúdos simbólicos. A terceira característica, o distanciamento espaço/temporal, significa o afastamento da forma simbólica de seu contexto de produção no tempo e no espaço. Alterações nestas características redundam nas mudanças de cultura. Olson (1997, p.61) refere-se às mudanças históricas, salientando o que chamou de *revoluções culturais notáveis*:

Duas das revoluções culturais mais notáveis, e seguramente das mais estudadas, a da Grécia clássica do V, IV e III séculos a. C. e a da Europa renascentista, que vai aproximadamente dos séculos XII ao XVII da nossa era foram acompanhadas de mudanças drásticas no modo e na extensão com que se leu e escreveu.

Pode-se dizer que todos os meios técnicos que suportam a informação têm uma relação com o espaço e com o tempo da vida social. Atualmente, com o advento dos suportes digitais, decorrentes do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) houve uma disjunção destas dimensões. Ocorre o fenômeno da simultaneidade não espacial-historicamente mediada, que cria novas formas de interação e

ação, novos tipos de relacionamentos sociais. São alteradas as formas de acesso e circulação da informação que vão incidir sobre as maneiras de se construir o conhecimento.

Pode-se depreender destas colocações, que há um diálogo entre informação e conhecimento, um ir e vir, um trânsito que passa pelo simples dado bruto - representação de fatos, textos, gráficos, sinais, etc. - e que se transforma em informação quando processado para utilização. Somente depois de analisada e avaliada em sua relevância e confiabilidade, a informação é, ou não, apropriada pela experiência do sujeito ou grupo, momento em que se pode falar de conhecimento. Ocorre o aprendizado quando o conhecimento se modifica a partir da interação com o ambiente (MORESI, 2000).

O cognitivismo vai tratar o ato de conhecer em seus aspectos mais amplos: os dos processos mentais nele envolvidos. Trata-se de corrente da psicologia que se opõe ao *behaviorismo*, pois este se ocupou do comportamento e se desobrigou de pensar em processos mentais como percepção, decisão, processamento da informação, compreensão ou significação.

Muitos são os estudiosos que comungam dessa visão. Convém mencionar Piaget, Vygotsky e Bruner, destacando as contribuições dos dois últimos, que enfatizam o papel da linguagem na construção de significados. A contribuição de Vygotsky é fundamental para a compreensão da produção dos significados, pois mostra que a internalização de instrumentos e signos dá-se pela interação social, constituindo o fundamento para o desenvolvimento das funções mentais superiores. É possível, pois, compreender que "para internalizar signos o ser humano tem que captar os significados já compartilhados socialmente." (MOREIRA, 1999, p.113).

Vygotsky (1991) formula uma teoria da construção do conhecimento pautada no contexto cultural, mediado pela linguagem. Para ele não há como desenvolver a inteligência senão

pelos processos sociais. Nas postulações de Vygotsky, os processos mentais superiores articulam-se aos processos sociais e estes mesmos processos só são compreendidos por meio do conjunto de signos que fazem a mediação entre eles. Assim, o desenvolvimento cognitivo, em seus processos mentais superiores (pensamento, linguagem, comportamento volitivo) depende da socialização, subentendendo-se que a conversão das relações sociais em funções psicológicas se dá por meio da linguagem, tão somente.

O estudioso não desconsidera o papel da genética, enfatizado por Piaget, na constituição da inteligência, mas lhe confere um papel somente enquanto materialidade, em que os processos cognitivos são efetuados. Ele se interessou mais pelo uso dos sistemas de signos enquanto instrumento de mediação entre homem e meio social e enquanto diferencial entre homem e animal. Instrumentos e signos são construções humanas; portanto, produtos culturais e históricos construídos socialmente, mas que, contudo, se oferecem para a formação da individualidade.

A interação entre o indivíduo e o ambiente social constitui tônica da pesquisa em Vygotsky: a noção de interação social como envolvimento de pessoas que intercambiam experiências, conhecimentos, em termos quantitativos e qualitativos, fundamentando os processos de produção de significados. Neste caso, o papel da linguagem é primordial, pois ela garante o intercâmbio da significação, mediando as relações entre pessoas, flexibilizando o pensamento e ampliando a capacidade conceitual e proposicional de cada indivíduo.

O ato de significação é criado a partir dos encontros que o indivíduo tem com o mundo, mediados por atividades simbólicas. A partir daí, há que entender-se o homem como um ser atuante na cultura e através dela, sendo que para essa atuação será necessário compartilhar os significados e conceitos pertencentes ao acervo cultural de determinada comunidade.

Bruner (1997), com um enfoque prescritivo, deu atenção especial à representação, ou seja, a maneira como o indivíduo, ao se desenvolver, vai adquirindo meios de representar seu contexto social. Após os anos 80, Bruner expande seus estudos, criando uma teoria da mente baseada nas intenções que o indivíduo revela e no significado que ele produz, ao representar. Sua idéia inicial desloca-se do eixo do processamento da informação, constituído por processos internos ao indivíduo, à compreensão da estrutura e crescimento do conhecimento, pautada no ato de significação e intencionalidade. Segundo ele, o processamento da informação lida com dados bem definidos e torna-se incapaz de lidar com a imprecisão, com a polissemia ou sentidos conotativos e metafóricos.

Para Bruner, as experiências e atos humanos são compartilhados e moldados pelos estados intencionais que só são possíveis graças à participação nos sistemas simbólicos oriundos de determinada cultura, evidenciando que não há separação entre o ato individual e o social. O “si mesmo” é concebido no “nós mesmos”.

Mais longe, Bruner compreende que a questão da construção do eu por meio do nós, só vai ocorrer pela troca das experiências que acontecem no cotidiano, no dia-a-dia do mundo empírico. E vai além: percebe que a troca das experiências tem na comunicação, oral ou escrita, seu processo organizador, pois esta possui elementos que funcionam como estruturadores, fornecedores de esquemas que favorecem a construção de uma representação mental do mundo, a caracterização de seu fluxo e a segmentação dos eventos dentro deste mundo, permitindo também a constituição da memória social.

Bruner (1997) postula ainda, que o ato de conhecer se dá por construção, integrando-se à posição filosófica do construtivismo. O indivíduo

é considerado “agente de uma construção que é sua própria estrutura cognitiva.” (MOREIRA, 1999, p.15).

Morin (2001, p.28) assinala o caráter contextual, global, multidimensional e complexo das informações. Portanto, a informação isolada de um contexto, sem relações entre o todo e suas partes, não faz sentido. O sujeito, entretanto, tem caráter multidimensional, sendo ao mesmo tempo, biológico, psíquico, social, afetivo e racional, o que permite diferentes níveis de informação produzida, acessada e trocada, bem como as diversas maneiras de se estabelecerem as relações com ela. Há, portanto, “um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto”.

Verifica-se, pela revisão acima, que já se aproximam os conceitos informação e conhecimento, uma vez que as trocas de experiências, permeadas pela comunicação, sugerem difusão da informação e manifestam os sentidos que o sujeito dá ao mundo e às coisas. Segundo Santaella (1997), qualquer ato de informar atrela-se ao significado das coisas, dos fatos, dos acontecimentos, o que fundamenta a cultura.

Do exposto, ressalta-se que a relação sujeito/informação/conhecimento encontra-se no cerne da cultura, é fundamento da sociedade humana.

Por que só agora, então, fala-se em sociedade da informação?

O CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

No atual contexto, a nova configuração social em andamento está sendo chamada de Sociedade da Informação, resultante da convergência da base tecnológica que possibilitou a representação da informação em forma digital, da dinâmica da indústria e do crescimento da Internet (TAKAHASHI, 2000).

É preciso destacar muitos aspectos, dentre eles as transformações tecnológicas, organizacionais, geopolíticas, comerciais e financeiras, institucionais, culturais e sociais, para uma melhor compreensão da gênese desta Sociedade da Informação.

Contudo, as alterações nos processos comunicacionais e no cenário econômico mundial serão de interesse maior nesta discussão, já que se articulam e estão ligados, diretamente, ao tema Informação e Conhecimento na era digital.

A reorganização da cultura em torno de novos processos comunicacionais aponta para novas configurações sociais. No momento, para a passagem de uma cultura analógica à digital.

Já se aludiu, acima, ao jogo que se dá entre as trocas de experiências e aos vários processos comunicacionais que puderam ser assim engendrados, transformando a cultura e o sentido de mundo. Viu-se que a cultura tem caráter constitutivo e o homem dela participa e nela se realiza.

No contexto da história da Cultura, vê-se que o acesso à escrita garante a superação das formas de transmissão oral, assim como esta garantiu a superação do mundo concreto, exteriorizado e imediato. A imprensa desenvolve novas formas de acesso ao escrito, difundindo-o e melhorando o acesso às informações. Atualmente, vê-se intensas modificações na esfera da cultura, oriundas dos novos processos comunicacionais que além de acelerarem o acesso às informações, permitem novas formas de trocas de experiências e relacionamentos no mundo dos negócios, da política, do lazer e da própria relação entre pessoas.

A Evolução dos Processos Comunicacionais

Os processos de comunicação foram alterados, continuamente, a ponto de se poder

afirmar que a história do homem é a própria história dos seus processos comunicacionais. Os estágios da comunicação humana propiciaram diferentes maneiras de cultura. Pode-se considerar: a sociedade apócrifa, a escrita, a impressa e a digital.

Antes da escrita, o tempo fora guardado pela memória, organizada e garantida pelos grupos. Nas sociedades sem escrita existiram os chamados “homens-memória”, ou seja, os próprios guardiões da história objetiva e ideológica, os quais tinham o papel de manter a coesão dos grupos. Eram eles idosos chefes de família, bardos ou sacerdotes (LEROI-GOURHAN, 1964, p.66). Nessas sociedades a memória coletiva mantinha-se em três pilares: idade coletiva do grupo, prestígio das famílias dominantes e saber técnico ligado à magia religiosa.

A expansão da escrita decorreu lentamente. Um longo período sucedeu-se, desde os tempos em que Platão alertava para seus males, até a Idade Moderna que permitiu sua reprodução técnica, por meio da imprensa. A escrita e outros registros do pensamento provocaram profundas mudanças na memória coletiva. A primeira mudança, quando tal registro assumiu a forma de inscrição. Forte exemplo é a celebração de acontecimentos por meio de monumentos comemorativos. As vitórias e as lutas podiam ser lembradas por representações figuradas e inscrições. Outra mudança significativa, sem dúvida, refere-se ao documento escrito, que também tinha o caráter de monumento. O documento escrito aparece com muitas funções, sendo que “uma é o armazenamento de informações que permite comunicar-se através do tempo e espaço.” (LE GOFF, 1990, p.433).

Os homens passam a dispor de novas formas de preservar o tempo, a partir de novos suportes de memória, pois,

[...] até o aparecimento da imprensa dificilmente se distinguiu entre a trans-

missão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, como um quadro imutável, desde a antigüidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor...Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assistiu-se então à exteriorização progressiva da memória individual, é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito. (LE GOFF, 1990, p.457).

Vê-se que a oralidade criou os ritos e os mitos para a transferência da informação e fixação da memória; a escrita retirou a memória do corpo e a transferiu para um suporte material; o alfabeto universalizou a digitação da escrita e a imprensa reproduziu tecnicamente o alfabeto e as imagens.

Desde o aparecimento da imprensa, a leitura é considerada instrumento dos mais importantes na aquisição das informações, as quais, se forem significadas pelo sujeito e apropriadas para seus diferentes contextos, constituir-se-ão em conhecimento. Leitura ainda é a ação que vai garantir o acesso às informações escritas, em qualquer suporte material nos quais elas se encontrem.

A partir de 1970, a convergência de saberes – microeletrônica, computação e telecomunicações – impulsionou o aparecimento das tecnologias da informação e da comunicação que permitiram a aplicação de conhecimentos para geração de novos conhecimentos e criaram dispositivos de processamento da comunicação/informação, em um ciclo cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 1999). Obviamente, esta inovação tecnológica não foi uma ocorrência isolada. Vários acontecimentos históricos na área da ciência e da tecnologia a

engendraram: 1947, o transistor possibilitou o processamento de impulsos elétricos; 1951, a invenção do transistor de junção; 1954, o uso do silício na fabricação de materiais; 1957, o aparecimento do circuito integrado; 1990, os circuitos à base de silício e transformação do processamento e armazenamento de dados centralizados em sistema compartilhado: as redes, o que provoca mudanças não apenas na tecnologia, mas nas interações sociais e organizacionais; e 1995, ocorre a privatização da Internet e, com ela surgem novas formas de comunicação e trocas de experiências.

Surge um novo tipo de sociedade: a Sociedade em Redes, também chamada Sociedade Digital. Surge um novo momento da cultura, que Lèvy (1999) chamou de Cibercultura.

Atualmente, o ciberespaço possibilita a constituição da noosfera, um locus virtual de convergência das idéias, da percepção e da memória (LÈVY, 2001).

Estas alterações sociais provocam revoluções em todas as dimensões da existência.

A Nova Ordem Econômica Mundial

Segundo ARECO (1989), o mesmo contexto de transformações, oriundas do Renascimento, que impulsionou a hegemonia do escrito sobre outras formas de comunicação, favoreceu a concentração de riqueza que permitiu o investimento original do capitalismo. Este novo sistema econômico, baseado na produção de mercadorias orientada pelo mercado, na propriedade privada, na força de trabalho e no comportamento individualista, dentre outros pilares, teve, inicialmente, uma fase mercantilista. Uma série de inovações técnicas incorporadas ao trabalho marcaram a passagem da produção manufatureira à maquinofatura, ponto de partida da Revolução Industrial. As sociedades com base em ações substituem, a partir daí, as empresas de caráter familiar.

Ao final do século XIX, dá-se o surgimento de oligopólios e monopólios para concentrar os esforços empresariais, assinalando a passagem para a fase monopolista do capitalismo.

Entre as duas grandes guerras mundiais, inicia-se a fase imperialista, caracterizada a partir da internacionalização das empresas, com a presença das grandes multinacionais. O Estado e as Ciências (Economia, Administração, Psicologia etc.) deram aportes substanciais a esta fase. Porém, diversos problemas, como escassez de recursos naturais, aumento de preço de várias matérias primas, questões políticas, lutas sociais, dentre outros, foram assinalando o esgotamento do padrão de acumulação, usado até então, o que fez surgir mudanças técnicas, organizacionais e institucionais, que propiciaram um novo cenário. Pode-se dizer que a nova ordem, integralista, é uma resposta encontrada pelo sistema capitalista para um padrão de acumulação baseado em produção em larga escala, com um uso de matéria e energia que redundaram em graves problemas ambientais (LASTRES, 1999).

Castells (1999, p.67) discute o novo padrão de acumulação, baseado na tecnoeconomia, nos avanços das tecnologias da informação e comunicação, como solução ao esgotamento do padrão econômico anterior. Assim, a informação e o conhecimento se constituíram em recursos para o crescimento econômico. A sociedade encontra-se em uma economia da informação, mas continuam valendo as leis da economia. A mudança se apresenta na forma pela qual se usa a informação, ou seja, a conectividade, o que vai possibilitar novas formas de convívio, de negócios, de comunicação e a diminuição de obstáculos tais como o tempo e o espaço (COHEN, 2002, p.27).

A nova configuração social tem como base as Tecnologias de Informação e Comunicação que têm seu significado atrelado à velocidade, à simultaneidade, ao tempo e ao espaço. O que se pode dizer é que, gradati-

vamente “a informação torna-se cada vez menos ligada ao objeto físico que a contém” (LEVACOV, 1997), o que redundava, por exemplo, em uma diferente noção de biblioteca: as “bibliotecas sem paredes para livros sem páginas”.

AS NOVAS DIMENSÕES DA RELAÇÃO SUJEITO/INFORMAÇÃO

Com o aparecimento da sociedade da informação ocorreram grandes e significativas alterações nos suportes de memória, nas noções de tempo e de espaço, o que se reflete, sobretudo, na relação sujeito/informação/conhecimento. Barreto (2003) faz algumas reflexões a respeito:

Tempo

A sociedade pós-moderna, ao trazer uma noção de tempo atrelada à velocidade e à simultaneidade, cria rupturas nas formas do tempo e nas formas anteriores de ser, o que incide no tempo da leitura, no acesso à informação, na maneira de conviver e de construir a significação. Quando se acelera a velocidade, pode-se adiantar o tempo da lógica, porém não se é capaz de influenciar o tempo subjetivo - biopsíquico- do sujeito (BOSI, 1995), o qual está implicado na significação. Emoção, imaginação e afeto são aspectos reconhecidos na construção do tempo social e deles a memória se reveste.

Nos novos modos de informar, aparecem ao mesmo tempo, numa mesma tela de computador, vários assuntos - é possível “linkar” -, o que faz com que o tempo da leitura acompanhe a velocidade exigida para as decisões rápidas e imediatistas da vida pós-moderna.

Neste caso, a velocidade, ao invés de ampliar o tempo de leitura, exigido para se ter acesso à informação, o reduz, pois o ato de ler

exige a “anulação do tempo cronometrável” (BOSI, 1995). Durante o ato de ler prevalece a articulação entre os tempos subjetivo e objetivo.

Ora, se o tempo para “ruminar” as informações não é o mesmo dos tempos das leituras tradicionais, continua, no entanto, a ser indispensável para a produção de sentidos.

Antes da globalização, experimentava-se um tempo real, parte do mundo empírico, que fixava o sujeito ao seu meio social, perpetuando sua experiência por algumas gerações. Atualmente, experimenta-se o meio social por meio de outras experiências que não as locais. As alterações nos tempos sociais apontam para outros tipos de relações entre sujeitos, outro tipo de cultura, a cibercultura, caracterizada pela rapidez e pela lógica utilitária, a qual exige da leitura o caráter da funcionalidade, da velocidade e da simultaneidade. Percebe-se, assim que

[...] o desenvolvimento das memórias artificiais e das linguagens expressivas ao longo da história criaram diferentes modalidades de recepção inclusive a do escrito. Por isso, distingue-se hoje leitura em sentido lato, de leitura em sentido estrito. No sentido lato, o termo é sinônimo de recepção, na perspectiva mais ampla que ele possa ter [...] (PERROTTI, 1991, p.231).

Espaço

Há uma correspondência entre ler num tempo e ler num espaço, sendo espaço e tempo intrínsecos ao ato de ler. O acesso à informação, via leitura, é feito num determinado espaço físico. Ao mesmo tempo, o ler é articulado com um espaço subjetivo, ou seja, o das estruturas imaginárias do sujeito.

Na sociedade atual, as mudanças nas relações entre espaço e acesso à informação, alteraram a interação do sujeito com seus espaços externo e interno, objetivo/subjetivo.

Lê-se sentado frente a uma tela de computador, buscando coordenar os olhos que perscrutam as letras, as mãos que clicam e controlam o fluxo da leitura, a audição que sincroniza o ritmo das informações - o que nem sempre é possível, pois a velocidade do nosso cérebro é limitada e, quanto mais informações disponíveis, mais remota a possibilidade de processá-las “em tempo” (PEREIRA, 2002, p.4). Por outro lado, lê-se, escreve-se e conversa-se em “sala de bate-papo”, ou seja, no espaço virtual da Internet.

O espaço objetivo, o meio real que envolve o leitor durante a leitura, auxilia não só no conforto do corpo, mas, na maneira como o leitor se deixa envolver pelo texto, criando espaços imaginários. Estamos falando de um espaço intersubjetivo, imaginário, modulado pelas circunstâncias do texto e do leitor, e que também é alterado. Assim, o imaginário presente em qualquer ação criadora, produtora de sentido, também se altera. Espaço real e imaginário articulam-se à memória do sujeito, a qual se expressa como parte da ordenação do seu mundo mental, sendo também maneira própria de modelar o mundo.

As transformações nos processos de acesso à informação incidiram nas noções anteriores de tempo e de espaço, duas dimensões que, entretanto, continuam articuladas à noção da memória social e pessoal.

Memória

A questão da memória remete à história da cultura, pois é na cultura que se situa o universo das significações.

Na sociedade atual, vê-se que alterações no tempo social têm provocado mudanças na forma do sujeito ser no mundo. Pode-se dizer, que a memória intelectual ganhou dimensões extraordinárias na era digital. Mas, e a memória afetiva, a relacional, que também constitui a memória social? Como ficará disponível para as novas gerações se a própria convivência, se o

espaço social de trocas relacionais, também foi alterado, no contexto contemporâneo?

É no convívio que ocorrem as trocas, o compartilhamento de experiências. O compartilhamento é condição da memória. Do convívio, sustenta-se a memória. A memória efetiva-se a partir da evocação de lembranças que são corroboradas por outros, capazes, igualmente, de representá-las; desenvolve-se por laços de convivência. Neste sentido, a família e o trabalho são as formas de convivência que mais se distinguem como corroboradoras de lembranças. A memória trabalha sobre o tempo, porém sobre um tempo experienciado pela cultura. Nela, o tempo passado é reconstruído e revivenciado, o que traz um efeito restaurador ao existir humano, uma vez que permite a ressignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos experimentados. A memória costura, tece o passado no presente, compondo tramas e enlaçando-se em novas possibilidades existenciais.

Como a memória, o tempo e o espaço requeridos para acessar informações não são estáticos, mas sim dinâmicos: mudaram as condições, mudaram os pontos de vista, mudaram os interesses do sujeito, mas memória social continua sendo o resultado do convívio, dos entrelaçamentos das experiências de um tempo vivido num determinado espaço.

Neste particular, aponta-se a significação ontológica da memória, a de revelar à pessoa uma maneira peculiar de escolher-se a si própria. É entendida também como a dialética entre o individual e o social. O indivíduo desloca-se do seu mundo individual para o social e deste para aquele. Esse deslocamento permite o contato do ser humano com o mundo. É nessa trajetória que se estabelece o sentido existencial. Ao sair de si e enxergar o outro, o ser humano instaura o espaço sociocultural e, neste espaço, na esfera das relações entre sujeitos, estabelecem-se as significações. Não é possível estabelecer uma memória exclusivamente individual, porque as lembranças pessoais são constituídas pelas

referências dadas pelo grupo social. O que é individual é apenas a maneira singular pela qual cada indivíduo articula o acervo de lembranças.

De forma semelhante, cada grupo, em cada tempo e espaço, articula de maneira peculiar suas lembranças em quadros sociais que são comuns.

A memória, enquanto acervo de lembranças, não é um produto resultante do acúmulo de vivências, mas um processo que se faz no presente para atender às necessidades do presente. Eis aí outra característica da memória. Esta característica permite sua reconstituição de maneira distinta do fluxo das vivências, o que ocorre a partir da localização espaço/tempo que o grupo define. É neste sentido que o passado não é conservado pela evocação das lembranças, mas reconstruído numa dimensão presente.

As lembranças não podem ser conservadas, apenas evocadas. Somente a evocação conserva a lembrança; portanto, a memória é menos um mecanismo de recepção e armazenamento de experiências e mais um processo dinâmico e interativo que se desenrola no cotidiano do homem social, por meio do processo comunicacional.

Certamente, a trajetória da humanidade vai mostrar que a escrita e, depois o impresso, foram modos de memória que, de alguma forma, criaram um afrouxamento do simbólico, mas que estabeleceram uma relação própria com a produção da significação. O testemunho deixado pela história, leva a acreditar que também a era digital irá reorganizar suas relações sujeito/informação, reorganizando, assim, as formas de sociabilidades em torno dos novos meios de comunicação e garantindo a produção da memória social.

A reorganização da escrita e do impresso, no entanto, foi um processo lento, ao contrário do que ocorre na atualidade, em que a pressa, a velocidade e a simultaneidade são os fundamentos da nova realidade. Com esta nova

perspectiva, percebe-se que o tempo do mundo globalizado se distancia do espaço e do tempo local. Sendo assim, “o acervo da informação é uma capitalização que implica na atrofiação da memória” (VIRILIO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos iniciar o fechamento destas reflexões a partir não só do que foi dito, mas articulando-o, ainda, às falas de alguns estudiosos da questão.

Torello (2001, p.2) diz que “as inovações determinam mudanças sociais e culturais rápidas que o indivíduo não consegue assimilar e, assim, provocam contínuos desequilíbrios”. Desequilíbrios porque não há um tempo suficiente para uma homeostase, para que a sociedade sedimente os novos valores da cultura. As novidades não são devidamente processadas, não há o tempo para relacioná-las às referências éticas, culturais, científicas, filosóficas, enfim, ao universo simbólico, - o que gera a perda dessas referências, isto é, tornam-se obsoletas bem antes de se constituírem guias para o sujeito.

Bosi (1995) fala dos novos tempos, que se propõem a salvar a memória, mostrando que esta proposta, na realidade, enseja uma contradição. A anulação do tempo cronometrável vai incidir sobre a memória social, causando sua perda, pois “a memória, saltando sobre a cronologia, recupera o tempo perdido enquanto anula o passado como passado e o chama para a consciência viva do presente”.

Entretanto, a relação com as informações digitalizadas, apresenta-se com um caráter agressivo que substitui a atitude reflexiva, requerida na significação. Neste aspecto, é bom assinalar que a memória digital é universalizante, gerada num espaço e num tempo não experienciados, sem vínculo humano presencial. Trata-se de um vínculo coletivo, virtual, em rede, com informações produzidas por muitos sujeitos,

distantes uns dos outros, em contextos socioculturais que lhes dão referências diversas. Mais ainda, sua difusão ocorre de forma desordenada, além de que a memória digital é diferente da memória da significação. Enquanto aquela é universalizante, esta é particularizante, estando ligada à vida dos seres, ao sensível, pois que implica afeto, emoção, vínculos, formas sociais de convívio num ambiente materializado pelos objetos e espaços criados diferenciadamente por cada grupo de pessoas.

Lèvy (1993, 2001) tem usado o termo *inteligência coletiva* para se referir às formas coletivas de conhecimento na era da informatização, que em nada se parecem com os processos coletivos constituídos pelas comunidades científicas até então. Referiu-se a uma consciência coletiva, solidária, formada a partir do compartilhamento de idéias, mas desconsiderou que a produção de fato ocorre num espaço social real em que sujeitos interagem.

Vê-se que a integração das mentes, neste novo nível de relacionamento humano, a noosfera, o locus da nova condição humana,

ainda não existe num tempo suficiente para que seus efeitos sobre a cultura possam ser devidamente dimensionados. Seria imprudente dizer que Lèvy está enganado ao defendê-la. Mesmo assim, algumas considerações já puderam ser estabelecidas nestas discussões.

O produto do conhecimento, fruto de idéias, deve ser documentado na rede e, assim, facilitar o seu acesso a outros sujeitos, mas não devemos esquecer-nos que a rede não permite a produção do conhecimento em si. O conhecimento surge de perguntas sobre as mais variadas situações, o que exige tempo de reflexão por parte do sujeito. O conhecimento é produzido a partir de análises, de interpretações de dados, o que pressupõe a reflexão. A rede pode ajudar numa fase da produção do conhecimento, em especial na da coleta dos dados, pois sua velocidade agiliza esta etapa. Porém, a indagação inicial requerida para a problematização do conhecimento, bem como a busca do significado para as respostas encontradas, só podem ser realizadas pelo sujeito produtor de idéias (BOSI, 1995).

REFERÊNCIAS

- ARECO, A.M.B. *O fenômeno burocrático nas bibliotecas*. 1989. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1989.
- BARRETO, A.A. *Eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos de informação*. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br>>. Acesso em: 22 jun.1998.
- BARRETO, A.M. *Memória de leitura: trajetória de idosos do Vale do Paraíba: contribuição aos estudos das relações entre sujeito/informação e produção de sentidos*. 2003. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BOSI, A. Considerações sobre o tempo e informação. *Cidade do Conhecimento*. São Paulo: USP, 1995. Disponível em: <http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index_0401.php>. Acesso em: 25 mar. 2003.
- BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHEN, M.F. Alguns aspectos da informação na economia da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.3, p.26-36, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LASTRES, H.M.M. Informação e conhecimento na nova ordem mundial. *Ciência da Informação*, Brasília, v.28, n.1, 1999.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

- LEROI-GOURHAN A. *Le geste et la parole*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- LEVACOV, M. Bibliotecas Virtuais: @ evolução?. *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.2, p.125-135, 1997.
- LÈVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.
- LÈVY, P. *As Inteligências coletivas*. São Paulo: SESC, 2001. Disponível em: <<http://www.google.com.br/sesc.pierre.levy.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2003.
- LÈVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- MOREIRA, M.A. *Teorias da Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1999.
- MORESI, E.A.D. Delineando o valor do sistema de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.1, p.14-24, 2000.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLSON, D.R. A Escrita e as revoluções conceituais da Grécia Clássica e da Europa Renascentista. In: *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997. p.61-80.
- PEREIRA, T.A.C. Informação e conhecimento. *Leopoldianum*. Santos, n.77, 2002.
- PERROTTI, E. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1991.
- SANTAELLA, L. *Globalização e Multiculturalismo*. Anais... AMPAB, 1997. p.35-47.
- TAKAHASHI, T. (org.). *Sociedade da informação no Brasil*: Livro Verde. Brasília: MCT, 2000.
- THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TORELLO, G. O psiquiatra na Internet, um paradoxo? *Psiquiatria na prática médica*, Botucatu, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/especial02.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2003.
- VIRILIO, P. L'Integralismo tecnológico. *Enciclopedia multimediale*. Disponível em: <<http://www.emsf.rai.it/interviste.asp?d=422>>. Acesso em: 10 abr. 2003.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



Profissional da informação: um conceito em construção¹

The information professional: a concept under construction

Mônica de Fátima LOUREIRO²

Paulo de Martino JANNUZZI³

RESUMO

Para discutir o conceito de Profissional da Informação estudou-se o histórico das profissões ligadas ao tratamento da informação, com ênfase dada ao bibliotecário. Abordou-se ainda a relação entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação e Museologia. Finalmente, compilaram-se alguns trabalhos cujo tema e objeto de estudo era o profissional da informação, visando verificar se há consenso quanto ao conceito de Profissional da Informação, na literatura de Ciência da Informação. Concluiu-se não existir consenso em relação a um conceito que defina quem é o Profissional da Informação. Evidenciou-se, portanto, que esse tema merece mais estudos, tanto para manter a integridade da categoria profissional, como para assegurar o reconhecimento da sua atuação profissional por parte da sociedade.

Palavras-chave: profissional da informação, bibliotecário, atuação profissional.

ABSTRACT

To discuss the concept of "Information Professional", a study was performed, focusing on the history of professions related to the processing of information,

¹ Artigo elaborado a partir da dissertação de M.F. LOUREIRO, intitulada "O bibliotecário como profissional da informação: análise da inserção no mercado de trabalho brasileiro segundo o Censo Demográfico de 2000". Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2004. 131p.

² Bibliotecária, Mestre em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Rua Armando Sebastião Bonomi, 295, Barão Geraldo, 13084-170, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: M.F. LOUREIRO. E-mail: <monicaeros@ig.com>.

³ Doutor em Demografia, Docente, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rua Gal, Canabarro, 706, 2º andar, Maracanã, 20271-201, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: <pjannuzzi@mpc.com.br>.

Recebido em 31/1/2005 e aceito para publicação em 18/05/2005.

with emphasis on the librarian functions. The study's approach included an analysis of the relationships among such areas as Archivology, Librarianship, Information Science, Documentation and Museology. Finally, to verify whether the concept of Information Professional had, or not, a consensus in the literature about Information Science, a compilation was made, of selected works whose object of study was the Information Professional. The conclusion was that there is no consensus on such concept, and that this subject deserves more studies, as much to preserve the integrity of the professional category, as to assure the recognition of its function by the society.

Key words: *information professional, librarian, professional working field.*

INTRODUÇÃO

Na literatura da Ciência da Informação, é cada vez mais comum o uso de termos como 'profissional' ou 'profissionais da informação', para designar os trabalhadores que têm a informação como seu principal objeto de trabalho (MARCHIORI, 1996; ALMEIDA JR., 2000; GUIMARÃES, 2000; PEREIRA, 2000; PONJUÁN DANTE, 2000; SMIT, 2000; VALENTIM, 2000; DAMASIO, 2001; JANNUZZI; MATTOS, 2001; PEGORARO, 2001; FERREIRA, 2002; NEVES, 2002; RODRIGUES, 2002; TARAPANOFF *et al.*, 2002; CUNHA; CRIVELLARI, 2004; MUELLER, 2004). Em cada estudo, tais termos adquirem contornos específicos, referindo-se tanto à categoria particular de Bibliotecários, como a toda a gama de profissionais de diferentes áreas de formação, tais como Analistas de Sistemas, Administradores de Sistemas, Analistas de Mercado, Consultores Organizacionais, Jornalistas, enfim, profissionais ligados de alguma forma à cadeia de processamento da informação - seja na produção, no tratamento, na análise ou na disseminação.

Se tal elasticidade conceitual proporciona, por um lado, um campo propício de pesquisa na área, por outro, retira-lhe a especificidade necessária para poder-se enfocar questões importantes acerca da inserção e atividades no mercado de trabalho, dos profissionais egressos de cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Nesse sentido, este trabalho procura contribuir para os estudos na área, ao fazer uma compilação de textos que, além de resgatar o processo histórico de criação e desenvolvimento da ocupação de Bibliotecário, discutem seu papel e os desafios de sua inserção profissional no mundo do trabalho contemporâneo.

O registro da informação como gerador da função de organizador

O homem, como ser inteligente e social, procurou registrar suas experiências desde os tempos mais remotos. É de conhecimento comum que as primeiras manifestações de inscrição de informações encontram-se em paredes de cavernas, onde os primitivos desenhavam imagens, hoje interpretadas como ligadas às atividades do seu cotidiano, tais como a caça, a pesca e a coleta de alimentos.

Com o passar do tempo, a humanidade se desenvolveu, ocorreram várias descobertas e inventos e, assim, com novos recursos, o homem passou a registrar e a controlar cada vez mais os aspectos de sua vida, como a contagem de animais que possuía, suas propriedades, formas de renda, etc. (GEORGE JÚNIOR, 1972). Dessas atividades de controle resultaram documentos.

Além desses documentos de controle, o homem desenvolveu documentos ligados à criação artística e às crenças religiosas, ademais daqueles que registravam os resultados de suas pesquisas e estudos científicos. Os

materiais criados ao longo dos séculos - entre eles destacando-se os livros, jornais, periódicos, quadros, esculturas, objetos, documentos de controle, fotografias -, precisaram ser organizados e guardados. A relação do homem com esses vários tipos de materiais, ajuda-o a obter as informações necessárias ao seu trabalho e às diversas atividades do seu dia-a-dia, constituindo-se, ainda, em formas de entretenimento (no caso da literatura e das demais artes).

Nesse contexto surge a figura da pessoa que guarda, organiza, que cuida da classificação desses materiais e de sua recuperação. Em relação à cultura, percebe-se que é forte o vínculo entre esta e o profissional que trabalha com a informação. Assim, a função do organizador da informação registrada remonta ao aparecimento dos primeiros documentos, os quais tinham como suporte as tábuas de argila. Kobashi (1996), estudando as várias formas de representação da informação, ao longo da história, comenta que atividades para organização e representação de informações eram praticadas desde o segundo milênio a.C. Destaca ainda que os documentos mesopotâmicos da época das cidades-Estado já apresentavam uma forma de tratamento documentário: “as obras cunhadas em tábuas de argila eram protegidas por uma espécie de envelopes, sobre os quais se transcreviam informações que cumpriam função semelhante à dos modernos resumos (fornecer informação concisa sobre o documento original).” (KOBASHI, 1996, p.5).

Tempos depois, foram criados os manuscritos, que tiveram como suporte o papiro e o pergaminho, e depois evoluíram para o livro em rolo (*volumen*) e o livro em cadernos (*codex*) (CHARTIER, 1994), além de materiais tridimensionais, mapas e, nos dias atuais, os documentos eletrônicos.

Com o crescimento da produção de informações registradas, foi preciso que as formas de organização também se desenvol-

vessem, visando dar conta de uma quantidade cada vez maior de informações, registradas nos mais variados suportes. Surgiram também as instituições criadas com o objetivo de armazenar e organizar informações para sua posterior recuperação e uso, destacando-se entre elas as bibliotecas.

Recorre-se a McGarry (1999, p.111) para confirmar que “as bibliotecas, em seu sentido mais amplo, existem há quase tanto tempo quanto os próprios registros escritos”. A criação dessas instituições está ligada ao instinto de preservação do homem e à sua paixão por colecionar, pois “qualquer que seja a sua forma externa, a essência de uma biblioteca é uma *coleção de materiais organizados para uso*.” (McGARRY, 1999, p.111, grifos do autor). Nesse sentido, Oliveira (1983) considera que a organização de documentos passou de um comportamento individual para uma necessidade da sociedade.

Entre as mais antigas instituições merecem destaque: a biblioteca do templo de Ramsés, em Tebas, que possuía um grande acervo, mas, com acesso restrito à casta sacerdotal de escribas e autoridades; as bibliotecas da Assíria e da Babilônia, que tinham caráter governamental e forneciam informações visando estabelecer a ordem (McGARRY, 1999); a biblioteca de Pérgamo, fundada por Átalo I e legada aos romanos por Átalo III em 133 a.C., abrigou cerca de 200 mil pergaminhos no século I a.C., e sua coleção de obras somente era inferior à da biblioteca de Alexandria (NOVA..., 1999). Nesta mesma biblioteca ocorreu a introdução do conceito de autor como ponto de acesso a uma obra (MEY, 1995); a biblioteca de Nínive, na Mesopotâmia, que possuía perto de 20 mil obras dos mais variados assuntos, como magia, religião, história e astrologia, além de catálogos de plantas e animais gravados em placas de argila (MELLO, 1979); e, por último, talvez uma das mais comentadas bibliotecas em todo o mundo: a de Alexandria.

Devido ao seu tamanho e aos desastres que se abateram sobre ela até a sua destruição final, por volta de 640 d.C., a biblioteca de Alexandria conquistou reconhecimento e fama. Ela foi fundada pelos governantes gregos do Egito, da dinastia dos Ptolomeus (McGARRY, 1999). O sonho dos bibliotecários dessa instituição era reunir em seu acervo a totalidade da literatura existente, ou segundo Cãnfora (1996, p.24), “recolher em Alexandria os livros de todos os povos da terra.”

Os exemplares eram arrumados em ordem sistemática. Os bibliotecários tinham a preocupação de manter as coleções completas e restaurar as obras defeituosas. Destacam-se ainda, nessa instituição, os primeiros passos dados para o estabelecimento de uma política de formação de acervos, através de negociações com autores, comerciantes, colecionadores, além da prática de copiar os livros que estivessem sendo transportados nos navios que aportavam em Alexandria (McGARRY, 1999). Essa prática ficou conhecida como “o fundo dos navios” (CÂNFORA, 1996; BATTLES, 2003). Mello (1979) narra outro fato interessante em relação a essa biblioteca: segundo esse autor, Ptolomeu pedia emprestado aos gregos obras para serem copiadas e devolvia-lhes as cópias, ficando em Alexandria as originais.

No auge de seu desenvolvimento, a biblioteca de Alexandria chegou a possuir perto de meio milhão de rolos de papiros; McGarry (1999, p.112) comenta que essa instituição conseguiu constituir-se em uma “combinação de centro de pesquisas, editora, instituto de estudos lingüísticos, museu e repositório cultural.”

Por um longo período, a imagem dos profissionais que exerciam a função de bibliotecários, ligados à organização e representação de informações registradas, era a de eruditos da época. Shera (1980, p.93) ressalta que, desde o tempo de Ptolomeu, “o bibliófilo dominou a

profissão até o início do século XIX”, tendo conhecimentos em variadas áreas, como demonstra Fonseca (1992, p.104):

Calímaco de Cirene (c. 305 a.C.-c. 240), um dos mais representativos poetas da erudita e sofisticada escola de Alexandria, foi quem organizou o catálogo da biblioteca; Zenódoto de Éfeso (fl. c. 280 a.C.), notável gramático, responsável pela primeira edição crítica de Homero e pela *Teogonia* de Hesíodo, foi diretor da biblioteca; Aristófanes de Bizâncio (c. 257-180 a.C.), organizou edições de Homero, Hesíodo, Píndaro, Eurípedes, Aristófanes, Anacreonte, foi bibliotecário-chefe em cerca de 195 a.C.; Aristarco de Samotrácia (c. 217-147 a.C.), discípulo do precedente, com ele colaborou na edição de autores gregos, tendo sido bibliotecário-chefe em 153.

Nessa época, uma obra poderia se constituir de vários rolos de papiro⁴, acarretando dificuldades para sua consulta. Assim, para as obras muito extensas, os profissionais resumiam o conteúdo dos rolos, anotavam em pequenas etiquetas de pergaminho e afixavam-nas nos rolos para facilitar a identificação nas prateleiras da biblioteca (SMIT, 1996).

De acordo com Mello (1979), a primeira intenção de criação de uma biblioteca de acesso público apareceu com Júlio César, sendo concretizada tempos depois com o orador Asino Pólio, em 39 a.C., que a estabeleceu no átrio do templo romano da Liberdade. Ainda em Roma, merecem destaque às bibliotecas de Ulpiano, fundada por Trajano, e a Palatina, ambas do século IV.

A partir das informações referentes às bibliotecas antigas podem-se ressaltar as primeiras atividades desenvolvidas pelos organizadores da informação: serviços de aquisição

⁴ Por exemplo, a obra *Pinakes*, de Calímaco, ocupava 120 rolos e tratava-se de uma bibliografia crítica que catalogava toda a vasta coleção de literatura grega guardada em Alexandria (SMIT, 1996; BATTLES, 2003).

de materiais, restauração de obras, disposição organizada de documentos nas estantes, indexação - como “processo de condensação de conteúdos de textos.” (KOBASHI, 1996, p.11) - de materiais para sua recuperação.

Vale destacar o comentário de Mello (1979) sobre os povos antigos, como os assírios e os egípcios, para os quais os conceitos de biblioteca e de arquivo se confundiam. O autor ressalta que a maioria das bibliotecas da Antigüidade tinha o acesso restrito, não tendo por finalidade o uso público; em relação a esse limitado acesso de usuários, destaca-se o fato de que, naquele período, as habilidades de leitura e de escrita estavam restritas a uma parcela muito pequena da população.

Na Idade Média, período em que a religião era dominante, existiam os *scriptoria* monásticos, onde a atividade mais freqüente era a cópia de textos. Smit (1996) ressalta mais uma iniciativa dos monges copistas, visando à representação de informações: os copistas, ao transcrever os manuscritos, freqüentemente, anotavam na margem uma informação que resumia o conteúdo da página: a *marginália*.

Mello (1979, p.209) comenta que, nesse período, devido ao poder político da Inquisição, obras consideradas pagãs e perigosas, principalmente as da Antigüidade, eram incineradas, e a biblioteca tinha caráter sagrado, sendo “um tesouro de um mosteiro”. Fonseca (1979) acrescenta que os acervos das bibliotecas medievais formavam-se a partir de uma mistura de textos litúrgicos e teológicos, obras didáticas para o ensino de latim e, em alguns casos, obras clássicas.

No século VIII foi criada uma das primeiras listas de obras de bibliotecas medievais, provavelmente um inventário do acervo, contendo apenas título e, por vezes, nome do autor, mas sem ordem visível (talvez a ordem das estantes). No ano de 1247, houve um curioso acréscimo feito ao registro dos livros na lista da biblioteca de Glastonbury, na Inglaterra: “inúteis”, “legíveis”,

“velhos” e “bons”, provavelmente se reportando às condições do livro (MEY, 1995).

Mey (1995) observa que no século XV surgem, pela primeira vez, as remissivas - registros que remetem a outros registros ou obras -, ainda que de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Ratnick de Berka, entre 1410 e 1412. No final desse século há um avanço importante: Johann Tritheim, bibliógrafo e bibliotecário alemão, compila uma bibliografia, apresentada em ordem cronológica e incluindo, pela primeira vez, em apêndice, um índice alfabético de autores. De acordo com Mello (1979, p.212), já no século XV, as bibliotecas vão deixando de ser apenas um “depósito de livros” para se transformarem em instituições modelares, que possuíam regulamentos disciplinares para seu uso.

Ainda na Idade Média se desenvolvem as bibliotecas universitárias, como a de Coimbra, em 1536; as nacionais, como a de Paris, em 1595; e as públicas, como as de Viena, Mogúncia, Lyon, Berna e outras (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000). O estudo de Burke (2003, p.44) sobre história social do conhecimento, confirma que, juntamente com o aparecimento das universidades, outras instituições começaram a ser fundadas - muitas vezes dentro delas próprias -, como “jardins botânicos, anfiteatros de anatomia, laboratórios e observatórios”, as quais, segundo Burke, podiam ser consideradas “ilhas de inovação dentro de estruturas mais tradicionais”.

As universidades, a imprensa e a necessidade da organização dos acervos

Com a criação das primeiras universidades instauram-se alguns problemas: a) a necessidade de livros para milhares de estudantes: o processo de cópia manuscrita de obras, por ser muito lento, não poderia dar conta da demanda; b) o acesso aos materiais: tanto nas instituições monásticas, como nas

acadêmicas, o acervo era dividido em duas partes - os livros mais consultados eram acorrentados na biblioteca principal, e os disponíveis para empréstimo eram guardados numa sala separada (McGARRY, 1999). Fazia-se necessária, portanto, a adoção de novas maneiras de disponibilizar as informações aos usuários.

Entende-se que, com a criação das universidades, e, em conseqüência, das bibliotecas universitárias, os usuários passaram a ficar cada vez mais exigentes quanto à organização e disponibilidade dos conhecimentos registrados.

A partir do desenvolvimento da imprensa de tipos móveis, em meados do século XV, por Gutenberg (1397-1468), acentuou-se o aumento do número de publicações. Instituiu-se o processo editorial e as publicações tornaram-se produtos industriais, obedecendo às normas técnicas da época (FONSECA, 1992). A invenção da imprensa aparece como um marco, segundo Burke (2003, p.127), pois, a partir dela, os documentos manuscritos foram separados dos impressos e organizados como um tipo particular, ocupando uma parte especial das bibliotecas ou, em alguns casos, um prédio próprio. Apesar de existirem obras científicas em formato manuscrito, de períodos anteriores (que ficaram nas bibliotecas), grande parte desses documentos continha informações do Estado, da Igreja ou de propriedades particulares (o que anteriormente chamou-se de documentos de controle, ou documentos administrativos). Essas coleções de documentos passaram a constituir o acervo dos arquivos, sendo os arquivistas os “guardiães especiais” desses materiais. Entretanto, existem registros que confirmam a atuação de bibliotecários nos primeiros arquivos, destacando-se os da Igreja em geral (dioceses, por exemplo) e do Vaticano.

Burke (2003, p.56) acrescenta que, após a invenção da imprensa, as bibliotecas, de maneira geral, aumentaram em importância e passaram a ser “centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e

idéias, além de serem lugares de leitura”, e que, nesse momento, a exigência de silêncio nas bibliotecas era inimaginável, pois as mesmas se constituíam como locais para a discussão: portanto, servindo a uma combinação entre a comunicação oral e a impressa.

Ressalta-se a visão do clérigo escocês John Durie segundo a qual, os bibliotecários deveriam ser “agentes para o progresso do saber universal.” (WEBSTER citado por BURKE, 2003, p.56). O mesmo clérigo foi autor de um curto tratado sobre a função de bibliotecário, em que argumenta que “um bibliotecário de universidade deveria ser obrigado a ‘prestar contas’ anuais de seu ‘lucro no ofício’, em outras palavras, o aumento das aquisições, descritas como o ‘acervo de conhecimento’.” (WEBSTER citado por BURKE, 2003, p.105).

Os anos de 1560 e 1595 são marcos do surgimento dos primeiros códigos de catalogação, pelas iniciativas de Trefler e Maunsell: Florian Trefler, monge beneditino, publicou um tratado sobre a manutenção de uma biblioteca, desenvolvendo, também, um sistema de classificação. O livreiro inglês Andrew Maunsell compilou um catálogo dos livros ingleses impressos, determinando, no prefácio, as regras para o registro das obras. Maunsell preconizou a entrada dos nomes pessoais pelo sobrenome e, para obras anônimas, usou o título ou assunto e às vezes ambos. Estabeleceu a entrada uniforme para a Bíblia e defendeu a idéia de que um livro devia ser encontrado tanto pelo sobrenome do autor, como pelo assunto e pelo tradutor. Incluiu em seus registros o tradutor, impressor ou pessoa para quem o livro foi impresso, data e número do volume (MEY, 1995). Segundo Burke (2003, p.88), o catálogo da *Bodleian Library*, em Oxford, “publicado em 1605, separava os livros em quatro grupos principais - artes, teologia, direito e medicina - com um índice geral de autores e índices especiais de comentadores de Aristóteles e da Bíblia”.

Vale destacar ainda o nome do médico Gabriel Naudé (1600-1653), considerado o primeiro teórico da moderna organização de bibliotecas; Naudé organizou a mais antiga biblioteca pública de Paris, a biblioteca do cardeal Mazarin, hoje a *Bibliothèque Mazarine*, aberta ao público em 1643, e que, dez anos depois, possuía cerca de 40 mil volumes (NOVA..., 1999). Fonseca (1979) aponta a obra de Naudé, *Advis pour dresser une bibliothèque*, publicada em 1627, como o primeiro livro de biblioteconomia, o qual foi traduzido para vários idiomas e influenciou o contexto da época.

Ainda em relação ao século XVII, Burke (2003, p.44) destaca a formação de “gabinetes de curiosidades”, montados nas casas de filósofos e estudiosos da época, e contendo materiais variados como “pedras, conchas ou animais exóticos (crocodilos, por exemplo)”, entre outros materiais. Tais “gabinetes” podem ser considerados uma primeira forma do que veio a constituir os museus modernos. Segundo Burke, o entendimento dos estudiosos e pesquisadores dos dias atuais, em relação às pinturas e registros gráficos desse período, coloca os museus como instituições que tinham o objetivo principal de “dar aos espectadores uma impressão não só de abundância mas de heterogeneidade” (BURKE, 2003, p.100), pois muitos desses gabinetes continham, muitas vezes lado a lado,

[...] peixe empalhado pendurado no teto (junto com um pequeno urso), e galhadas de veado exibidos na parede junto com chifres de beber. O catálogo revela um conjunto ainda mais amplo de objetos, incluindo uma múmia egípcia, um antigo broche romano, dinheiro de Java, manuscritos da Etiópia e do Japão e cachimbos do Brasil, além de muitas antiguidades nórdicas - lanças da Groenlândia, um arco da Lapônia, esquis da Finlândia e um antigo escudo da Noruega. (BURKE, 2003, p.100).

Mesmo mesclando os mais variados tipos de objetos, Burke (2003, p.100) considera que existia, na forma de disposição dos materiais, um desejo de classificar, como demonstram as pesquisas sobre o museu de Ole Worm (1588-1654), polímata dinamarquês (BURKE, 2003, p.241), que incluía os materiais em caixas rotuladas como “Metal”, “Pedra”, “Madeira”, “Conchas”, “Ervas”, “Raízes”, entre outras.

Coleções de materiais como a de Worm, foram organizadas e publicadas como livros (os chamados “museus em papel”) nesse mesmo período, pois se entendia que o museu era um “microcosmo, um universo em miniatura” (BURKE, 2003, p.102) e, a partir dele, as pessoas poderiam se instruir e entender aspectos da vida em diferentes partes do mundo. As moedas, por exemplo, poderiam ser organizadas segundo várias categorias, como de imperadores, de províncias, de deuses, de virtudes, de guerras, de jogos, etc., ou simplesmente em ordem cronológica. Outro ponto destacado pelo autor em relação à criação dos museus é o aparecimento de uma diversidade de materiais provindos dos novos continentes, muitas vezes diferentes daqueles materiais aos que os europeus estavam acostumados (BURKE, 2003). Essa idéia de novos horizontes, de diversidade e de crescimento, indubitavelmente se refletia na vida cultural das pessoas.

A partir de 1609, de acordo com Burke (2003), governos de países como a Inglaterra, a Espanha e a França, começaram a atribuir nomeações oficiais aos profissionais organizadores, que eram chamados de arquivistas ou curadores de documentos. Muitos desses profissionais eram estudiosos e eruditos que desempenhavam, primeiramente em tempo parcial e depois, em tempo integral, atividades de guarda, organização e indexação de documentos.

Burke comenta que a criação dos arquivos, inicialmente, não teve o caráter de servir à pesquisa e aos pesquisadores (embora mais

tarde esses documentos tenham sido muito utilizados para esse fim), mas para facilitar a administração dos reis e dos governantes e que “o princípio do acesso público aos arquivos só foi proclamado com a Revolução Francesa” (BURKE, 2003, p.129).

O século XVIII é marcado pelo crescimento substancial das bibliotecas na Europa, gerado pelo desenvolvimento da pesquisa científica e atividades de estudo. Um acontecimento que merece destaque ocorreu durante a Revolução Francesa, quando as bibliotecas dos nobres foram confiscadas e transformadas em bibliotecas de uso público, levando assim o governo da Revolução a estabelecer, em 1791, normas para sua organização, dando origem ao primeiro código nacional de catalogação. Data desse período, o uso de catálogos em fichas (MEY, 1995).

Martins (1996, p.323) considera que, do século XVI até o XVIII, as bibliotecas sofreram um processo gradativo de mudança, caracterizado por quatro fatores principais: “1) a laicização; 2) democratização; 3) especialização; 4) socialização”. A laicização é a libertação da pressão religiosa, caracterizada pelo acesso limitado, tanto em relação aos prédios das bibliotecas quanto aos seus materiais de consulta (livros, periódicos ou quaisquer outros documentos); os livros, especialmente, perdem o caráter de objetos sagrados e secretos, e passam a ser vistos como instrumentos de trabalho.

Em relação à democratização, essas instituições vêm a adotar uma postura, em relação a todos os usuários, no sentido de que houvesse uma “ascensão do homem comum aos privilégios que antes estavam reservados apenas a uma minoria.” (MARTINS, 1996, p.324). A democratização levou à especialização, pois as necessidades das pessoas foram se tornando cada vez mais variadas, sendo impossível uma instituição conseguir abarcar, em seu acervo, todos os assuntos. Primeiro, surgiram as coleções especializadas; mais

tarde, constituíram-se as bibliotecas especializadas; uma primeira divisão estabelecida foi entre as bibliotecas de conservação (como as de obras raras) e as de consumo, que se prestavam ao uso coletivo, centrando-se nas necessidades mais simples de informação (como as públicas). Em seguida, aparecem as bibliotecas universitárias, militares, industriais, escolares, médicas, e as jurídicas, entre tantas outras.

A socialização é o último fator destacado, e refere-se à preocupação das instituições em atrair um número cada vez maior de usuários, buscando satisfazer seus desejos e necessidades informacionais (MARTINS, 1996).

Importantes avanços aconteceram no século XIX, com a criação da Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada por Melvil Dewey, bibliotecário norte-americano, em 1876. Este é um sistema de classificação decimal para catalogar livros e documentos, que passou a ser adotado por inúmeras bibliotecas em todo o mundo (NOVA..., 1999). Ainda no mesmo ano, Charles Ami Cutter publicou suas *Rules for a dictionary catalogue* (Regras para um catálogo dicionário) com um esquema de classificação e uma tabela representativa de sobrenomes, que são utilizados até os dias atuais (MEY, 1995).

Em 1895, o advogado belga Paul Otlet fundou o Instituto Internacional de Bibliografia, juntamente com Henri-Marie La Fontaine. Juntos desenvolveram, no final do século XIX, a Classificação Decimal Universal (CDU), um tratado para organização e indexação de acervos (FONSECA, 1992; NOVA..., 1999).

Ainda no século XIX, marcado pela revolução industrial e pelo desenvolvimento tecnológico, constata-se um vertiginoso aumento na produção editorial. Começam a aparecer publicações sistemáticas, como os primeiros índices cumulativos. Neste período, nasceu a idéia de fazer-se um Controle Bibliográfico Universal (CBU) e o Instituto Internacional de Bibliografia se propôs a fazer um registro (uma “ficha”) para cada obra publicada, de forma a viabilizar o CBU.

Porém, logo verificou-se que o CBU não era um projeto possível, e sim, um sonho grande demais.

García Gutiérrez (1999) entende a iniciativa do CBU como um marco histórico que impôs a existência de uma área preocupada em estabelecer a organização de todo o repertório bibliográfico do mundo. Mesmo não tendo continuidade, a partir daí tomou-se consciência de que a descrição dos documentos, feita com uniformidade e consistência, era importante e não se podia mais trabalhar de forma individualizada, pois almejava-se a troca ampla de informações (SMIT, 1996).

Como alternativa para o controle bibliográfico, porém de maneira mais restrita, aparece o depósito legal, uma lei que obriga os editores a depositarem um exemplar de cada publicação nas bibliotecas designadas como depositárias (McGARRY, 1999). No Brasil, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ficou responsável pelo depósito legal e controle da produção bibliográfica nacional. Segundo Martins (1996), que em sua obra transcreve a lei do depósito legal brasileira, de 20 de dezembro de 1907, ficam obrigadas as editoras a depositarem não só livros, mas periódicos, folhetos, jornais, obras musicais, mapas, plantas e estampas chegando até aos selos, medalhas e outras espécies de materiais numismáticos.

Segundo Martins (1996), até a Renascença existiam profissionais que organizavam os materiais. Do século XV ao século XIX o bibliotecário era um profissional “contratado por instituições particulares, sem formação especializada, quase sempre um erudito ou um escritor”. (MARTINS, 1996, p.332). Para esse autor, a profissão de bibliotecário, como atividade especializada, só apareceu no século XIX, sendo reconhecida pelo Estado como uma profissão socialmente indispensável. Mesmo com a profissão instituída, os eruditos ainda ocuparam posições de bibliotecários, muitas vezes sem especializações técnicas, até o aparecimento dos cursos de biblioteconomia.

Também é do século XIX a criação da *Library of Congress* (LC), fundada em 1800 e sediada em Washington. Esta desempenha a função de biblioteca nacional dos Estados Unidos, principalmente servindo de fonte de informações ao Congresso e a outros órgãos oficiais desse país (FONSECA, 1979; FONSECA, 1992; NOVA..., 1999).

No século XX, a comunicação humana expande-se ainda mais com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A primeira aplicação do processamento de dados nas bibliotecas se deu em 1935, na *University of Texas* e, em 1941, na *Boston Public Library*, na qual se introduziu o uso dos cartões perfurados para o controle de empréstimo de livros (FONSECA, 1979).

No Brasil, no campo da organização de informações destaca-se, com o aparecimento dos computadores - na década de 1960 - a automação de serviços de documentação e, por intermédio dela, uma tentativa de padronização do processamento das informações. Nesse período também começaram as primeiras pesquisas sobre indexação automática, ou seja, o tratamento de conteúdo feito por computador (SMIT, 1996).

De acordo com Souza *et al.* (2000), o desenvolvimento da tecnologia de redes eletrônicas intensificou o fenômeno da explosão de documentos eletrônicos, ocasionando o aumento do volume de informações disponíveis. Neste contexto, foi desenvolvido o conceito de metadado - “dado sobre o dado” -, isto é, a descrição do documento eletrônico visando facilitar sua recuperação nos sistemas de busca e recuperação. Nesta área, destaca-se o formato MARC (*MAchine Readable Cataloging*) para descrição de informações bibliográficas, desenvolvido desde 1968 pela *Library of Congress* e difundido por todo o mundo (FONSECA, 1979).

Como destacam Smit e Barreto (2002), de nada adianta haver um grande estoque de informações armazenadas, tanto em bases de

dados como em bibliotecas, arquivos, museus ou quaisquer outras instituições, sem que exista uma comunicação consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor, pois esses estoques de informação não têm compromisso direto e final com a produção de conhecimento. É de suma importância o tratamento desses estoques para que as informações neles contidas possam ser bem exploradas e aproveitadas pela coletividade. Nesse sentido, destaca-se a posição do organizador e difusor da informação: o indivíduo responsável pelo seu tratamento, com vistas ao acesso e ao compartilhamento das informações. Além disso, este trabalho apresenta um aspecto de suma responsabilidade, pois requer a adequação das informações aos diferentes tipos de usuários, os quais apresentam variados graus de instrução, diferentes níveis de renda, professam diversas religiões, e pertencem a diversas raças - fatores que interferem no seu acesso à informação.

Até aqui, pretendeu-se traçar um breve histórico, ressaltando o desenvolvimento das várias formas de registro da informação como motivo do nascimento da função do organizador de informação. Os dados até aqui apresentados permitem afirmar que, até o início do século XX, a profissão de bibliotecário tinha um caráter elitista, tanto pelo alto nível de conhecimento e erudição dos profissionais, quanto pelo fato de a instituição *biblioteca* atender quase exclusivamente às pessoas com alto nível educacional. A imagem do profissional estava ligada à biblioteca, na condição de “apartamento que ou lugar onde se colocam livros; galeria, construção cheia de livros” (CHARTIER, 1994, p.70), mesmo que nela constassem outros tipos de materiais.

Organizadores e difusores da informação: o bibliotecário em questão

A partir da exposição anterior, a respeito dos diferentes tipos de materiais que foram criados ao longo da história pela humanidade e

da necessidade de profissionais que cuidassem de sua organização e disponibilização com o objetivo de acessar esses materiais no futuro, passa-se agora a abordar especificamente as características de alguns desses profissionais: o bibliotecário e o documentalista.

Novamente recorrendo a McGarry (1999, p.111), lembramos que “as bibliotecas, em seu sentido mais amplo, existem há quase tanto tempo quanto os próprios registros escritos”; entende-se que elas foram as primeiras instituições criadas com a intenção de organizar a informação registrada e que as iniciativas destacadas no tópico anterior, somadas a outros conhecimentos que não foram citados, formaram o arcabouço de conhecimentos da Biblioteconomia.

De acordo com Fonseca (1992, p.59), a origem da palavra biblioteca vem do grego *bibliothéke*, em que *biblion* significa livro e *théke* denota “qualquer estrutura ou invólucro protetor como cofre, estojo, caixa, estante e edifício”. Daí sua ligação tão fortemente estabelecida, até os dias atuais, com o livro como portador de informação.

O profissional que atua nas bibliotecas é o bibliotecário, desde que seja diplomado em curso de biblioteconomia (FONSECA, 1992, p.101). A formação do bibliotecário teve duas correntes principais: uma linha humanista proposta pela *École Nationale des Chartes*, fundada em Paris, em 1821, e outra, de caráter tecnicista, surgida em 1887, nos Estados Unidos, com a *School of Library Economy*, fundada por Melvil Dewey na *Columbia University* em Nova York (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000). Martins (1996) ressalta que o ensino da escola francesa era o mesmo para bibliotecários, arquivistas-paleógrafos e arqueólogos.

O Brasil sofreu influência dessas duas escolas, prevalecendo, no entanto, o modelo americano. De acordo com Bottentuit e Castro (2000), por volta de 1940, duas escolas funcionavam no país: uma em São Paulo, inspirada nos

métodos norte-americanos e uma no Rio de Janeiro, subordinada à Biblioteca Nacional, que seguia a linha européia.

O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional sofreu reformas, sob a orientação do escritor Josué Montello. Montello, citado por Bottentuit e Castro (2000, p.35) relata:

[...] fiz em 1944 a grande transformação e atualização do curso que ainda era muito voltado para o saber humanístico. Eu procurei dar a esse curso uma orientação técnica moderna, resultado dos trabalhos técnicos da Biblioteconomia. E fui encarregado pelo Diretor da Biblioteca, para dirigir esses cursos. E a direção que dei, era eminentemente atualizada com o que se estava fazendo em última palavra nas escolas americanas.

Martins (1996, p.332) ressalta, como resultado da adoção da linha norte-americana, que a profissão de bibliotecário tomou, ao longo do tempo, o caráter de “técnico puro”. O autor ainda discute “a estreiteza mental que decorre, freqüentemente demais, da especialização” e como ponto positivo destaca “a organização racional do trabalho”. Na verdade, Martins (1996) coloca como ideal uma combinação das duas correntes, pois segundo ele, não se pode admitir um bibliotecário erudito que não domine as técnicas biblioteconômicas, porém, um “bibliotecário exclusivamente preso aos números da tabela de Dewey é também inferior ao que a biblioteca representa como cultura e às próprias funções que deve desempenhar.” (MARTINS, 1996, p.338).

Ferreira, citada por Souza (1994, p.12), indica que, desde 1973, quando da promoção de um seminário pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre a “Formação do bibliotecário face às exigências profissionais da atualidade”, se discutiam problemas relaciona-

dos à escolha do curso de Biblioteconomia; Ferreira enfatiza que tal escolha se devia mais a fatores secundários como a “menor duração do curso, influência de amigos, gosto por livros, do que a uma decisão consciente, por vocação”.

Dias, citado por Oliveira (1983, p.6), destacava a preocupação com a especialização técnica excessiva dos profissionais, comentando serem eles “pouco familiarizados com os problemas da cultura e da pesquisa”. Reforçando este ponto de vista, Lorusso, citada por Souza (1994, p.5), ao discutir a posição das escolas de Biblioteconomia em 1992, aponta:

[...] já é fato consumado que o currículo mostra-se incompatível com a realidade cotidiana, quer pela terminologia, quer pela continuidade do currículo anterior em termos de mentalidade e conteúdos. Em muitas escolas, a terminologia mudou, mas o conteúdo permaneceu. Uma roupa nova num conteúdo antigo. E o que é pior: a manutenção dos mesmos hábitos ou vícios preconizados.

Recentemente, Rodrigues (2002), em estudo sobre a formação dos Profissionais da Informação (PI) nesse novo ambiente, ainda ressalta o caráter técnico da formação, mas já constata um movimento que tenta minimizar e/ou romper com a massificação técnica dos profissionais, evidenciando a importância da pesquisa nas universidades, com o intuito de enriquecer o perfil dos profissionais por ela formados.

A Documentação⁵ nasce pela iniciativa de Otlet e de La Fontaine, caracterizada como “processo que permite reunir, classificar e difundir todos os documentos de toda a espécie, relativos a todos os setores da atividade humana.” (SHERA, 1980, p.95). Segundo Buckland (1991), o termo *documento* ou *unidade documentária* foi utilizado como um termo genérico que denotava

⁵ Existiam duas linhas de formação profissional: uma, na Europa, formando profissionais chamados documentalistas; outra, nos Estados Unidos e América Latina, formando bibliotecários.

coisas informativas. Briet, citada por Buckland (1991, p.355), definiu documento como “qualquer indicação concreta ou simbólica, preservada ou registrada, para reconstruir ou para comprovar um fenômeno, seja físico ou mental”. Por essa razão, documento poderia ser desde um manuscrito até uma peça de museu. Robredo e Cunha (1994, p.3) entendem que o termo documento foi ampliado e passou a englobar “todo tipo de suporte físico da informação, que permita o seu armazenamento”. Neste sentido, passou a incluir também os cartões perfurados do início da informática, as fitas magnéticas gravadas e os programas de computador.

O caráter de erudição do profissional ligado à organização da informação e do conhecimento registrado foi perdido, segundo García Gutiérrez (1999, p.36), em decorrência do contexto social-histórico em que foram estabelecidas essas profissões, citando como exemplo o documentalista. O autor afirma que a “Informação/Documentação deve ser observada no marco geral dos fenômenos que dizem respeito à Cultura e à Comunicação de massas”, surgindo como uma “ferramenta fundamental de instrução social.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999). Portanto, seu profissional, o documentalista, se instituiu com um forte caráter social.

Entretanto, o mesmo autor critica a posição dos que acreditam ser esse profissional “uma espécie de representante e benfeitor dos desprotegidos usuários que desejam informar-se para produzir mais informação.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999, p.37). Ressalta, ainda, que o documentalista de meios de comunicação, de maneira geral, possuía cultura média e desenvolvia um trabalho rotineiro e impessoal, com pouco reconhecimento e prestígio social, passando esse mesmo profissional a contemplar a informação que manuseava como uma verdadeira massa disforme, fora de contexto (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999). Para García Gutiérrez (1999), faltou a esse profissional uma postura crítica e subentende-se que essa falta deveu-se à sua pouca instrução.

Shera (1980) acrescenta que a mudança de foco na orientação, da **preservação da informação**, para o **usuário**, já era latente na conferência de bibliotecários que se realizou em 1853, a partir do enfoque no serviço ao público (grifos nossos). Pode-se, a partir das colocações de García Gutiérrez e de Shera, já citadas, analisar alguns pontos:

1) inicialmente, à época das primeiras universidades, os bibliófilos (ou bibliotecários eruditos) atuavam em bibliotecas tendo contato com um número reduzido de usuários; portanto, tinham mais tempo para estudar e conhecer seu acervo, que crescia em proporções bem menores do que as de hoje;

2) os bibliotecários eruditos, em sua maioria, eram formados primeiramente em outra área do conhecimento, e a partir daí se dispunham a organizar as bibliotecas; o que leva à discussão sobre a Biblioteconomia como área que deve ser estudada em nível de pós-graduação - Cunha (2000, p.73), estudando a formação dos PI na França, destaca a opinião emitida pela associação francesa dos profissionais de informação e documentação, segundo a qual “a dupla formação é indispensável para trabalhar a informação”, não sendo possível “tratar a informação corretamente sem ser especialista do assunto tratado”;

3) as linhas americana e francesa valorizavam diferentemente a técnica e a erudição. A partir da implementação dos cursos de Biblioteconomia, entende-se que, dependendo da linha escolhida - e no Brasil sabe-se que predominou a norte-americana -, a classe profissional, de forma geral, foi influenciada e se estabeleceu dentro dessa linha, com o predomínio da função técnica.

Martins (1996, p.335) entende que a ênfase na técnica, em detrimento da cultura geral, aliada ao crescente aumento de materiais de todas as espécies - explosão informacional -, foi responsável pelo fato de a categoria de bibliotecários passar a encarar os materiais como “uma carga e um estorvo”.

O trabalho de Oliveira (1983) apresenta os pontos-chave responsáveis pela institucionalização da profissão de bibliotecário: a elaboração de um código de ética; a criação de associações profissionais; a elaboração de currículos acadêmicos próprios; o treinamento especializado; o desenvolvimento de um corpo teórico; um volume significativo de publicações; o trabalho ser assegurado pela legislação; o fornecimento de serviços à comunidade; a aceitação, por parte da comunidade, da autoridade desse profissional.

Mesmo com uma profissão instituída, a categoria começou a enfrentar problemas em relação à sua visibilidade, pelos próprios bibliotecários e por outras categorias profissionais. Martins (1996, p.333) apresenta em sua obra uma discussão ocorrida em um congresso de bibliotecários promovido em São Paulo, no ano de 1951, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em que se destacavam quatro perfis principais de bibliotecários atuantes na América Latina: o primeiro era formado por pessoas “muito estimáveis, conscienciosas, dignas de confiança e amantes da leitura”, porém “sem a menor idéia das técnicas da área”; o segundo, englobava “certo número de mulheres casadas ou de solteironas, também das mais estimáveis, que, por qualquer motivo, tiveram necessidade de ganhar a vida” e que “não passavam de guardiãs de livros” (estereótipo comentado até os dias atuais); o terceiro perfil incluía “a personalidade em evidência com todas as qualidades intelectuais, mas sofrendo da moléstia incurável e inconfessável de não ser técnico”; o último, era composto pelos bibliotecários profissionais com formação na área.

A transcrição do trecho acima pretende apenas demonstrar que a discussão em relação à categoria dos bibliotecários não é recente. Para ilustrar ainda mais as discussões, desde tempos passados, ressalta-se a observação de Litton (1976, p.187) alertando sobre a “falta de visão e a pouca ou nula vontade que possuem os

bibliotecários de enfrentar os novos e crescentes usos e manifestações da documentação científica”.

Oliveira (1983) ressalta largamente os problemas relacionados à prevalente má percepção da profissão, discutidos por diversos autores em vários congressos da área, entre as décadas de 1950 e 1970. Tais problemas são apresentados, a seguir, de forma resumida, acentuando-se a necessidade de mudanças nesses aspectos: a mentalidade dos profissionais da área, que deveriam ter maior preocupação com sua realização profissional e mais consciência do seu papel; ausência total de criatividade para a implantação de serviços (por esses profissionais se prenderem muito às técnicas); isolamento dos profissionais (falta de consciência de classe); e visão estereotipada que o público tem dos mesmos (devido ao grande número de mulheres não qualificadas, empregadas na categoria).

Trabalhos mais atuais, como o de Barbosa (1998), ainda discutem a questão da denominação do bibliotecário como resultado da ligação quase que exclusiva aos livros na visão da sociedade em geral. Na realidade, as pessoas consideram que o ambiente da biblioteca é apenas mais um edifício que guarda materiais, desconhecendo que este profissional trabalha com fluxos de informação armazenada. O autor ainda ressalta que “o verdadeiro ‘negócio’ da biblioteconomia é a informação, e não livros”. (BARBOSA, 1998, p.55).

Guimarães (2000) entende que é por meio da melhor formação do profissional da informação que se poderá obter um maior reconhecimento profissional por parte da sociedade; esta melhor formação deve ser promovida através de investimentos das universidades e das instituições formadoras em uma dimensão investigativa, para que dela possam resultar conhecimentos teóricos e práticos (metodologias, aplicações) para que a coletividade possa ver e reconhecer o esforço da área e entender a atuação dos PI. Sem essa

iniciativa, o autor entende que a formação se vincula basicamente à reprodução de conhecimentos. Smit (2000) corrobora as colocações de Guimarães e opina que a pesquisa - tanto teórica como de aplicação prática - trará progresso para a Ciência da Informação (CI) como área do conhecimento e, em consequência, aos seus profissionais. Cunha, citada em Cunha e Crivellari (2004) entende que, “quanto maior o poder de abstração teórica de uma profissão, mais sólida ela será no espaço social e no sistema profissional”.

Acredita-se que, com o passar do tempo, muitas das colocações acima citadas, como a visão estereotipada dos profissionais atuantes nas categorias de bibliotecários e documentalistas, por exemplo, foram sendo cristalizadas e as áreas passaram a incorporar essas posições até os dias de hoje (salvo exceções), levando a outros problemas, como a falta de reconhecimento pelos próprios profissionais e também pela coletividade.

Profissional da Informação: um profissional em busca de identidade

Como se vem destacando, com a diversidade de materiais e suportes de informação, houve a necessidade de as instituições, e portanto, de seus profissionais, se especializarem. De maneira bem geral, em uma primeira tentativa de divisão, pode-se pensar que museus cuidam de objetos, arquivos guardam documentos de controle ou administrativos, e bibliotecas armazenam informações para estudo, como livros e periódicos. Buckland (1991) corrobora essa divisão com uma similar - bibliotecas lidam com livros; sistemas de informação baseados em computadores manuseiam dados em bits ou *bytes*; museus manuseiam diretamente objetos, mas assinala que a intenção comum é sempre auxiliar os usuários a se tornarem informados.

Para Smit (2000) as áreas da Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e

Museologia são áreas afins. *Grosso modo*, apesar de se esperar que as bibliotecas trabalhem basicamente com livros e periódicos, os arquivos, com documentos administrativos e os museus, com objetos, na prática, um arquivo pode possuir livros em seu acervo; uma biblioteca, por sua vez, pode ter uma coleção de fotos ou gravuras, enquanto um museu pode guardar quaisquer tipos de documentos que retratem uma época que se deseja representar, incluindo-se fotos e livros, entre outros materiais, cabendo aos profissionais específicos saber como lidar com eles. Fica claro, portanto, que as três áreas se relacionam, pois trabalham com a informação, possuem estoques de materiais e têm como objetivo comum guardá-los, conservá-los e disponibilizá-los para a presente e as futuras gerações.

Robredo e Cunha (1994) colocam arquivistas, bibliotecários e museólogos como irmãos de profissão, lembrando que, em alguns países, os três formam uma mesma família profissional. Fonseca (1979) destaca uma primeira tentativa de agrupamento entre as áreas de Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia com a criação, pela Unesco, em 1948 do Conselho Internacional de Arquivos. Em 1952 foi realizado um evento em Madri, o I Congresso Ibero-Americano de Arquivos, Bibliotecas e Propriedade Intelectual e, em 1972, em Washington, o Seminário Interamericano sobre Integração de Serviços de Informação dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação. Por último destaca-se, em 1974, a realização da Conferência Intergovernamental sobre a Planificação das Infra-Estruturas Nacionais de Documentação, de Bibliotecas e de Arquivos, promovida pela Unesco, em Paris. Essa mobilização ficou conhecida como o pacto entre bibliotecas e arquivos.

O que diferencia os profissionais que atuam nessas áreas? Seria o tipo de material com que trabalham? Mesmo assim, como se demonstrou no parágrafo anterior, cada instituição

acima citada - arquivo, biblioteca e museu - pode ter em seu acervo documentos e materiais que deveriam, por essa regra de tipo de material, estar em poder de outra instituição. Smit (2000) argumenta que a diferenciação das áreas por tipo de material com que trabalham não é a melhor opção, mas sim a diferenciação pelo uso que se faz da informação veiculada por esse material:

A informação sendo uma, "informação" sem outros predicados, é o usuário, em sua busca, e de acordo com suas necessidades, que atribui funções diferenciadas à informação. É nessa acepção que proponho que passemos a entender as expressões "informação arquivística", "informação bibliográfica" e "informação museológica", ou seja, entender que os atributos que especificam o termo-raiz "informação" não designam tipos de documentos mas tipos de utilização da informação. (SMIT, 2000, p.128).

Guimarães (2000), em estudo que tratou da formação dos PI, destacou a iniciativa do Ministério da Educação a respeito da elaboração de diretrizes curriculares nas diversas áreas do conhecimento. Para a comissão de CI foram convocados profissionais renomados de diversas universidades; desse encontro surgiu um primeiro delineamento de diretrizes curriculares que abrangessem os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, por estas áreas possuírem um núcleo comum de conteúdos, centrados no documento e na informação. Esse autor enfatiza a necessidade de maior diálogo entre essas áreas, para que saibam reconhecer a atuação de cada uma e promovam o respeito dos seus profissionais em relação às outras áreas e à coletividade, além de tratarem do estabelecimento de ações integradas para sua melhor visibilidade.

Existem duas outras áreas que se juntam a essa discussão em relação às definições, a de Documentação e a de Ciência da Informação. De acordo com Fonseca (1992), a Bibliote-

conomia tem como objetivo a democratização da cultura por meio das bibliotecas públicas; a preservação e difusão do patrimônio bibliográfico de cada nação, por meio das bibliotecas nacionais e bibliografias nacionais correntes e retrospectivas; o apoio documental ao ensino e à pesquisa oferecidos pelas bibliotecas universitárias. À Documentação compete fornecer resumos de pesquisas, concluídas ou em andamento, por meio de artigos, comunicações a congressos, relatórios, teses, patentes, etc., e, eventualmente, traduções desses documentos, muitos dos quais não impressos. A Ciência da Informação tem como objetivo estudar a gênese, transformação e utilização da informação.

Le Coadic (1997, p.517), trata da Ciência da Informação e suas disciplinas correlatas - Biblioteconomia, Documentação, Arquivística, Museologia e Comunicação - considerando-as *práticas empíricas de organização* e não, ciências rigorosas (grifos nossos). A comunicação é vista como um contato, uma interação entre pessoas. São tratados os processos de comunicação da informação: os escritos (o artigo, a revista, a literatura) e os orais (contatos, reuniões, congressos).

A CI é uma disciplina relativamente nova, surgida na década de 1950, e que possui grande ligação com as TIC.

[A informação é] o objeto de estudo da Ciência da Informação **como campo que se ocupa e se preocupa com os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação**, bem como com o estudo dos fluxos de informação desde sua criação até a sua utilização, e sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais. (SMIT e BARRETO, 2002, p.17, grifos nossos).

Robredo e Cunha (1994, p.5) discutem o caráter interdisciplinar da CI, defendendo que esta se relaciona com áreas como "as matemá-

ticas, a lógica, a lingüística, a psicologia, a informática, a pesquisa operacional, a análise de sistemas, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração etc.” Ressaltam, ainda, que tanto a biblioteca tradicional quanto a documentação “não são mais do que aplicações particulares da ciência da informação”.

No debate sobre a ligação da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação existem autores que entendem ser, cada uma dessas áreas, a continuação da outra, caracterizando-as como evolução da mesma disciplina (SHERA, 1980; ALMEIDA JÚNIOR, 2000; HJØRLAND, 2000). Abaixo, alguns pontos que pretendem sustentar essa abordagem:

“Novamente como em Biblioteconomia, a questão não é sobre o campo de atuação, mas sobre paradigmas, fundações teóricas e soluções pragmáticas, e por último, suas conveniências para os problemas humanos de informação”. (SARACEVIC, 1995, p.38).

Hjørland (2000, p.509) entende que a CI é um desenvolvimento, ou uma evolução, da área da Documentação, a qual, por sua vez, e de acordo com o autor, “é um neologismo, isto é, uma nova nomenclatura, desenvolvida primeiramente por Paul Otlet para designar armazenamento e recuperação da informação, serviços primeiros da Biblioteconomia”.

É importante destacar os tênues limites entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação. Shera (1980) destaca etapas de um processo, em que a evolução entre as áreas fica quase comprovada:

No entanto, não só se propuseram a fazer um trabalho completo, mas também submeter os materiais bibliográficos a uma análise de conteúdo mais profunda do que a até então feita pelos bibliotecários e, para diferenciar sua atividade da Biblioteconomia, deram-lhe o nome de Documentação. (SHERA, 1980, p.91).

O Quadro 1 mostra algumas definições sobre as áreas mais discutidas, para facilitar o entendimento em relação à confusão instalada, pelos próprios pesquisadores, sobre a atuação de cada área que trabalha com a informação.

Em relação ao exposto no Quadro 1 destacam-se, por exemplo, as definições de Bibliologia de Paul Otlet, de 1934, comparando-a com a de Documentação, de Javier Lasso de la Vega, de 1954: as duas definições partem de uma coleção de materiais, sendo que a primeira se centra nos livros e, a segunda não especifica o tipo de material, mas deduz-se que sejam documentos pelo fato de a definição ser a de Documentação. De acordo com a definição de Briet, citada por Buckland (1991, p.355), e já apresentada anteriormente, entende-se por documento “qualquer indicação concreta ou simbólica, preservada ou registrada, para reconstruir ou para comprovar um fenômeno, seja físico ou mental”; portanto, segundo esse raciocínio, poderiam incluir-se livros à definição de Lasso de la Vega.

Sobre as definições de Ciência da Informação de R.S. Taylor, de 1963, e de Documentação da Federação Internacional de Documentação (FID), de 1971 ressalta-se que ambas se referem à organização e à difusão de informação, não sendo especificado nenhum suporte.

As diferentes definições das áreas se refletiram na nomenclatura de instituições importantes: por exemplo, o Instituto Internacional de Bibliografia, fundado em 1895, em 1931 passou a ser chamado Federação Internacional de Documentação (FID), a partir de 1986 até os dias atuais, é chamado Federação Internacional de Informação e Documentação (FID). Outro exemplo, o *American Documentation Institute*, fundado com esse nome, passou a chamar-se *American Society for Information Science* (ASIS) em 1968 (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999) e, a partir de 2000, mudou outra vez seu nome, para *American Society for Information Science and Technology* (ASIS&T)

(AMERICAN..., 2004), destacando-se a influência das TIC. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), criado em 1954, passou a se chamar, a partir de 1976, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (FONSECA, 1979; 1992). Segundo Fonseca (1992, p.115), “a transfor-

mação do IBBD em IBICT corresponde à transição da documentação para a ciência da informação”.

A situação é bem complexa. Com cada área mudando de nome seguidamente, os profissionais recebiam distintas denominações em cada uma delas, mesmo que estivessem

Quadro 1. Diferentes definições em relação à organização da informação e suas áreas.

Definição	Data	Área	Autor
Descrição de livros, coleção, cuidado e administração.	1934	Bibliografia	Paul Otlet
Ciência que estuda a produção, conservação, circulação e uso de documentos.	1934	Bibliologia	Paul Otlet
Arte de coletar, classificar e fazer acessíveis os documentos.	1948	Documentação	S. C. Bradford
Processo de colecionar e classificar por matérias e de facilitar testemunho aos inventores e descobridores.	1954	Documentação	Javier Lasso de la Vega
Ciência e prática da elaboração e da organização da informação em todos os domínios científicos e técnicos.	1959	Documentação	FID
Ciência que estuda as propriedades das forças que regem o fluxo e os meios do processo informativo, isto é, a criação, difusão, coleção, organização, armazenamento, busca, interpretação e uso da informação.	1963	Ciência da Informação	R. S. Taylor
Estudo das propriedades do conhecimento e da transferência de informação.	1964	Ciência da Informação	R. S. Taylor
Disciplina que estuda a estrutura da informação científica e as leis que a regem, assim como sua teoria, história e métodos.	1967	Informatika*	A. I. Mikhailov
Organização, ordenação, investigação, difusão e avaliação da informação sobre ciências, tecnologias e artes, registrada em qualquer suporte.	1971	Documentação	FID
Processo contínuo e sistemático (identificação, colocação (emprego), aquisição, análise, depósito, recuperação, circulação e conservação de documentos e dados para usuários especializados).	1976	Documentação	Gernot Wersig
Análise do conteúdo intelectual da literatura especializada, sua organização sistemática e sua difusão.	1977	Documentação	IFLA
Ciência geral que tem por objeto o estudo do processo de transmissão e recuperação das fontes para a obtenção de novo conhecimento.	1980	Documentação	José López Yepes
Armazenamento e investigação da informação documental em sua relação com a tecnologia.	1981	Documática	ADBS

Fonte: García Gutiérrez (1999).

(*) García Gutiérrez (1999, p.32) destaca que deve ser observada a diferença de sentido entre a “Informatika (igual à Informatologia, nas palavras de Pauline Atherton) e a Informatics = *Computing Science* anglo-saxônica”.

desenvolvendo as mesmas atividades ou similares. O que dizer do profissional da área de Documentação, o documentalista; da Biblioteconomia, o bibliotecário ou biblioteconomista; da Arquivologia, o arquivista; da Museologia, o museólogo; da Ciência da Informação, o profissional da informação ou cientista da informação. Não são todos eles profissionais que lidam com informação?

Biblioteconomista ou Profissional da Informação: eis a questão!

A partir das diferentes denominações encontradas na literatura - e atualmente com a inserção das novas TIC, elas têm aumentado ainda mais - questiona-se a real existência, no mercado de trabalho de profissionais registrados com denominações incomuns como bibliodocumentalista, cibertecário, infomediário, entre outras (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p.48). Em que se deve basear a denominação de um profissional? No tipo de material que manipula? Em sua atividade prática? Nas competências que possui? No tipo de instituição em que atua?

Neste sentido, Smit (2000) reconhece que a denominação de Moderno Profissional da Informação (MIP), baseado num estudo desenvolvido pela FID, engloba uma família composta pelos arquivistas, bibliotecários/documentalistas e museólogos, cuja competência específica deve ser o tratamento da informação; elimina-se assim o hábito de denominar-se cada profissional pelo ambiente ou pelas instituições em que atua.

Rezende (2002) destaca que o processo de globalização, o avanço e o desenvolvimento mundial em várias áreas, principalmente a tecnológica, trouxeram a necessidade de que as organizações (basicamente as empresas) passassem a contar com profissionais que auxiliassem na gestão dos negócios. Nesse nicho começam a aparecer na literatura, inclusive da CI, expressões como agentes do conhecimento, capital intelectual, inteligência empresarial e gestão do conhecimento.

Ainda segundo Rezende (2002, grifos nossos), o grupo de agentes do conhecimento engloba os **agentes criativos** (que utilizam a informação na solução de problemas); os *agentes intérpretes* (que interpretam o contexto de atuação da organização e utilizam a informação como ferramenta para gerar novos negócios); os **agentes intermediários** (que intermediam e favorecem o acesso à informação, desenvolvendo tanto a identificação, quanto a interpretação das demandas de informação do negócio, além de identificarem as fontes de informação mais favoráveis para esse tipo de negócio. Esse grupo é composto quase que exclusivamente por bibliotecários, em virtude da facilidade que têm para organizar e manter os acervos informacionais); e, por último, os **agentes do conhecimento** (uma nova categoria de profissionais, cuja atividade principal é administrar o capital intelectual das empresas).

A mesma autora ressalta que, as denominações adotadas na prática para essa diferente atuação dos bibliotecários, no nível empresarial, vêm gerando termos mais abrangentes tais como *gestores* ou profissionais da informação, e que sua área de atuação “deixou de ser chamada de biblioteconomia para ser ciência da informação.” (REZENDE, 2002, p.82).

A denominação profissional da informação tem causado grandes discussões e divergências em relação ao perfil do profissional e ao conceito que defina quem é/o que faz esse profissional. Segundo Barbosa (1998, p.53) “não há definição universalmente aceita a respeito do que constitui um profissional de informação.”

Nessa categoria já foram incluídos vários profissionais como “pesquisadores, engenheiros, projetistas, desenhistas industriais, gerentes, contadores e todos aqueles eventualmente remunerados para criar conhecimento, comunicar idéias, processar informação”. Definições variadas são citadas na literatura, algumas de caráter muito abrangente como “aquele que trabalha com informação em vez de objetos.”

(BARBOSA, 1998, p.53). O autor ainda observa que existem iniciativas por parte de alguns órgãos nacionais de estatísticas de vários países - como Canadá, Estados Unidos e México - em conseguir uma melhor definição de quem/o que são, tanto os profissionais, como as organizações de informação.

Em vista da diversidade de definições citadas é importante frisar que, se a própria área de CI ainda está se firmando, ou como dizem Smit e Barreto (2002, p.20) “sofre de indeterminações”, o que dizer de um profissional que não sabe a que área pertence? A crise de identidade também é confirmada pelos questionamentos centrados em uma interminável discussão sobre bibliotecário *versus* profissional da informação, trabalhos técnicos *versus* trabalhos gerais, sobre o profissional antigo e o moderno (ALMEIDA JÚNIOR, 2000; VALENTIM, 2000; SOUZA, 2001).

A posição de Almeida Júnior (2000, p.31) é a de que existe uma teimosia no emprego do termo bibliotecário para o profissional atuante nesse novo ambiente, pois essa é “uma tentativa de manutenção de uma estrutura não mais condizente com as atuais necessidades sociais”. O autor classifica ainda o perfil do bibliotecário como “vinculado a exigências sociais ultrapassadas e retrógradas.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p.31).

Arruda *et al.* (2000, p.19) citando os resultados da pesquisa sobre o MPI, realizada pela FID, destacam que a “tecnologia desponta como propulsora das principais modificações”. Trazem ainda a observação da vice-presidente da FID, Sra. Margarita Almada de Ascencio:

Nenhum profissional da atualidade tem condições de reunir todas as habilidades, conhecimentos e competências necessários para interagir e equacionar os problemas decorrentes dos fluxos de informação e conhecimento. Para resolvê-los é necessária a formação de equipes interdisciplinares em

todos os níveis e processos: estratégicos, gerenciais e operatórios. (ALMADA DE ASCENCIO citada por ARRUDA *et al.*, 2000, p.19).

Para Almeida Júnior (2000, p.32), profissional da informação é um termo, “uma designação não específica do bibliotecário, mas que abrange um grupo de profissionais que atuam tendo como base a informação” em “seus vários aspectos, abordagens, suportes e momentos.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p.42).

Cunha e Pereira (2003) lembram que as funções dos profissionais consideradas “emergentes”, como gestão, análise da informação e comunicação, não são novas, e que, o que vem mudando não são as atividades e sim os ambientes informacionais, os quais têm ficado cada vez mais diversificados e complexos. As autoras ainda ressaltam que, com o desenvolvimento mundial, a informação passou a ser vista como um ativo fundamental para todos os setores da sociedade.

Valentim (2000, p.139, grifo do autor) entende que o profissional da informação tem um papel de “processador e **filtrador** da informação” e que deve exercer esse papel “de forma coerente e eficiente, voltado para o usuário/cliente.”

Ponjuán Dante (2000, p.93) entende que o conceito de profissional da informação encontra-se em evolução e coloca como PI todos “aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente a qualquer etapa do ciclo de vida da informação”. Destaca ainda que esses profissionais devem ser capazes de “operar eficiente e eficazmente em tudo o que é relativo à informação em organizações de qualquer tipo ou em unidades especializadas de informação.” (PONJUÁN DANTE, 2000, p.93).

Pegoraro (2001, p.13) ressalta que conceitos abrangentes, como o acima citado, não podem ser aceitos pela área de CI. Para ela, somente os profissionais que trabalham com a informação como objeto central é que pode-

riam compor essa categoria. Em outro ponto de sua pesquisa Pegoraro (2001 p.10) afirma que os bibliotecários são também conhecidos como profissionais da informação, o que demonstra a grande confusão em que vivem os próprios trabalhadores a respeito de sua área de atuação. Trabalhos como o de Souza (1994) e de Pegoraro (2001), deixam transparecer que a biblioteconomia não deve ser vinculada ao livro ou à biblioteca e sim à informação, que constitui sua essência.

Sergean, citado por Cunha e Crivellari (2004, p.46), explica a dificuldade para se definir o campo de informação, pela própria natureza da informação: ela não é um campo exclusivo de um grupo profissional, mas “concerne a todos os indivíduos”, sendo o trabalho informacional comum a vários profissionais, os quais, em determinadas condições, acabam exercendo atividades de informação.

Cronin, citado por Cunha e Crivellari (2004, p.46), considera que “não existe uma profissão da informação”, mas sim, “um grupo grande e heterogêneo de profissionais que podem ser qualificados como tais”, pois o espectro de funções desempenhadas, além de suas habilidades, é muito diversificado para concentrá-los sob um mesmo conceito. Para esse autor o termo profissionais da informação é uma “rubrica vaga, conveniente, que pressupõe um conjunto de categorias profissionais e ignora as diferenças de orientação, de formação básica e das atividades por eles exercidas.” (CRONIN citado por CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p.46).

Diante dessa discussão entende-se que, no contexto atual, marcado pela presença das novas TIC, o termo bibliotecário restringe a atuação desse profissional ao âmbito das bibliotecas, na visão de muitas pessoas. O termo *profissional da informação* é mais abrangente, porém abarca outros trabalhadores da informação como professores, jornalistas, etc., dificultando a delimitação dos profissionais por área de

atuação e interferindo em sua identidade profissional.

Galvin, citado por Barbosa (1998, p.56), considera que o problema já nasce na formação dos profissionais. Destaca a grande proliferação de especializações com as mais diferentes denominações - por exemplo “mestre em gerência de recursos informacionais, especialista em informação geográfica, especialização em sistemas de informações gerenciais” etc. - como responsável por “um quadro confuso para os públicos externos”, que, segundo ele, não conseguem entender o que fazem esses profissionais e o que é a Ciência da Informação (BARBOSA, 1998, p.56).

Entende-se que, para que os estudos científicos e pesquisas a respeito dessa categoria possam ocorrer e para que esses estudos retratem a realidade, é preciso uma delimitação clara. Entende-se, ainda, que uma definição mais exata influenciará a visibilidade da categoria por todos os profissionais, inclusive de outras áreas, e ajudará os próprios profissionais da informação a crescerem e amadurecerem.

Esse é um problema a ser enfrentado pelos profissionais da CI. Vale frisar que, em outras áreas, como Direito, Medicina e Engenharia, as novas tecnologias também trouxeram reflexos na atuação dos seus profissionais, com a utilização de equipamentos cada vez mais modernos e informatizados; entretanto, eles continuam sendo reconhecidos como advogados, médicos e engenheiros.

Inversamente, sabe-se que não adianta mudar a denominação de uma classe profissional sem que se mude, de fato, a postura e a atuação de seus profissionais. Além disso, um grupo profissional precisa possuir uma história e uma tradição para poder ser reconhecido pela sociedade e garantir sua identidade como classe profissional. Entretanto, esse comportamento não descarta a oportunidade de aprender e de adaptar-se ao novo - como às tecnologias.

Os estudos sobre o Profissional da Informação: o perfil de competências e habilidades

Inicialmente foram destacados os principais acontecimentos históricos, desde a Antiguidade até os dias atuais, para entender-se como se desenvolveu a profissão do organizador e difusor da informação. Em seguida apresentou-se uma discussão em relação ao bibliotecário e ao documentalista, inclusive sobre a formação desses profissionais. Depois, destacou-se a influência das definições das áreas que tratam a informação na denominação de seus profissionais, trazendo e discutindo os diferentes conceitos apresentados, tanto para as áreas como para os profissionais.

Neste tópico se dará ênfase aos tipos de estudos na área da CI que têm tanto o bibliotecário como o profissional da informação como objetos de estudo. A partir dessa discussão pretende-se mostrar quais são os enfoques mais comuns nos estudos do tema, na literatura da área.

O estudo de Cunha e Pereira (2003) investigou a inserção profissional dos egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no período de 1991-2000. O método utilizado foi um questionário encaminhado aos profissionais por *e-mail* e, para alguns entrevistados, foi usado o telefone. Apesar de as autoras destacarem que não atingiram o número desejado de respondentes (apenas 15,8% dos profissionais formados naquela instituição responderam), conseguiram chegar a algumas conclusões interessantes sobre o perfil profissional dos alunos formados no curso de Biblioteconomia da citada instituição e sobre sua inserção no mercado de trabalho: a predominância dos profissionais da área que responderam, é do sexo feminino; esses profissionais atuam basicamente em universidades privadas no interior de Santa Catarina; as atividades mais desenvolvidas eram análise,

referência e gestão da informação. Os conteúdos mais solicitados pelos PI para constarem dos currículos dos cursos de formação em Biblioteconomia são os ligados à Informática e às novas tecnologias.

Pereira (2000) pesquisou a ocorrência do tema 'profissional da informação', enfatizando sua função gerencial, em dois periódicos da área: *Ciência da Informação e Perspectivas em Ciência da Informação* no período de 1996 a 1999. De acordo com os resultados, o tema foi focado pelos dois periódicos durante todo o período estudado, sendo que *Ciência da Informação* divulgou mais amplamente o assunto. A autora ainda destacou que a maior influência nas citações e referências analisadas foi de autores de língua inglesa. Estudos dessa natureza demonstram que os periódicos científicos, sendo um canal de comunicação entre os pares de qualquer área do conhecimento, são ferramentas importantes, tanto para a discussão de temas de relevância para a área, como para a atualização dos profissionais em relação aos assuntos de pesquisa.

Em relação ao perfil de habilidades e competências dos PI, destacam-se os trabalhos de Marchiori (1996), Ponjuán Dante (2000), Pegoraro (2001), Ferreira (2002) e Neves (2002). Marchiori (1996, p.2) traça primeiramente um paralelo entre a função de bibliotecário e de profissional da informação, ressaltando suas principais diferenças: enquanto ao bibliotecário cabe "adquirir, tratar e conservar materiais bibliográficos e multimeios", ao profissional da informação cabe "identificar a necessidade de informação de seu cliente"; o bibliotecário deve "realizar pesquisas sob demanda", o profissional da informação deve "desenvolver estratégias de busca de informação"; o bibliotecário deve "preservar os materiais" e o profissional da informação "recuperar informação"; o bibliotecário deve "atender ao leitor (quando solicitado)" e o profissional da informação deve "avaliar informação"; o bibliotecário deve ainda "desenvolver

atividades recreativas e culturais” e o profissional da informação “analisar informação”; ao bibliotecário cabe “oferecer serviços de extensão” e ao profissional da informação cabe “sintetizar informação”; o bibliotecário deve “desempenhar funções administrativas” e o profissional da informação deve “empacotar/re-empacotar informação”, devendo ainda o profissional da informação “elaborar e prover produtos e serviços de informação”.

Para a autora, o bibliotecário até pode ser um profissional da informação, mas, para isso, deve ter habilidades além das que tradicionalmente possui, entre elas:

- o real conhecimento da informação:

no sentido de possuir conhecimento técnico, tecnológico e de computadores, aliado a um “profundo entendimento das dinâmicas e fontes de informação, com habilidades interpessoais e empatia para oferecer respostas que possam auxiliar a tomada de decisões de seus clientes”;

- dominar habilidades de venda: pelo fato de a informação passar a ser considerada como uma mercadoria (*commodity*) é preciso que ele possua facilidade para “discutir, implementar e acompanhar os preços e as oportunidades de vendas nas transações, serviços e produtos de informação”; **- dominar habilidades afiliativas:** estabelecendo alianças e parcerias “com os integrantes da indústria da informação (vendedores, indivíduos com propriedade intelectual, bibliotecas, etc.)” (MARCHIORI, 1996, p.3, grifos do autor).

É preciso salientar que, analisando-se as atividades do bibliotecário e comparando-as com as do profissional da informação, de acordo com a obra de Marchiori (1996), entende-se que um mesmo profissional pode efetuar todos esses serviços.

Ponjuán Dante (2000), comparando vários estudos internacionais a respeito do perfil exigido do profissional da informação para os novos tempos, coteja várias listas de habilidades que os bibliotecários já possuem e outras que eles

ainda precisam desenvolver. Em síntese, a partir do levantamento que a autora faz, ela entende que as principais habilidades exigidas estão ligadas “à gestão, à tecnologia, à informação, à biblioteconomia, à comunicação, aos negócios e à cultura geral.” (p.97). Destaca, ainda, que o profissional da informação é um agente de mudanças, um educador e um promotor cultural com grande responsabilidade social em sua atuação.

Pegoraro (2001) indica como principais conhecimentos exigidos para o profissional da informação, no século XXI, conhecimento de fontes de informação, de administração e gerência, das tecnologias de informação e de *marketing*, entre outros. Quanto às competências, chama a atenção para o trato com a informação, o desenvolvimento de produtos e serviços de informação, uso das tecnologias de informação, etc.. Quanto às habilidades básicas, ressalta o domínio de outro idioma, a responsabilidade social, o domínio metodológico para a análise de informações, etc.

Ferreira (2002) comenta que muitos PI concentram sua atuação nos espaços tradicionais da Biblioteconomia e que, apesar de as empresas de recrutamento e seleção terem conhecimento da necessidade de um profissional que lide efetivamente com informação, não o ligam com os profissionais formados pela CI. A autora afirma que grande parte da população não reconhece a CI como uma ciência social aplicada e não entende a atuação de seus profissionais na prática. Segundo Ferreira (2002), as habilidades e competências exigidas pelo mercado são um conjunto formado por atitudes comportamentais, diploma e conhecimento efetivo em determinada área.

Neves (2002) cita entre as características mais requisitadas para esse profissional, as habilidades comportamentais, as quais não advêm de cursos ou estudos e dependem, na maioria das vezes, da iniciativa do próprio trabalhador: por exemplo, a capacidade de atuar

em equipe, a facilidade de comunicação, a capacidade de identificar e julgar a importância das informações, o envolvimento no cargo, a criatividade, a motivação, a liderança, o dinamismo e a flexibilidade, entre outras.

O trabalho de Tarapanoff *et al.* (2002) destaca a função social do profissional da informação, como muito ligada à alfabetização em informação, ou seja, a tarefa de promover a formação de uma cultura informacional na sociedade, ajudando-a a melhor utilizar as informações e, nesse sentido, conseguir que ela ingresse na Era da Informação e do Conhecimento com uma visão mais crítica e com mais bagagem, para resolver problemas ou tomar decisões. Nesse trabalho os autores destacam também a info-alfabetização, sendo esta uma parte da alfabetização em informação, em que as pessoas aprendem a usar o computador e acessar as informações desejadas, sempre com uma reflexão crítica sobre elas. Como principais características do profissional da informação apontam a de mediador da informação: “mediador entre o mundo digital e a capacidade real de entendimento do receptor da informação, garantindo a efetiva comunicação e a satisfação da necessidade informacional do usuário dessa tecnologia.” (TARAPANOFF *et al.*, 2002, p.4).

Baseando-se na literatura estrangeira, Tarapanoff *et al.* (2002, p.5), trazem ainda os perfis emergentes relacionados ao novo ambiente, muito influenciado pelas TIC e pelas redes, em que constam:

- os gestores da informação (são os “que mantêm sistemas de informação, sistemas de apoio à decisão e operações similares, no setor público e privado”; entretanto, segundo os autores, esses profissionais “nunca se viram como partícipes da mesma profissão que os bibliotecários, arquivistas ou cientistas da informação”);
- os gestores do conhecimento (usam as tecnologias para capturar e distribuir

conhecimento para as organizações e têm como responsabilidades “criar a infra-estrutura para a gestão da informação; construir a cultura do conhecimento na organização; e fazer com que tudo dê certo”);

- os trabalhadores do conhecimento (grupo formado pelos “gestores do conhecimento, profissionais do conhecimento e empregados (do conhecimento) que compreendem como colocar a informação a serviço da produção”); e

- os engenheiros do conhecimento (termo encontrado na literatura como sinônimo de gestor do conhecimento; entretanto, os autores destacam que “a diferença é que o gerente estabelece a direção que um processo deve tomar, enquanto que o engenheiro desenvolve os meios para executar esta diretiva”).

Além desses, Tarapanoff *et al.* (2002, p.6) destacam os especialistas: especialistas em gestão do conhecimento (profissionais cujas funções “já eram desempenhadas por profissionais como os documentalistas, o pessoal ligado ao treinamento, analistas de negócios e especialistas de apoio ao desenvolvimento organizacional”); especialistas em conteúdos informacionais (campo onde podem atuar os bibliotecários como especialistas de informação, geralmente ocupado por profissionais independentes, como consultores em que a principal função é “prover serviços de informação”); especialistas em uso de ferramentas inteligentes (o profissional que deve “entender os processos computacionais, formatos-padrão, linguagens e softwares; deve também saber gerenciar a informação”). Depois desta longa explanação de perfis emergentes, os autores concluem que

[...] é impossível encontrar, em apenas uma profissão ou em um determinado perfil, a síntese de atividades que compreenda todas as facetas da infor-

mação e do conhecimento necessárias para o desenvolvimento das atividades de organização ou do desenvolvimento de uma sociedade. (TARAPANOFF *et al.*, 2002, p.7).

A pesquisa de Arruda *et al.* (2000) focou a atuação dos bibliotecários no novo ambiente, em que o trabalho em si vem sofrendo inúmeras transformações. Segundo os autores, o novo cenário passou a exigir maior número de competências tanto por parte dos PI, como de outros profissionais; portanto, o trabalhador deve ser mais qualificado, e o bibliotecário precisa se adequar às exigências do mercado para melhorar sua colocação e conquistar novas possibilidades de trabalho, aliando a educação continuada às competências pessoais.

Note-se que há uma divergência nas posições abordadas acima, a de Arruda *et al.* (2000) e a de Cunha e Pereira (2003): a primeira pesquisa constatou mudanças no trabalho dos bibliotecários nos dias atuais e a segunda afirma que o que tem sofrido alterações não são as atividades e sim os ambientes.

A pesquisa de Cronin *et al.* (1993) procurou identificar o mercado emergente para os PI no estado de Indiana, nos Estados Unidos. O estudo baseou-se em entrevistas com profissionais atuantes e na análise de anúncios de emprego publicados em *Indianapolis Star*, *The New York Times*, *ASIS Jobline*, *Information Today*, *Library Journal* e *SpeciaList*. Alguns resultados, que puderam ser generalizados, indicam existir um mercado mensurável para os PI, exigindo deles um “*mix* de talentos, *know-how* e experiência” (p.3); entretanto, esse mercado é difuso e não deve fidelidade a qualquer corpo profissional estabelecido ou a qualquer curso disciplinar; os títulos e funções de trabalho são extremamente variadas; as escolas de Biblioteconomia e CI precisam rever, não somente seus currículos, como também a própria cultura, para que seus profissionais possam ter

mais êxito no mercado de trabalho; o nível de mestrado (ou em alguns casos *Master on Business Administration* -MBA) tem sido uma exigência comum dos empregadores e, quando não exigido, é bem visto o profissional que o possua; além disso, uma larga experiência em determinado campo pode contar tanto quanto uma pós-graduação.

As mais variadas denominações são encontradas para as funções e destacam-se algumas: “especialista de dados; analista de mercado de informação, cientista da informação, especialista de tecnologia da informação, gerente de serviços de informação; coordenador de informação de mercado; indexador de documentos jurídicos” entre tantos outros (CRONIN *et al.*, 1993, p.4).

Valentim (2000), tratando das perspectivas profissionais e atuação dos PI, entende que o mercado de trabalho do profissional bibliotecário se divide em três grandes grupos: 1) o mercado informacional tradicional - composto por bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas (pertencentes a institutos de pesquisa e a empresas públicas ou privadas), centros culturais, bibliotecas de arquivos e de museus; 2) os mercados informacionais existentes e não ocupados (ou pouco ocupados) - de que fazem parte as bibliotecas escolares (que segundo a autora não é um mercado de trabalho totalmente aproveitado devido aos baixos salários e à estrutura de trabalho inadequada, entre outros obstáculos), editoras, livrarias, empresas privadas, provedores de internet, bancos e bases de dados, além de consultorias e assessorias (com atuação dos PI como profissionais autônomos ou terceirizados); 3) as tendências de mercado informacional - são caracterizadas pela autora como um imenso e crescente mercado de trabalho, aberto aos PI e calcado no paradigma da informação.

O estudo de Smit e Barreto (2002) desenvolve a relação entre o profissional e sua área formadora, ressaltando a importância de que este tenha pleno conhecimento do arcabouço teórico

de seu campo de formação e trabalho. Em consequência dessa ligação, fica clara a importância da pesquisa na formação dos PI, para que estes se aprofundem nos aspectos conceituais da área e para que possam desenvolvê-la ainda mais com a execução de novas pesquisas. Os autores trazem ainda um importante conceito de informação, a ser destacado, em que ela é vista como

[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação. (SMIT; BARRETO, 2002, p.21).

A discussão dos autores é extremamente interessante por ressaltar alguns pontos-chave a respeito da informação como objeto de trabalho do profissional da informação: o caráter decodificável da informação (para que seja utilizada); a necessidade de que seja registrada em qualquer suporte (para diferenciar informação volátil, como a tácita, de uma informação que foi registrada com a intenção de ser socializável); além de a informação ser socializável, ela é reunida em estoques de acordo com uma utilidade que lhe foi atribuída, seja por uma instituição, um governo ou qualquer agente; possuindo um caráter institucional, a informação torna-se social. É a partir dessa cadeia, e com esse enfoque, que deve trabalhar o profissional da informação.

Os estudos sobre o profissional da informação: inserção no mercado de trabalho

Outra linha de trabalhos na área de Ciência da Informação tem procurado investigar, em uma perspectiva empírica mais geral, a

questão da inserção dos PI no mercado de trabalho. Nesta linha, têm destaque as pesquisas de Jannuzzi e Mattos (2001) e de Bueno (2004).

Baseando-se no conceito de profissional da informação de Ponjuán Dante (2000), já citado neste trabalho, aparece a pesquisa sobre a inserção dos PI no Brasil, no período de 1980 até 1996, de Jannuzzi e Mattos (2001). Os autores incluíram nessa categoria bibliotecários, arquivistas, museólogos, analistas de sistemas e estatísticos, analistas socioeconômicos e professores universitários, jornalistas e escritores. Os resultados apontaram que os PI, como outras categorias no país, também sofreram problemas de inserção por influência econômica (como exemplo, cita-se a época de recessão devida ao plano Collor); entretanto, segundo os autores, os PI conseguiram manter níveis de proteção social e direitos básicos bastante superiores em relação aos demais trabalhadores de outras categorias; quanto aos salários, dentre a média dos ocupados, os dos PI eram duas a cinco vezes maiores.

Estudando a economia da informação no Brasil, Bueno (2004) destacou a atuação dos PI, que movimenta a economia com a produtividade de seu trabalho e também com os ordenados e salários desses profissionais no mercado. Baseando-se na metodologia de Porat (1977), o autor utilizou os microdados do Censo Demográfico de 2000 para identificar, delimitar, dimensionar e caracterizar as atividades baseadas em informação, em termos econômicos, no Brasil. De acordo com Schement citado por Bueno (2004, p.44):

[...] trabalho de informação ocorre quando a principal tarefa do trabalhador envolve de alguma forma processamento ou manipulação da informação, tais como produção, reciclagem, ou manutenção da informação. Além do mais, a consequência do trabalho da informação é mais informação, seja na forma de novo conhecimento, seja reelaborado nas formas

existentes. Diferente do trabalhador da linha de montagem, um trabalhador da informação, tal como uma telefonista, processa e manipula informação como um fim em si mesmo. A informação define a tarefa, o produto, e o trabalhador.

O grupo estudado por Bueno (2004, p.74), chamado de trabalhadores da informação, seria formado por produtores, processadores, distribuidores de informação e, no Brasil, mais da metade seria representado pelos processadores da informação (58%, perto de 6,79 milhões de pessoas). Em relação ao perfil educacional, os trabalhadores da informação superam a média dos demais trabalhadores, pelo fato de sua atividade exigir maior número de habilidades e conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se o registro da informação como ponto fundamental para o nascimento das profissões ligadas à organização e à difusão de informações. O histórico apresentado destaca a profissão de bibliotecário, que se formou inicialmente pautada em largo conhecimento cultural e humanístico, passando até a ser considerada elitista, devido ao grande conhecimento e erudição de seus profissionais, para depois mergulhar na técnica, perdendo sua visão crítica e chegando a ser considerada reduto de pessoas "bondosas, porém incompetentes, verdadeiras guardiãs num depósito de documentos". Com o advento das TIC, a categoria resolveu assimilar o ambiente virtual como campo de trabalho e optou pela mudança de denominação, atitude que não foi

aceita em consenso pela totalidade da comunidade científica da área.

Argumenta-se que esse posicionamento dá ingresso aos profissionais de outras áreas, com conhecimentos práticos de informática, tão necessários para se atuar no meio virtual. Será que os bibliotecários estarão prontos para assumir essa empreitada? Nesse sentido, mais uma vez, a categoria poderá sofrer prejuízos, pois a atuação em uma profissão depende tanto do domínio de técnicas específicas e das competências de inserção no mercado de trabalho, quanto das necessidades criadas por esse mercado, além de estar ligada ao próprio reconhecimento da função da classe pela sociedade.

A ligação do termo bibliotecário com o livro e os objetos culturais não deveria ser motivo de vergonha, mas sim de orgulho. As entidades de área deveriam se organizar no sentido de mobilizar as autoridades em relação a investimentos na área de Bibliotecas públicas e escolares, destacando-se aí, a função de educador do PI. O incentivo à cultura no Brasil é fundamental para melhorar o ambiente atual.

O quadro teórico esboçado mostrou um grande número de trabalhos que enfocam o perfil dos PI, suas habilidades e competências, principalmente em relação ao que o mercado de trabalho exige.

Depois desse percurso, finaliza-se ressaltando que o conceito de Profissional da Informação precisa ser mais discutido, para ser definido e aceito pela comunidade, visando fortalecer a categoria. Segundo esta pesquisa entende-se que o conceito de Profissional da Informação ainda encontra-se em construção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O.F. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Pólis, 2000. p.31-51.

AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY. *ASIS&T and its members*. Available from: <<http://www.asis.org/AboutASIS/the-society.html>>. Acess: 9 Dec. 2004.

- ARRUDA, M.C.C.; MARTELETO, R.M.; SOUZA, D.B. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.3, p.14-24, 2000.
- BARBOSA, R.R. Perspectivas profissionais e educacionais em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.27, n.1, p.53-60, 1998.
- BATTLES, M. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003. 239p.
- BOTTENTUIT, A.; CASTRO, C. *Movimento fundador da biblioteconomia no Maranhão*. São Luís: UFMA, 2000. 118p.
- BUCKLAND, M.K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v.42, n.5, p.351-150, 1991.
- BUENO, M.F. *A economia da informação no Brasil: dimensionamento e caracterização do setor de informação através das ocupações do Censo Demográfico 2000*. 2004. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.
- CÂNFORA, L. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1996. 195p.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994. 111p. (Coleção Tempos).
- CRONIN, B.; STIFFLER, M.; DAY, D. The emergent market for information professionals: educational opportunities and implications. *Library Trends*, v.42, n.2, p.257, 1993. Available from: <<http://www.portaldapesquisa.com.br/databases/sites?area=humanas&search=graduates+and+information+science&cust=copere&action=present&lastaction=search&pub=gale&db=itof&ri=1&rf=10>>. Acesso: 29 Mar. 2004.
- CUNHA, M.V. A formação dos profissionais da informação na França: comparação com o sistema brasileiro. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.71-90.
- CUNHA, M.V.; PEREIRA, M.C. Perfil do profissional da informação em Santa Catarina: primeiros resultados. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.
- CUNHA, M.V.; CRIVELLARI, H.M.T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004. p.39-54.
- DAMASIO, E. *O profissional da informação na indústria: habilidades e competências*. 2001. 110f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Mestrado Interinstitucional PUCAMP/UFPR, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.
- FERREIRA, D.T. *Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho*. 2002. 114f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2002.
- FONSECA, E.N. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. 112p.
- FONSECA, E.N. *Introdução à Biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992. 145p. (Manuais de estudo).
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Aproximación al concepto y al objeto de la información/documentación. In: *Introducción a la documentación informativa y periodística*. Sevilla: MAD, 1999. p.23-61.
- GEORGE JÚNIOR, C.S. *História do pensamento administrativo*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.22-23.
- GUIMARÃES, J.A.C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.53-70.
- HJØRLAND, B. Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. *Information Processing & Management*, v.36, p.501-531, 2000.
- JANNUZZI, P.M.; MATTOS, F.A.M. Duas décadas de conjuntura econômica, de (des)emprego industrial e de inserção dos profissionais da informação no mercado de trabalho. *Transinformação*, Campinas, v.13, n.2, p.111-129, 2001.

- KOBASHI, N.Y. Análise documentária e representação da informação. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.5-27, 1996.
- LE COADIC, Y-F. Science de l'information. In: CACALY, S. (Ed.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. p.516-523.
- LITTON, G. *A documentação*. São Paulo: McGraw Hill, 1976. 187p. (Série de Biblioteconomia, 12).
- MARCHIORI, P.Z. *Eram os deuses astronautas? ou são os bibliotecários profissionais da informação?* São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1996. 12p. (Ensaio APB, n.34).
- MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996. 519p. (Série Temas, v.49).
- McGARRY, K. Armazenamento e recuperação de informações na sociedade. In: McGARRY, I. *O conceito dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. p.111-142.
- MELLO, J.B. Bibliotecas. In: MELLO, J.B. *Síntese histórica do livro*. 2.ed. São Paulo: Ibrasa, 1979. p.206-213. (Biblioteca "história", 28).
- MEY, E.S.A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 123p.
- MUELLER, S.P.M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. In: BAPTISTA, S.G.; MUELLER, S.P.M. (Org.). *Profissão da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004. p.23-54. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v.3).
- NEVES, E.C. *Profissão da informação: habilidades e competências na Era do Conhecimento*. 2002. 125f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2002.
- NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1999. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, Z.C.P. *O bibliotecário e sua auto-imagem*. São Paulo: Pioneira, 1983. 98p.
- PEGORARO, E.F. *O profissional de informação do século XXI: um referencial de conhecimentos, competências e habilidades necessárias para sua atuação*. 2001. 96f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Mestrado Interinstitucional PUCCAMP/UFPR, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.
- PEREIRA, J.D.S. Função gerencial do profissional da informação na área de Biblioteconomia: divulgação do assunto em periódicos nacionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA, SIMPÓSIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, SIMPÓSIO DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 11., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/SNBU2000/docs/pt/doc/t096.doc>>. Acesso em: 1 mar. 2004.
- PONJUÁN DANTE, G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.91-105.
- PORAT, M.U. *The information economy: definition and measurement*. US Department of Commerce, 1977. 249p. (OT Special Publication 77-12; v.1).
- REZENDE, Y. Informação para negócios: os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.1, p.75-83, 2002.
- ROBREDO, J.; CUNHA, M.B. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação*. São Paulo: Global, 1994. 400p. (Coleção Ciência da Informação e Educação).
- RODRIGUES, M.E.F. Relação ensino-pesquisa: em discussão a formação do profissional da informação. *DataGramaZero*, v.3, n.5, out. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out02/F_art.htm>. Acesso em: 12 mar. 2004.
- SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.
- SHERA, J.H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H.E. (Org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.
- SMIT, J.W. *Análise documentária: breve histórico*. [S. l.: s. n.], 1996. 12p. Mimeografado.

SMIT, J.W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. *In*: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.119-134.

SMIT, J.W.; BARRETO, A.A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23.

SOUZA, M.A. *Bibliotecário: atuação no mercado de trabalho da cidade de São Paulo*. 1994. 117f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Pós-Graduação em Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1994.

SOUZA, M.I.F.; VENDRUSCULO, L.G.; MELO, G.C. Metadados para a descrição de recursos de

informação eletrônica: utilização do padrão *Dublin Core*. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.1, p.93-102, 2000.

SOUZA, F.C. A escola de biblioteconomia e a ancoragem da profissão de bibliotecário. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.11, n.2, p.125-144, 2001.

TARAPANOFF, K.; SUAIKEN, E.; OLIVEIRA, C.L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. *DataGramaZero*, v.3, n.5, out. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out02/F_I_art.htm>. Acesso em: 12 mar. 2004.

VALENTIM, M.L.P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. *In*: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.135-152.



Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar¹

Scientific production on subject treatment of information in Library Schools' programs of Mercosul: a preliminary analysis

Jane Coelho DANUELLO²

José Augusto Chaves GUIMARÃES³

RESUMO

As discussões sobre ensino de Tratamento Temático da Informação ocorridas desde 1996 nos encontros anuais do grupo de escolas de Biblioteconomia do Mercosul motivaram, em uma primeira fase, a análise dos conteúdos básicos das disciplinas da área e da bibliografia utilizada nessas disciplinas, constatando-se haver grande diversidade de linhas teóricas entre os docentes da área. Desse modo, sentiu-se a necessidade de investigar a produção científica desses docentes, propiciando um cotejo preliminar ensino/pesquisa na área, no Mercosul, buscando: a) verificar a coerência temática existente entre

¹ O presente artigo resgata, sistematiza, atualiza e analisa elementos do projeto integrado: *Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente como subsídio ao delineamento de políticas integradas para a área* (Processo CNPq 350533/1999-7).

² Mestranda em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, Brasil. Integrante do projeto integrado CNPq *Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente como subsídio ao delineamento de políticas integradas para a área* (2001-2003). Membro do grupo de pesquisa. Formação e atuação profissional na área de informação. E-mail: <janedanuello@yahoo.com.br>.

³ Docente, Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Campus Universitário, 17525-900, Marília, SP, Brasil. Coordenador do projeto integrado CNPq *Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente como subsídio ao delineamento de políticas integradas para a área* (2001-2003). Líder do grupo de pesquisa - Formação e atuação profissional na área de informação. Correspondência para/Correspondence to: J.A.C. GUIMARÃES E-mail: <guimajac@marilia.unesp.br>.

Recebido e aceito para publicação em 24/5/2005.

a bibliografia utilizada na prática pedagógica e a produção científica desses docentes; b) analisar a contribuição do segmento docente para o cenário científico da área, como subsídio para o incentivo ao intercâmbio de produção científica gerada na área, na região; c) lançar bases para a identificação de colégios invisíveis na área; e d) contribuir com os estudos curriculares do Grupo de Trabalho em Organização e Tratamento da Informação do Mercosul. Para tanto, realizaram-se as revisões da literatura sobre o ensino de Tratamento Temático da Informação no Mercosul e sobre a produção científica dos docentes, seguida de coleta de dados por meio de questionários que foram enviados aos docentes das 28 instituições que compuseram o universo da fase anterior da pesquisa, obtendo-se um índice de respostas de 67,85%. A análise da produção dos docentes (restrita a livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e publicações na íntegra em eventos) demonstrou que 91,57% das publicações na área estão a cargo de 12 docentes de apenas cinco universidades, revelando que o grupo mais produtivo compõe-se de 66,67% dos docentes e 31,25% das instituições. Quanto à forma, observa-se um equilíbrio entre publicações em eventos, artigos de periódicos e literatura monográfica (livros e capítulos de livros). Verificou-se, ainda, que apenas 22 itens (13,25%) da produção dos docentes na área de Tratamento Temático da Informação, encontram-se presentes na bibliografia utilizada nas disciplinas por eles ministradas, revelando uma contribuição ainda modesta para a construção das fontes de pesquisa para a área.

Palavras-chave: ensino de biblioteconomia, produção científica, tratamento temático da informação, Mercosul.

ABSTRACT

The educational discussions on subject treatment of information that have been taking place since 1996 during the annual meetings of the Mercosul Library Schools, have encouraged the first round of analysis of the disciplines' contents and bibliographies. Such an investigation showed a wide variety of subject treatment of information theoretical influences among the distinct Library Schools. It led to the need of investigating the scientific production of the subject treatment of information professors in order: a) to verify the subject coherence between the bibliography used by docents in their pedagogical practices, and their own scientific production; b) to analyze their scientific contribution through their scientific production; c) to identify subject treatment of information invisible colleges at the Mercosul area; d) to contribute to the task force studies on information organization and retrieval of the Mercosul Library Schools Group. This literature revision on subject treatment of information education at Mercosul, as well as on scientific production, has supported the data collecting among professors from 28 Library Schools, which obtained a return of 68.85% of that universe. Results showed that only 12 professors, from 5 universities are responsible for 91.57% of the whole scientific production (whole books, book chapters, articles in journals and conference proceedings). It was also verified a relative balance among the number of proceedings, articles and monographic publications (books and chapters) whose medium life is around 6 years (considered a good level, by the area standards). When comparing the individual bibliographies used by the disciplines' professors with the bibliography of their own scientific production, it was verified that only 13.25% of the items in the latter

were present in the disciplines' bibliographies. In conclusion, these results reveal that the subject treatment of information scientific production of Mercosul Library Schools has mainly been the output of a small group of scholars, mostly PhD professors from universities which offer both undergraduate and graduate (masters' and doctorate's degrees) programs. Furthermore, they reveal that the presence of such production as research source in the individual bibliographies of the area disciplines is still modest. Such results demonstrate the urgent need to promote scientific exchange and partnership programs among subject treatment of information professors at the Mercosul area, in order to encourage them to form invisible colleges, as well as to make their scientific production more visible to the Educational environment.

Key words: library education, scientific production, subject treatment of information, Mercosul.

INTRODUÇÃO

A partir da criação do Mercosul, como decorrência do Tratado de Assunção, e mais especificamente do Programa III do Plano para o Desenvolvimento Educativo Regional do Mercosul, envolveram-se os Ministérios da Educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, num trabalho de harmonização e compatibilização acadêmica. Desde então, verifica-se a realização de eventos com o intuito de ampliar as discussões sobre a harmonização curricular, no âmbito das quais tiveram origem os estudos curriculares dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. Nesse contexto, especial destaque merecem as discussões ocorridas no “*III Encontro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe*” (San Juan de Porto Rico, agosto de 1996), ocasião em que foram recomendadas as seguintes áreas temáticas para o ensino de graduação em Biblioteconomia para Ibero-América e Caribe: Fundamentos teóricos de Biblioteconomia e Ciências da Informação; **Processamento da informação**; Recursos e serviços de informação; Tecnologia da informação; Gestão de unidades de informação, Pesquisa e prática profissional (ENCUENTRO DE EDUCADORES..., 1996) (grifo nosso).

Desse modo, a partir de 1996 inicia-se, no Mercosul, uma agenda de encontros de

diretores e docentes de Biblioteconomia, buscando alternativas de harmonização curricular para a região. Como conseqüência, no “I Encontro de Diretores de Escolas de Biblioteconomia do Mercosul” (Porto Alegre, set. 1996), adotaram-se as áreas temáticas definidas na reunião de Porto Rico, com exceção da área de Prática profissional. Verticalizando a questão, o “*II Encuentro de Directores y I de Docentes de Cursos Superiores de Bibliotecología del Mercosur*” (Buenos Aires, nov. 1997), propiciou a discussão por áreas curriculares; foi então que se alterou a denominação da área 2, de Processamento de Informação, para *Organização e Tratamento da Informação (TTI)*. Nesse âmbito, que é objeto do presente trabalho, definiu-se a ementa e os conteúdos mínimos das áreas e sub-áreas de estudo. No “*III Encuentro de Directores y II de docentes de bibliotecología del mercosur*” (Santiago do Chile, 1998), estabeleceu-se uma carga horária relativa de 20% para a área de Organização da Informação como um todo, e definiram-se os objetivos das áreas e sub-áreas. Tais definições permitiram que, no “*IV Encuentro de Directores y III de Docentes de Escuelas de Bibliotecología del Mercosur*” (Montevideu, 2000), fossem identificados os marcos teórico-metodológicos das áreas, para, em seguida, no “*V Encuentro de Directores y IV de Docentes de Escuelas de Bibliotecología del Mercosur*” (ASSUNÇÃO, 2001), discutir-se a prática pedagógica docente.

Novamente no Brasil, o “VI Encontro de Diretores e V de Docentes de Escolas de Biblioteconomia do Mercosul” (Londrina, 2002) abordou a pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. Ao final dos trabalhos, observou-se, dentre as comunicações e recomendações enunciadas, a preocupação de Glória Ponjuán com a divulgação das atividades de pesquisa desenvolvidas nos diversos cursos da região, com o incentivo à publicação e com a integração entre a pesquisa e o ensino enquanto pilares do processo de consolidação de conhecimento; igualmente, as ponderações de Nair Kobashi quanto à necessidade da valorização da pesquisa no ensino de graduação, e o alerta de José Augusto C. Guimarães quanto à importância de uma política institucional que preveja uma coerência entre áreas de capacitação, de investigação e de publicação docente, de modo a servir de paradigma ao aluno, convergiram com a reflexão de Johanna Smit quanto à consolidação da idéia de pesquisa como processo de produção do conhecimento, visto que a ciência somente existe a partir do momento em que é socializada, sem o que, é mero exercício de reflexão (ENCONTRO DE DOCENTES..., 2002).

Desse modo, e com base em Guimarães, Danuello e Menezes (2004), apresentamos uma síntese (Quadro 1) das recomendações específicas da área de TTI nos primeiros seis encontros Mercosul:

Como se pode observar, a preocupação com a produção científica docente, enquanto elemento de socialização das atividades de ensino e de pesquisa, passa a ser uma preocupação do Grupo Mercosul, a partir do Encontro de Londrina. Tal assertiva se confirmou por ocasião do “VII Encuentro de Directores y VI de Docentes de Escuelas de Bibliotecología del Mercosur” (2004); então, a partir da preocupação fundamental com a avaliação dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul, subdividiu-se o temário, como reflexo do fazer universitário, em

ensino, pesquisa, extensão e gestão. Portanto, nos trabalhos e conferências apresentados, observou-se uma forte preocupação com a produção científica, tanto como veículo de socialização do conhecimento produzido na universidade, quanto como indicador para a avaliação deste conhecimento. Assim, no total de vinte e quatro trabalhos, houve seis trabalhos referindo-se à questão da produção científica.

Sob o ponto de vista pedagógico, destaca-se o trabalho de Archuby (2004), referente ao ensino de estudos métricos na Universidade de Mar del Plata, ao passo que a dimensão investigativa reflete-se nos trabalhos de Artaza (2004) Conforti (2004) e Sanz Casado (2004) *et al.* referentes à produção científica docente e discente da mesma universidade. A dimensão da gestão universitária é objeto do trabalho de Sleimen (2004), ao discutir, no âmbito da avaliação do trabalho docente, os aspectos relativos à produção e à divulgação do conhecimento. Por fim, a questão teórica da área é tratada por Herrero Solana e Liberatore (2004), ao analisarem a visibilidade internacional das revistas ibero-americanas de Biblioteconomia e Documentação.

O apontado acima deixa clara a necessidade de se discutir a produção científica docente na área ora em análise - o tratamento temático da informação, TTI - como subsídio para uma melhor caracterização do fazer investigativo e pedagógico desta mesma área no programa do Mercosul.

Trazendo essa trajetória de harmonização curricular em Biblioteconomia no Mercosul para o âmbito investigativo, registra-se o desenvolvimento do projeto integrado “*Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul*”, apoiado pelo CNPq, que, em sua primeira fase (1999-2001) analisou os conteúdos básicos das disciplinas da área e a bibliografia utilizada nessas disciplinas para, posteriormente (2001-2003), dedicar-se às questões de capacitação e produção científica docente na área.

Quadro 1. Recomendações dos Encontros Mercosul: 1996-2002.

Evento	Local / Data	Recomendações para a área de TTI
I Encontro	Porto Alegre, 1996	Definição da área curricular <i>Processamento da Informação</i>
II Encontro	Buenos Aires, 1997	Ementa: "Classificação. Indexação. Resumo. Linguagens documentais (sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto e tesouros). Teoria da classificação. Construção de tesouros" (ENCUENTRO..., 1997, p.9), a partir da qual chegou-se ao delineamento preliminar dos seguintes conteúdos mínimos recomendados para a área: Teoria da classificação e da indexação; Análise e representação de conteúdo (indexação e resumo); Planejamento, construção, desenvolvimento, uso e avaliação de linguagens documentais (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros); Uso da língua natural; Controle de autoridades de assunto; Normalização (normas, diretrizes e formatos); e Planejamento e construção de sistemas de armazenamento e recuperação (planejamento lógico de arquivos de busca).
III Encontro	Santiago, 1998	Objetivo específico: " <i>capacitar o futuro profissional da informação na organização e no tratamento temático da informação bem como na geração de instrumentos para sua recuperação</i> ".
IV Encontro	Montevideu, 2000	Correntes teóricas: a) inglesa: (teoria da classificação e da indexação): autores como Foskett, Langridge e Mills, Cavalcanti, Fujita, Gusmão e Piedade; b) norte-americana (sistemas de classificação, indexação alfabética e indexação automática): autores como: Cutter, Iglesias, Lancaster e Rowley, Barbosa, Iglesias e Robredo; c) franco-espanhola (análise documentária, com interface com a arquivologia, a lógica, a linguística e a terminologia): autores como Cabré, Chaumier, Garcia Gutierrez, Moreiro Gonzalez, Picht, Pinto Molina, Ruiz Perez e Wüster, Alves, Belloto, Cintra, Cunha, Guimarães, Kobashi, Smit e Tálamo; e d) alemã ou da ISKO (organização do conhecimento): autores como Barité, Dahlberg e Garcia Marco, Campos e Gomes.
V Encontro	Assunção, 2001	Recomendação de estudos sistematizados sobre a produção científica nas diferentes áreas curriculares
VI Encontro	Londrina, 2002	Identificação de uma grade de articulação de conteúdos para TTI, em seus processos (análise, condensação e representação), produtos (índices e resumos) e instrumentos (classificações, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, terminologias e ontologias). Princípio de coerência temática entre capacitação, prática e produção científica docente. Alteração do nome da área curricular para Organização e Recuperação da Informação.

Como resultado da fase inicial, percebeu-se a problemática da grande diversidade de linhas teóricas dos docentes da área e, presumindo-se que houvesse um reflexo das influências teóricas da sua capacitação nos conteúdos ministrados nas disciplinas, assim como na sua produção científica, sentiu-se, então, a necessidade de investigar a questão da coerência temática, ou da sua dispersão, existente entre

a capacitação, a prática pedagógica e o conhecimento produzido pelos docentes.

O estudo da capacitação dos docentes permitiu identificar os orientadores responsáveis, bem como apresentar uma comparação entre as temáticas específicas desenvolvidas nos produtos (dissertações e teses) e os conteúdos dos planos de ensino.

Portanto, o presente trabalho, inserindo-se no âmbito do referido projeto, tem por objeto a análise da produção científica docente em TTI nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul, verificando como a mesma se apresenta, com o fim de fornecer subsídios às dimensões pedagógica e investigativa na área.

Partimos de uma abordagem teórica preliminar acerca da produção científica docente para, em seguida, analisarmos os dados relativos aos docentes de TTI nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE: algumas considerações teóricas

A expressão *produção científica* é muito utilizada na literatura e no meio acadêmico, sendo, no entanto, muito difícil defini-la com exatidão.

Para Coelho (2001), a produção científica constitui importante indicador de competência, internacionalmente reconhecido, compreendendo como tal “o trabalho original publicado numa revista considerada de boa qualidade pela comunidade científica.”

Castro (1985, p.165) considera como produção científica, algo tangível, que pode ser avaliado e contado, pois perde o sentido a atividade científica cujo desenvolvimento e resultados não são descritos e comunicados, já que as instituições de pesquisa e os pesquisadores atuais são julgados pelo que conseguem apresentar por escrito. Desse modo, avaliar o número de publicações de determinada área, instituição ou pesquisador, é medir sua produção científica.

É importante lembrar que, apesar de a avaliação da produção ser feita quantitativamente, não se pode estabelecer uma correlação estrita entre quantidade e qualidade, pois, por vários motivos, pode ocorrer um aumento do

número de publicações em uma determinada área, sem que haja produção de novos conhecimentos, frustrando-se deste modo o objetivo principal das pesquisas.

Apesar de intensamente discutida a validade desses indicadores quantitativos para avaliar instituição, publicações, pesquisadores, progressos de áreas específicas do conhecimento ou o grau de desenvolvimento de determinada região geográfica, sem dúvida, os valores encontrados têm significado relevante em relação ao contexto em que se inserem e não podem ser aplicados indiscriminadamente. (VELHO, 1990; SPINAK, 1996 citado por POBLACIÓN, 2001, p.15).

O termo *produção* é utilizado em vários setores da vida econômica e social, expressando a criação ou realização de algo. Com relação às publicações *científicas*, Targino (2002) diz que: “[...] inexistente consenso sobre o que é ou não científico. [...] no mínimo [...] um texto científico deve ter: coerência, consistência, originalidade e objetividade, além de se submeter, necessariamente, à apreciação crítica da comunidade científica [...].”

O conjunto das publicações geradas durante a realização e após o término das pesquisas é chamado de literatura científica. Essas publicações, segundo Mueller (2000, p.22) variam no formato (relatórios, trabalhos apresentados em congressos, palestras, artigos de periódicos, livros e outros) e no suporte (papel, meio eletrônico e outros).

Segundo Población (1995, p.99), “a literatura científica pode ser classificada em dois grandes blocos: literatura branca (livros e periódicos) e literatura cinzenta (relatórios, teses, comunicações apresentadas em eventos publicados, ou não, em anais).”

Os acervos das bibliotecas são constituídos principalmente por literatura branca ou literatura convencional, formada por documentos

publicados em larga escala, e amplamente divulgados, os quais podem ser adquiridos pelos meios usuais de comercialização de publicações.

A literatura cinzenta ou não convencional, por sua vez, é composta por documentos de tiragem reduzida, sendo pouco divulgada e, conseqüentemente, de difícil localização e acesso. Apesar dessas dificuldades, vem sendo reconhecida, cada vez mais, como importante canal de comunicação científica, oferecendo informações altamente atualizadas e geralmente mais detalhadas do que as encontradas nos artigos de periódicos e nos livros.

Como bem ressalta Población (1992, p.243):

Estes documentos valiosos trazem informações que circulam nos eventos e permitem a agilização dos contatos dos investigadores, fortalecem os elos de comunicação entre os membros dos colégios invisíveis [...] os pesquisadores e estudiosos de determinadas áreas, que consomem vorazmente a literatura convencional, informaram, através de comunicações relatadas por Foskett e Hill, que 90% das informações de que eles necessitam são provenientes da literatura não convencional.

Población (1992, p.244) lembra ainda que esses documentos da literatura cinzenta fornecem informações primárias das experiências em realização e que, ao final das pesquisas, poderão vir a ser apresentados dentro dos padrões exigidos pela publicação seriada e/ou periódica; entretanto, além das informações que veiculam, servem como valioso instrumento no processo de melhoria da qualidade dos artigos a serem publicados.

Witter (1996, p.22), ao afirmar que a “produção científica tem um produtor e um consumidor e, evidentemente, todo produtor é também consumidor: quanto melhor consumidor ele for, melhor será como produtor”, refere-se à

importância da produção científica do docente com relação à formação dos alunos e, também, à necessidade de sua atuação como pesquisador. Assim, ao valer-se da produção científica como instrumento de sua prática pedagógica, estará incentivando o aluno a pesquisar (e a futuramente tornar-se produtor de conhecimento).

Por outro lado, o docente pesquisador, ao estudar, pesquisar e atualizar-se, acaba, inevitavelmente, socializando o produto de suas pesquisas, gerando produção científica.

Para atingir esse objetivo, é necessário que o conhecimento deixe de ser “visto como algo pronto e acabado, verdade absoluta, externa ao aluno, e que deve ser nele inculcada para, depois de memorizada, ser reproduzida, avaliada e utilizada.” (GUIMARÃES; RODRIGUES, 2002, p.4). É necessário, pois, que o docente motive o aluno a desenvolver um questionamento crítico, buscando desenvolver sua capacidade de percepção e análise. Para tanto, é fundamental que se considere a intimidade entre ensino e pesquisa, procurando desenvolver a educação pela pesquisa.

Apresentam-se, portanto, ao professor, no e pelo conhecimento, três desafios: o da competência no conteúdo, de modo a tê-lo atual e correto; o da competência no método, de forma a dominar recursos de ensino que favoreçam a aprendizagem; **o da atitude investigativa, de maneira a entender a intimidade da relação ensino-pesquisa.** (RANGEL, 1998, p.110, grifo nosso).

Quanto à literatura gerada nesse processo, Witter (1996, p.26) comenta, com muita propriedade, que:

A produção científica depende muito da curiosidade do pesquisador e da sua capacidade de passar da idéia para a ação. Uma pessoa que se dispõe a ser professor tem que ter curiosidade pelo conhecimento: tem que ser curioso e criativo, não só na produção

de conhecimento, mas também na aula, usando e criando estratégias novas de ensino.

Segundo Población (2001, p.16), as Fundações de Amparo à Pesquisa avaliam os docentes pela sua titulação e pelo seu currículo, “destacando a produção científica como um dos requisitos de maior relevância”.

Considerando a importância do registro da produção dos pesquisadores, é necessário lembrar do Sistema Eletrônico de Currículos *Lattes*, que é adotado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação (CAPES/MEC) para o cadastro de dados curriculares de pesquisadores e de usuários em geral.

Trazendo-se a questão da produção científica para o contexto docente da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, alguns trabalhos merecem destaque para que se possa situar a questão no âmbito do Brasil e do Mercosul.

No tocante à pós-graduação, mais especificamente, na área de Ciência da Informação, destacam-se os trabalhos de Smit, Dias e Souza (2002) e Población (2001), enquanto que, no contexto da graduação, observa-se o estudo de Valentim e Guimarães (2002).

De acordo com Smit, Dias e Souza (2002, p.4), a produção bibliográfica é “um dos produtos mais visíveis da pós-graduação”, destacando-se determinadas publicações mais do que outras. Os autores consideram relevantes os seguintes fatores para a qualificação das publicações:

- o texto deve ser avaliado por um comitê editorial ou outra instância avaliadora;
- deve ser suficientemente longo para explicar os objetivos, pressupostos, hipóteses e resultados [...]

- para artigos de periódicos, além da extensão dos mesmos, deve-se considerar a qualidade dos periódicos por meio da sua influência na área (presença de conselho editorial, regularidade na publicação, etc.) e pela circulação dos mesmos (internacional, nacional ou local). (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p.4).

Analisando os resultados de Población (2001), verificou-se que, especificamente a área de TTI contribuíra com 14,29% das teses e 8,14% das dissertações já concluídas, assim como representava então 15,38% das teses e 15,53% das dissertações em andamento na área de Ciência da Informação.

Em termos de ensino de graduação em Biblioteconomia, até o presente momento, no Brasil, não se dispõe de estudos específicos de produção científica por área (a presente pesquisa procura contribuir nesse sentido). Entretanto, sobre a produção científica geral dos docentes de cursos de Graduação em Biblioteconomia do Brasil, registram-se os dados analisados por Valentim e Guimarães (2002, p.37) que, em termos gerais, apontou uma média de 6,2 publicações por docente, sendo essa produção constituída por 71% de artigos de periódicos, 18% de capítulos de livros e 11% de livros.

No âmbito do Mercosul, também não se verificam trabalhos referentes à produção científica na área de TTI, com exceção do estudo de Liberatore, Coringrato e Amerio (2002), além do estudo preliminar de Liberatore e Guimarães (2004) acerca do Mercosul. O primeiro trabalho é relativo à divulgação científica, na Argentina, de pesquisas na área de Ciência da Informação, tendo por base a revista *Referencias*. Nesse trabalho, os autores verificam que a área de TTI contribuiu com 9% do total de publicações; sendo que a maior contribuição em produção de publicações provém de autores institucionais, como a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Associação de Bibliotecários Graduados da

República Argentina (ABGRA), “cuja publicação periódica (revista *Referencias*) é uma das maiores fontes de informação em Biblioteconomia e Documentação existente atualmente na Argentina.” (LIBERATORE; CORINGRATO; AMERIO, 2002, p.42, tradução nossa).

No segundo trabalho, os autores (LIBERATORE; GUIMARÃES, 2004, p.137), baseando-se nos resultados de Guimarães, Miranda e Santos (2001), analisam bibliometricamente os planos de ensino das disciplinas da área de TTI nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul; identificam 75% das fontes utilizadas como procedentes do Brasil (24,00%), da Espanha (18,00%), dos Estados Unidos (14,00%), da Argentina (10,00%) e do Reino Unido (9,00%). Em termos de autores mais citados, observa-se que Lancaster, Campos, Foskett, Gomes, Piedade, Langridge, Pinto Molina, Barbosa, Guinchat e Menou respondem por aproximadamente metade (49,29%) das fontes utilizadas nos planos de ensino da área; isto vem confirmar os dados quanto aos marcos teóricos da área, discutidos na reunião de Montevideú, em 2000. No tocante às fontes, identificou-se uma vida média de 14,1 anos (superior, como argumentam os autores, à faixa de 6 a 12 anos, comprovada internacionalmente e preconizada para a área de Ciência da Informação), com forte prevalência de fontes monográficas (64,00%), face aos artigos de periódicos (22,00%). No âmbito destes últimos, a classificação de citações demonstrou forte prevalência de revistas latino-americanas, sendo que quatro revistas brasileiras (Revista de Biblioteconomia de Brasília, Ciência da Informação, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação e Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG / Perspectivas em Ciência da Informação) respondem, juntas, por 63,00% das citações (LIBERATORE; GUIMARÃES, 2004, p.139).

Em termos de Ibero-América, é fundamental registrar que a questão da produção e da visibilidade científica na área de Ciência da

Informação tem sido objeto de estudos por parte de Felix de Moya Anegón e de Vitor Herrero Solana (Universidad de Granada - Espanha), como verificou-se em trabalho apresentado no V Encuentro de EDIBCIC, 2000, em Granada, no qual os autores traçam o panorama geral da produção científica em Biblioteconomia e Documentação, chegando à conclusão de que a Ibero-América “ocupa uma posição muito periférica no panorama da pesquisa mundial.” (MOYAANEGÓN; HERRERO SOLANA, 2000, p.365, tradução nossa). No entanto, mais uma vez não foi possível encontrar registros específicos sobre a produção científica na área de TTI, nesta região.

MÉTODOS

Visando atingir o objetivo precípua de caracterizar a produção científica docente na área de TTI nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul, no ano de 2002, realizou-se a coleta de dados por meio de questionários enviados aos docentes responsáveis pelas 104 disciplinas da área de TTI das 28 instituições que responderam à pesquisa na fase anterior (GUIMARÃES; MIRANDA; SANTOS, 2001). Nos questionários, solicitaram-se informações sobre o perfil desses docentes (formação universitária e pós-universitária, as instituições da sua capacitação, o ano de conclusão, títulos de dissertações e teses, nome do orientador), e sobre sua produção bibliográfica.

Os referidos questionários foram distribuídos contando ainda com a colaboração de Gustavo Liberatore (Argentina) e Mário Barité (Chile, Paraguai e Uruguai), responsáveis pela distribuição e recepção local dos dados para posterior envio à equipe de pesquisa. Obteve-se, nessa coleta, um índice de resposta de 55 disciplinas da área (52,88%), correspondendo aos docentes de 19 instituições (67,86%). Nesse contexto, observa-se que tal índice de resposta cobriu 25,00% das escolas existentes na Argen-

tina, 66,66% das do Brasil, e 100,00% do Chile, do Paraguai e do Uruguai (que dispõem de apenas uma escola cada), revelando-se ser esta amostra bastante significativa.

Cumprir observar que muitos respondentes não anexaram ao questionário a lista de sua produção científica, tendo sido necessário solicitar novamente via e-mail. No caso dos docentes brasileiros, foi ainda possível confirmar algumas inconsistências ou dados incompletos por meio dos currículos da Plataforma Lattes. Mesmo assim, é possível que muitos itens da produção dos docentes tenham ficado fora deste trabalho, pois verificamos que, na época da coleta dos dados, vários currículos *Lattes* dos docentes também se encontravam incompletos ou desatualizados.

Na medida em que eram recebidas, as respostas eram registradas, e normalizadas todas as referências bibliográficas da produção científica dos docentes.

Para os objetivos da pesquisa, consideraram-se apenas as informações relativas às categorias de produção científica: livro, capítulo de livro, artigo de periódico e publicação na íntegra em anais de evento. As três primeiras categorias foram eleitas por estarem especificamente previstas como itens de produção científica, na avaliação CAPES dos programas de pós-graduação. A quarta categoria foi ainda considerada por revelar uma forte tendência da área, como posteriormente demonstrarão os dados.

Ao final, chegou-se a um cadastro com 486 itens de produção científica, cujos dados são analisados e discutidos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma primeira análise dos dados, levantaram-se 486 itens documentários produzidos por 33 autores/docentes na área de TTI de 15 universidades, dentre os quais figuram 28

docentes de 12 instituições do Brasil. Entretanto, apenas 166 desses documentos, ou seja, 34,16% do total, eram trabalhos específicos da área de TTI, produzidos por 18 (54,55%) dos 33 docentes analisados.

Tal constatação é um tanto preocupante, pois revela a dispersão temática da produção científica desses docentes, da ordem de 65,84%. Essa dispersão se deve tanto ao fato de alguns docentes desenvolverem apenas parte de suas pesquisas/publicações na área temática em que ensinam, como ao de outros docentes simplesmente não pesquisarem/publicarem nessa área.

Das 15 universidades pesquisadas, apenas 11 (73,33%) registram produção na área de TTI, sendo que as cinco universidades mais produtivas da área são Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidad de la Republica (UR) e Universidade Federal Fluminense (UFF), contando com 12 (66,67%) daqueles 18 docentes-pesquisadores com produção em TTI, os quais respondem por 152 (91,57%) das 166 publicações da área. Destacou-se, ainda, um núcleo de maior produtividade na área, composto por 6 docentes do Brasil e 1 do Uruguai, os quais respondem por 128 (77,11%) dos 166 itens já citados.

Conforme se observa na (Figura 1), a USP figura com a maior produção total e maior produção da área de TTI, enquanto que a UFF apresenta o menor índice de dispersão temática na área (6,67%), pois num total de 15 publicações, 14 são da área. Registra-se, ainda, uma situação de predominância da USP e da UNESP, onde a produção da área significa, respectivamente, 50,38% e 39% da produção total dos docentes aqui analisados.

Observa-se, ainda, que 73,49% da produção em TTI vem de apenas três universidades USP, UNESP e UFMG. Isso se explica, em parte, pelo fato de as mesmas possuírem programas de pós-graduação com linha de pesquisa na área de TTI.

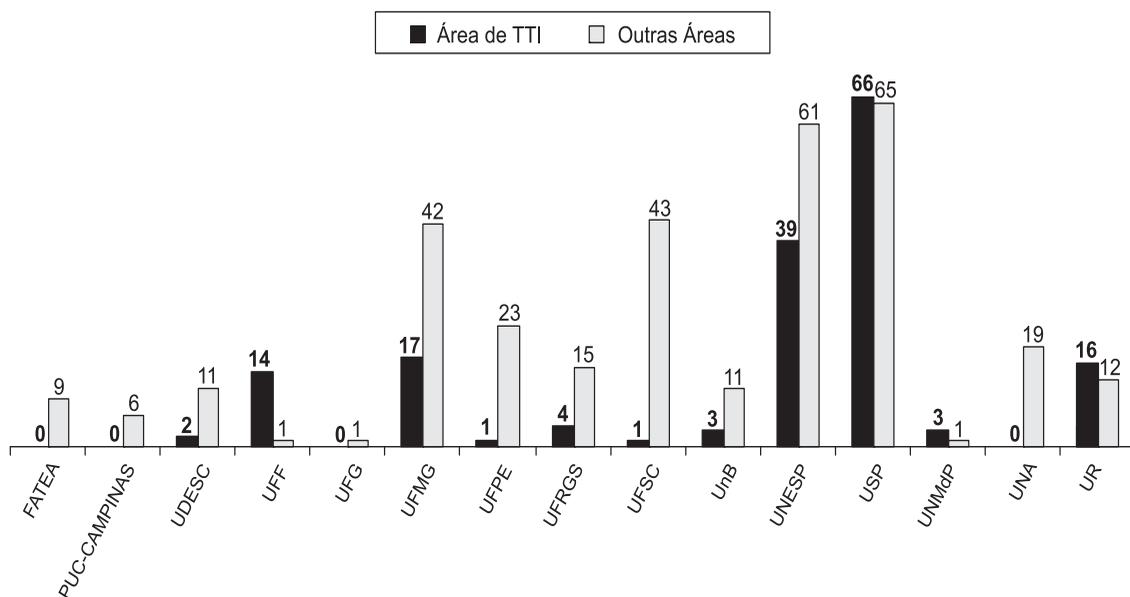


Figura 1. Distribuição da produção docente.

Nota: **FATEA:** Faculdades Integradas Teresa D’Ávila; **PUC-CAMPINAS:** Pontifícia Universidade Católica de Campinas; **UDESC:** Universidade do Estado de Santa Catarina; **UFF:** Universidade Federal Fluminense; **UFG:** Universidade Federal de Goiás; **UFMG:** Universidade Federal de Minas Gerais; **UFPE:** Universidade Federal de Pernambuco; **UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **UFSC:** Universidade Federal de Santa Catarina; **UNB:** Universidade de Brasília; **UNESP:** Universidade Estadual Paulista; **USP:** Universidade de São Paulo; **UNMdP:** Universidad Nacional de Mar del Plata; **UNA:** Universidad Nacional de Asunción; **UR:** Universidad de la Republica.

Quanto aos tipos de publicações (artigos de periódicos, capítulos de livros, livros e publicações em eventos) observa-se que os artigos de periódicos registram a maior produção, ou seja, 44,03% do total. No entanto, essa categoria apresenta também o maior índice de dispersão temática (73,36%), enquanto que se verifica o menor índice de dispersão temática na categoria livros (53,42%). Os dados confirmam, ainda, a conclusão de Población (1995, p.100) no tocante à grande presença de publicações em eventos na produção geral da área, apresentando-se essa categoria com 32,10% da produção científica total no Mercosul. No caso das 166 obras específicas de TTI, chegou-se à seguinte distribuição por tipos de publicações:

Observa-se que na (Figura 2), existe um relativo equilíbrio entre publicações periódicas, eventos e monografias, pois respondem, respectivamente, por 34,34%, 33,13% e 32,53% do

total da produção. Tais dados superam significativamente a produtividade média dos docentes brasileiros de graduação em Biblioteconomia, identificada por Valentim e Guimarães (2002, p.37) como sendo de: 4,33 publicações por docente.

Analisando os dados relativos ao ano de publicação, verificou-se uma vida média de 6 anos, observando-se um crescimento acentuado a partir de 1989, sendo que o ano de 2001 apresentou o maior número de publicações na área, aspecto que sugere uma produção científica jovem e com perspectivas de crescimento. Tais fatos podem explicar-se, segundo os resultados obtidos por Menezes (2003), devido à maior capacitação científica recente na área.

Analisando a produção docente com base na proposta de articulação de conteúdos da área, elaborada no VI Encontro de Docentes (Londrina, out. 2002), pode-se observar que há uma maior

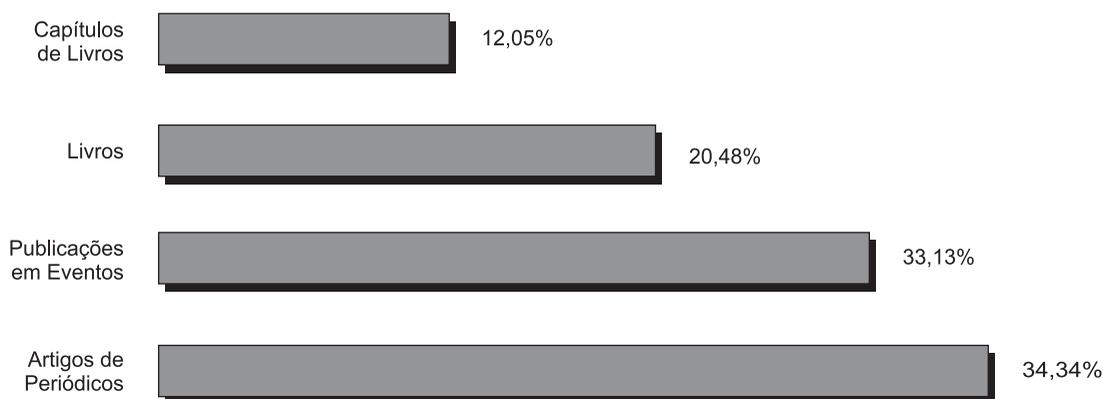


Figura 2. Representação da produção por categorias.

incidência de publicações sobre as questões teóricas, destacando-se os aspectos relativos à leitura, análise e representação documentária, assim como à organização do conhecimento; estas publicações somam 90 dos 166 itens, correspondendo a 54,22% da produção docente da área.

Nesse contexto, percebeu-se uma ênfase acentuada sobre os *processos*, tratados em 112 itens documentários (67,47% da literatura analisada), seguidos por 26 itens que tratam das “*interfaces*” (15,66%), 20 itens (12,05%) cujo enfoque recai nos *produtos* e, por fim, 8 itens (4,82%) enfatizando os “*instrumentos*”.

A análise da bibliografia utilizada no ensino de TTI nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul (GUIMARÃES; MIRANDA; SANTOS, 2001), apontou um total de 755 obras citadas. Entretanto, comparando-se a literatura produzida na área de TTI com as bibliografias utilizadas nos cursos da área, verifica-se que apenas 22 itens da produção docente encontram-se presentes nas bibliografias utilizadas nas disciplinas dos cursos do Mercosul, representando apenas 13,25% da produção docente identificada. Tal índice, bastante modesto, parece sinalizar, por um lado, um ensino voltado para fontes externas e, por outro, o pouco conhecimento recíproco, entre os docentes/autores, da bibliografia produzida pelos próprios colegas.

Esses 22 itens presentes na bibliografia da área provêm de um grupo de 9 docentes de 6 instituições, onde se destacam aquelas que foram constatadas anteriormente como as universidades mais produtivas da área. É importante salientar que, entre esses 9 docentes, 6 deles (66,66%) possuem suas teses ou dissertações presentes na bibliografia da área, demonstrando uma coerência entre sua formação, sua atuação profissional e sua produção científica. Nota-se ainda, que dentre esses 6 docentes, 5 destacam-se como os maiores produtores da área.

Ainda cruzando-se os dados da produção científica docente, com aqueles das bibliografias utilizadas nas disciplinas da área no Mercosul (SANTOS, 2001), pode-se observar a visibilidade das universidades na bibliografia, conforme o número de citações que as obras dos seus docentes receberam de outras universidades, (Figura 3).

É importante observar que o número de itens presentes na bibliografia da área no Mercosul poderia ser maior, pois foram observados, na bibliografia, casos de co-autoria em que apenas um dos autores aparece citado. Esse fato, porém, não altera a questão da visibilidade que recai, mais uma vez, sobre as universidades e os docentes com maior produção na área.

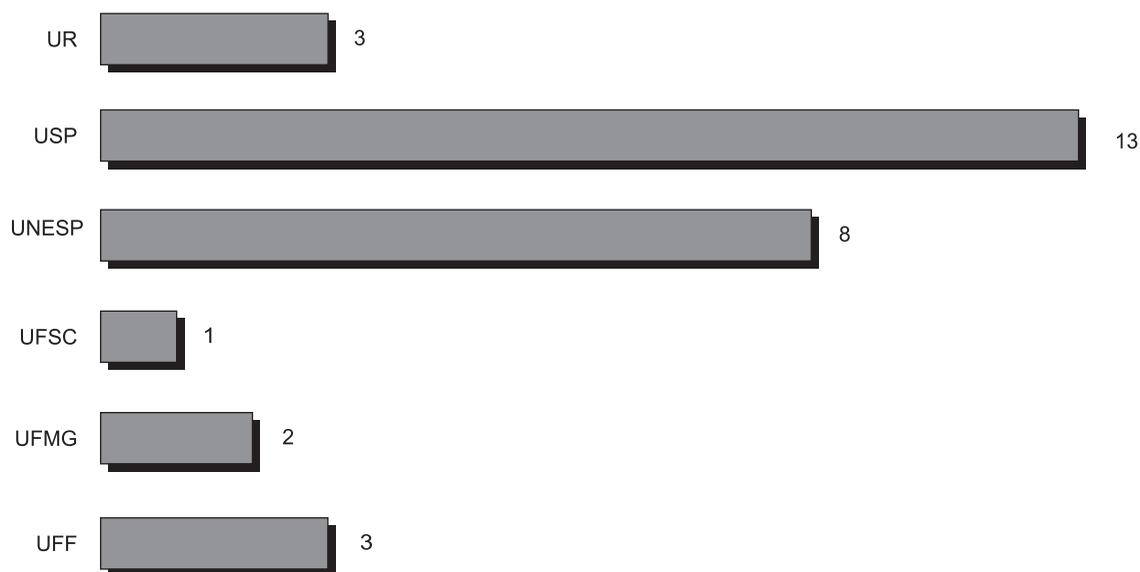


Figura 3. Visibilidade das universidades na bibliografia do Mercosul.

Relacionando esses fatos com os revelados no estudo da capacitação dos docentes de TTI do Mercosul (MENEZES, 2003), foi possível verificar que 5 dos docentes mais produtivos da área possuem capacitação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na área, demonstrando continuidade e total coerência entre sua formação, sua atuação profissional e sua produção científica.

Apesar de verificar-se uma contribuição ainda modesta da produção científica docente para o referencial da área, revela-se um grupo de docentes que, embora reduzido, é altamente produtivo e preocupado com as questões teóricas da área de TTI.

Procuramos verificar, ainda, como os docentes (e conseqüentemente, as universidades) se articulam na questão das co-autorias. Para tanto, primeiramente foi feita uma seleção de todas as co-autorias existentes entre os itens da produção na área de TTI; a seguir, foram selecionados os itens de co-autoria entre os docentes tratados nesta análise, pois não foram considerados os casos em que apenas um dos autores participa do grupo analisado. Depois de

organizados, esses dados permitiram identificar alguns núcleos de co-autorias: a UFMG, por exemplo, conta com um núcleo apenas interno (isto é, de autores de uma mesma universidade), enquanto a USP e a UNESP, contam com docentes que trabalham tanto internamente, como juntamente com docentes da outra universidade, compondo núcleos inter-universidades (co-autorias entre docentes das duas universidades). Verifica-se, ainda, um núcleo interpaíses, formado por docentes da UNESP, UNMdP e UR. Neste contexto, destacam-se, mais uma vez, as universidades e os docentes mais produtivos da área.

CONCLUSÃO

Em vista das atividades de pesquisa desenvolvidas, observa-se que o processo de harmonização curricular do Mercosul tem buscado uma verticalização de abordagem, de modo a permitir que os conteúdos possam ser trabalhados em uma dimensão eminentemente investigativa.

Especificamente no tocante à área de TTI, foi significativa a redefinição de seu contexto no âmbito curricular do Mercosul, haja vista a grade de articulação de conteúdos da área 2: Organização e recuperação da informação a que se chegou no Encontro de Londrina, em 2002. Ainda no referido evento registrou-se, como importante para o desenvolvimento científico da área, a busca de um princípio de coerência entre capacitação, prática pedagógica e produção científica docente.

Esta análise dos dados revelou, por um lado, um alto índice de dispersão temática na produção dos docentes da área de TTI, aspecto este que deve ser objeto de séria reflexão por parte das universidades no tocante ao delineamento de suas políticas docentes. Por outro lado, pôde-se caracterizar um conjunto de docentes produtivos (cuja média supera significativamente aquela identificada por Valentim e Guimarães, 2002), concentrando-se especialmente no Brasil e em instituições que possuem cursos de pós-graduação com linha de pesquisa específica na área de TTI.

A literatura produzida por esse conjunto de docentes configura-se de baixa vida média e

com equilíbrio entre as formas documentárias, mas ainda pouco visível nas bibliografias utilizadas nos planos de ensino das disciplinas por eles ministradas.

Por fim, e resgatando-se dados da pesquisa de Guimarães, Danuello e Menezes (2004), ressalta-se a identificação de um grupo de seis docentes que apresentaram elevado grau de coerência temática entre capacitação, prática pedagógica e produção científica docente, reiterando a premissa defendida no Encontro Mercosul de Londrina.

Em vista dos aspectos abordados, sugere-se às universidades, a reflexão acerca da coerência temática entre as atividades de seus docentes, coerência que possa contribuir para uma crescente produção de conhecimento nas universidades e, ao Grupo Mercosul de Escolas de Biblioteconomia, uma verticalização das discussões acerca da produção docentes no âmbito das distintas áreas curriculares, assim como do desenvolvimento de espaços institucionais que permitam a divulgação e o compartilhamento dessa literatura pelos docentes das distintas universidades.

REFERÊNCIAS

- ARCHUBY, C. La enseñanza de temáticas básicas para los estudios métricos de la información en las escuelas de bibliotecología: la experiencia de la Universidad Nacional de Mar del Plata. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES 7., Y ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 2004, Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2004. 1 CD-ROM.
- ARTAZA, C. *et. al.* Estudio métrico sobre la producción de tesinas de la licenciatura en Bibliotecología y Documentación de la Universidad Nacional de Mar del Plata. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES 7., Y ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 2004, Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2004. 1 CD-ROM.
- CASTRO, C.M. Há produção científica no Brasil? *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 37, n.7, p.165-187, 1985. (supl.).
- COELHO, L.F.S. *A ciência no Brasil: um levantamento estatístico.* Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/alpgif/estatist/prod.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2003.
- CONFORTI, N.G.; NÉLIDA, A. La práctica profesional de la carrera Bibliotecario escolar: instrumentos para su evaluación. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES 7., Y ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 2004,

Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2004. 1 CD-ROM.

ENCONTRO DE DIRETORES, 6., ENCONTRO DE DOCENTES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 5., 22 a 25 out. 2002, Londrina. *Relato Final...* Londrina: ABECIN, 2002. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/Mercosul.htm>>.

ENCONTRO DE DIRIGENTES DE CURSOS SUPERIORES EM BIBLIOTECOLOGIA DO MERCOSUL. 1996, Porto Alegre. *A formação profissional em Biblioteconomia no Mercosul*. Porto Alegre: ABEED, 1996. 3v.

ENCUENTRO DE DIRECTORES DE LOS CURSOS SUPERIORES DE BIBLIOTECOLOGIA DEL MERCOSUR, 1. Y ENCUENTRO DE DOCENTES DE BIBLIOTECOLOGIA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2., 1997, Buenos Aires. *La formación profesional en Bibliotecología y Ciencia de la información en el Mercosur: acuerdos u recomendaciones*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. 15p.

ENCUENTRO DE DIRECTORES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2. Y ENCUENTRO DE DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 1998, Santiago (Chile). *Formación de recursos humanos en el área de información en el MERCOSUR: compatibilización curricular, competencias del profesional de la información en el Mercosur*. Santiago (Chile): Universidad Tecnológica Metropolitana, 1999.

ENCUENTRO DE EDUCADORES Y INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMERICA Y EL CARIBE – EDIBCIC, 3., 1996, San Juan (Porto Rico). *Informe de la Comisión de Pregado*. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1996. 4p.

GUIMARÃES, J.A.C.; DANUELLO, J.C.; MENEZES, P.J. Formação para a atuação profissional em organização de conteúdos informacionais: uma análise das bases teórico-pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004. p.167-187.

GUIMARÃES, J.A.C.; MIRANDA, F.; SANTOS, I. *Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: análise e perspectivas de um core curriculum à luz dos*

avanços teóricos da área de organização do conhecimento. Marília, 2001. v.1. [Relatório de pesquisa].

GUIMARÃES, J.A.C.; RODRIGUES, M.E.F. A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. *Dimensão humana, política e econômica da informação*. Fortaleza: FEBAB, 2002. (texto digitado, sem paginação).

HERRERO SOLANA, V.; LIBERATORE, G. Visibilidad internacional de las revistas iberoamericanas de Bibliotecología y Documentación. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES, 7., ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 2004, Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2004. 1 CD-ROM.

LIBERATORE, G.; CORINGRATO, M.; AMERIO, A. Revista Referencias: un análisis de la producción profesional em ByD en la Argentina. *Referencias*, v.7, n.2, p.38-43, 2002.

LIBERATORE, G.; GUIMARÃES, J.A.C. Panorama del análisis documental de contenido en el Cono Sur Americano. In: CARIDAD SEBASTIÁN, M.; NOGALES FLORES, J. T. (Org.). *La información en la posmodernidad: la sociedad del conocimiento en España e Iberoamerica*. Madrid: Editorial universitaria Ramón Areces, 2004. Cap. 11, p. 129-141.

MENEZES, P.J. *Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação científica docente como subsídio ao delineamento de políticas integradas para a área*. 2003. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso – Biblioteconomia, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

MOYA ANEGÓN, F.; HERRERO SOLANA, V. Visibilidad internacional de la producción científica iberoamericana en Biblioteconomía y Documentación (1991-1999). In: ENCUENTRO DE EDIBCIC, 5., 2000, Granada. *Actas...* Granada: Universidad de Granada: Facultad de Biblioteconomía y Documentación, 2000. p.341-370.

- MUELLER, S.P.M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J.M. (Org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 1, p. 21-34.
- POBLACIÓN, D.A. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. *Ciência da Informação*, Brasília, v.21, n.3, p.243-246, 1992.
- POBLACIÓN, D.A. Produção científica: literatura cinzenta da área de Ciência da Informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*; Brasília, v.19, n.1, p.99-112, 1995.
- POBLACIÓN, D.A. Projeto “Produção científica: características das comunidades científicas brasileiras da área de Ciência da Informação segundo parâmetros científicos”. São Paulo, 2001. [Relatório de pesquisa].
- RANGEL, M. Reflexões sobre o trabalho docente: significados do conhecimento, da pesquisa, da representação social. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 20, n. 40, p. 109-124, jan./jun. 1998.
- SANTOS, I.S. *Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul*: análise comparativa da bibliografia utilizada. Marília, 2001. 268p. Trabalho de Conclusão de Curso – Biblioteconomia, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- SANZ CASADO, E. Resultados del proyecto Estudios Bibliométricos de la Actividad Investigadora en el área de Humanidades de la Universidad Nacional de Mar del Plata. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES Y VI
- ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 7., 2004, Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata - Facultad de Humanidades - Departamento de Documentación, 2004. 1 CD-ROM.
- SLEIMEN, S. Algunos aportes para una propuesta de control operativo de la labor docente. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES Y VI ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 7., 2004, Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2004. 1 CD-Rom.
- SMIT, J.W.; DIAS, E.W.; SOUZA, R.F. Contribuição da Pós-graduação para a Ciência da Informação no Brasil: uma visão. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, v.3, n.6, dez. 2002. Disponível em <http://www.dgz.org.br/dez02/Art_04.htm>. Acesso em: 10 fev. 2003.
- TARGINO, M.G. Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos? *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, v.3, n.6, 2002. Disponível em:<<http://www.dgzero9.org/dez02/Art 01.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2003.
- VALENTIM, M.L.P.; GUIMARÃES, J.A.C. Diretrizes políticas e estratégicas para a formação docente voltadas à pesquisa e à extensão: Brasil. *Transinformação*, Campinas, v. 14, n.1, p. 29-39, 2002.
- WITTER, G.P. O ambiente acadêmico como fonte de produção científica. *Informação & Informação*, Londrina, v.1, n.1, p.22-26, 1996.



Produção científica dos docentes da Universidade Federal da Bahia da área de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1995-1999

Analysis of the professors' scientific production in the field of Philosophy and Humanities at the Federal University of Bahia (Brazil), during 1995-1999

Raymundo das Neves MACHADO¹

Rodrigo França MEIRELLES²

RESUMO

Estudo realizado na Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de conhecer e identificar os principais produtores de conhecimentos na área de Filosofia e Ciências Humanas daquela entidade, bem como os veículos utilizados para a transferência do conhecimento gerado. Para a coleta dos dados foi utilizado o Catálogo de Produção Científica, Literária e Artística, 1994-1996, complementado pelo Sistema Produção Docente. O período estudado foi de cinco anos (1995-1999). Os resultados apontam que, do universo de 372 docentes, 63,17% foram responsáveis por um total de 2083 publicações, entre livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, comunicações em eventos e outros. O meio de maior divulgação da produção científica foi o artigo de periódico com 33,41%; seguido das comunicações em eventos, com 18,24%; livros, 4,85%; e capítulos de livro, com 13,59%. O português foi o idioma de maior incidência com 96,54% da produção científica.

Palavras-chave: produção científica, filosofia e ciências humanas.

¹ Mestre, Docente Assistente, Departamento de Biblioteconomia do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Campus Universitário do Canela, 40110-100, Salvador, BA, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: R.N. MACHADO. E-mail: <raymacha@ufba.br>.

² Acadêmico, Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica UFBA/PIBIC/FAPESB. E-mail: <rodrigomei@bol.com.br>.

Recebido em 8/9/2004 e aceito para publicação em 24/5/2005.

ABSTRACT

Analysis carried out at the Federal University of Bahia, with the objective of identifying the main knowledge producers in the field of Philosophy and Humanities at that institution, as well as the media used to publicize the generated knowledge. Data was collected from the Catalogue of Scientific, Literary and Artistic Production, 1994-1996 and complemented with the System on Academic Body Production. The study covered a five-year period, from 1995 to 1999. The results indicate that out of the universe of 372 professors, 63.17% were responsible for a total of 2083 publications, amongst books, book chapters, articles in periodicals, conference papers, and others. The most frequently used means of disclosure of the scientific production was the article in periodicals, representing 33.41% of the publications, and followed by the presentation of papers in events (18.24%); next, came books (4.85%) and book chapters (13.59%), Portuguese was the most frequently used language, representing 96.54% of the scientific production.

Key words: *scientific production, philosophy and humanities.*

INTRODUÇÃO

A produção científica representa uma parte materializada do conhecimento gerado e sua disseminação constitui a socialização do saber. Para Lima *et al.* (1998), o conhecimento deverá estar disponível, ser de fácil acesso e divulgado para a sociedade, que fará uso dele em seu próprio benefício. Para tanto, é indispensável a sua publicação, atividade com que se deve ocupar o pesquisador. Sinaliza Velho (1997, p.17) que o “ato de publicar é parte constituinte do conceito de pesquisador”, ressaltando o papel deste em disponibilizar o conhecimento gerado.

O pesquisador é reconhecido por meio de sua produção científica, ou seja, pela quantidade/qualidade de trabalhos publicados, em todos os formatos, em determinado período de tempo. Essa produção está estreitamente ligada à comunicação científica. No Brasil, o maior número de pesquisadores é formado por professores e alunos dos cursos de pós-graduação, responsáveis pela geração da maior parte da produção científica nacional. Esclarece Witter (1997, p.29) que “a pesquisa científica de um país está muito relacionada com a atuação dos cursos de pós-graduação, quer pelo fazer

científico dos mesmos quer pelo papel na formação de pesquisadores que irão atuar em outras entidades universitárias, ou não”; tais cursos têm, assim, papel fundamental na disseminação dos resultados de pesquisa na universidade, fazendo avançar o conhecimento gerado dentro da própria instituição. Para Meis e Leta, (1996, p.33) “a pesquisa científica dentro da universidade desempenha papel importante não só na produção de novos conhecimentos, mas também na capacitação de tornar acessíveis aos seus estudantes os avanços contínuos do saber”.

Com o estudo da produção científica podemos determinar, por exemplo, qual a frente de pesquisa de uma determinada área, quais os autores e instituições mais produtivas, e quais as características das áreas do conhecimento humano. Esses dados são verdadeiros indicadores de produtividade, servindo de informações para as agências de fomento à pesquisa e para a própria instituição na qual a produção é gerada.

Estudos de produção científica são realizados por pesquisadores da Ciência da Informação. Targino e Caldeira (1988) desenvolveram um estudo em que avaliaram a produção científica da Universidade Federal do Piauí (UFPI),

publicada no período de 1984 a 1999. Os resultados da pesquisa indicaram que apenas 9,92% dos docentes apresentaram contribuições, em média, 0,92% trabalho por pessoa; desta forma, constatou-se a necessidade de adoção de medidas que gerem o desenvolvimento de pesquisas com o fim de aumentar a produção científica de seus docentes. Os artigos de periódicos, juntamente com os trabalhos apresentados em eventos científicos, foram os veículos mais utilizados pelos docentes. O idioma português foi o que predominou em toda a literatura produzida.

Oliveira e Aragão (1992) estudaram a produção científica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 1979-1988, com dois enfoques: o primeiro estudou a produção geral da universidade e o segundo enfatizou a produção dos professores da Faculdade de Medicina. As áreas de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde foram as de maior produção, com destaque para Medicina. A área de Filosofia e Ciências Humanas foi a segunda colocada, tendo a Educação o maior índice de produtividade. As comunicações apresentadas em eventos científicos, seguidos dos artigos de periódicos, foram os meios de disseminação do conhecimento mais utilizados pelos docentes da UFBA no período estudado.

Na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) foi desenvolvido um estudo por Lima *et al.* (1998), no qual foi comparada a produção científica de quatro unidades de ensino: Biblioteconomia, Educação, Filosofia e Psicologia. As conclusões do estudo revelam a necessidade de um estudo mais detalhado sobre o tipo e prática de produção dos docentes da PUC-Campinas. A Faculdade de Psicologia obteve a maior taxa de produção no período estudado, 1990-1994. Com relação ao veículo de publicação, o periódico foi o mais utilizado.

A pesquisa desenvolvida por Meis e Leta (1996) traçou o perfil da ciência brasileira no período de 1981 a 1993. Os resultados sinalizam

um crescimento da pesquisa científica no que tange a trabalhos publicados em nível nacional e internacional. As áreas de maior destaque foram: Ciências Biológicas (Agricultura/Agronomia, 33,2%), Ciências Biomédicas (Biologia Experimental e Medicina, 36,7%), Medicina (Medicina Clínica, 27,6%), Medicina Social (mais de 70,0% vem da Saúde Pública), Ciências Exatas (Físico-Química, 30,6%), Física (com 40,6%), Matemática (92,0%), Ciência do Espaço (31,8%) e Ciências Humanas e Artes (Sociologia/Antropologia/Linguística, 25,8% do total de artigos da área). Segundo a pesquisa supracitada, o perfil da produção das ciências humanas e das artes permaneceu constante no período, com uma produção apresentando altos e baixos.

O objetivo do presente trabalho foi estudar a produção científica da UFBA, durante o período de 1995 a 1999, na Área de Filosofia e Ciências Humanas, identificando os principais produtores de conhecimentos nessa área, a titulação desses pesquisadores e quais os veículos de maior preferência dos docentes para disseminar o conhecimento produzido. Ademais, verificou-se qual o idioma mais usado para essas publicações, o departamento com a maior taxa de produtividade e qual o ano com maior índice de produção.

MÉTODOS

O método empregado para o desenvolvimento da pesquisa foi o quantitativo, uma vez que a produção científica pode ser mensurada. Os dados foram distribuídos em categoriais específicas, o que permitiu uma aferição mais acurada deles.

A Área de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, compreende 16 cursos de graduação (Administração, Secretariado Executivo, Biblioteconomia e Documentação, Arquivologia, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Comunicação-Jornalismo, Comunicação-Produção Cultural, Direito,

Pedagogia, Educação Física, Filosofia, História, Museologia, Psicologia, Ciências Sociais), 13 programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), 21 departamentos distribuídos em oito unidades de ensino, com um total de 372 docentes.

O material utilizado para coleta dos dados foram duas fontes de informação. Foi utilizado, para o período de 1995 a 1996, o Catálogo da Produção Científica, Literária e Artística, UFBA, editado em 1997 pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Para o período de 1997 a 1999 foi utilizado o Sistema de Produção Docente (SIDoc) (<http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/orgaos/cpd/sistemas/sidoc>), uma vez que o catálogo deixou de ser publicado em 1997. O SIDoc é um instrumento de uso interno da UFBA, com objetivos bem diferentes do Catálogo. Portanto, foi também realizada uma análise destes instrumentos, verificando-se os elementos comuns aos dois.

Para atingir o objetivo proposto para este estudo, realizou-se o levantamento dos dados no Catálogo da Produção Científica, Literária e Artística, UFBA para o período de 1995 a 1996, e no SIDoc para o período de 1997 a 1999. Após análise e comparação das duas fontes utilizadas, uma vez que a segunda fonte não apresentava, como a primeira, o registro da publicação completo, optou-se por usar elementos comuns às duas fontes. As seguintes variáveis foram estudadas: titulação dos docentes, tipologia das fontes, idioma das fontes, categoria dos produtores, ano de produção, departamentos mais produtivos. Os dados foram levantados pela relação nominal dos professores, fornecida pela Superintendência de Pessoal/UFBA. Para uma melhor tabulação e análise dos dados, foram confeccionadas planilhas eletrônicas utilizando o *Microsoft Excel* (2000).

A Área de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, conta com

16 cursos de graduação, 13 programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e 21 departamentos distribuídos em oito unidades de ensino, com um total de 372 docentes³. No que tange à titulação dos docentes (Figura 1), podemos observar que há um equilíbrio entre o número de mestres (41%) e doutores (41%), porém, o número de professores com graduação (11%) é superior aos que têm titulação de especialista (7%). Podemos concluir que a Área de Filosofia e Ciência Humanas/UFBA possui um corpo docente qualificado, sendo que 89% dos docentes possuem pós-graduação e apenas 11% a graduação.

No período de 1995-1999, os docentes produziram um total de 2083 publicações nas categorias: livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, comunicações em eventos científicos, matérias em jornais e revista de grande circulação.

A Tabela 1 sinaliza que os docentes com doutorado são os que possuem maior número de produções, perfazendo um total de 1593 publicações (76,48%), seguidos pelos docentes com mestrado com 417 produções (20,02%). Os professores doutores são os responsáveis pelo maior índice de publicações da Área de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA; esses docentes geralmente são vinculados aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e, além de ministrar aulas, desenvolvem pesquisa, gerando conhecimento.

Os docentes com graduação foram responsáveis por um total de 54 (2,59%) trabalhos, número superior aos docentes com titulação de especialização, que tiveram uma frequência absoluta de 19 publicações (0,91%).

A Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA apresentou uma média de 416,6 trabalhos no período pesquisado. Já os docentes alcançaram uma média de 5,59 trabalhos publicados no período de 1995-1999.

³ Fonte: UFBA/Superintendência de Pessoal/SIP

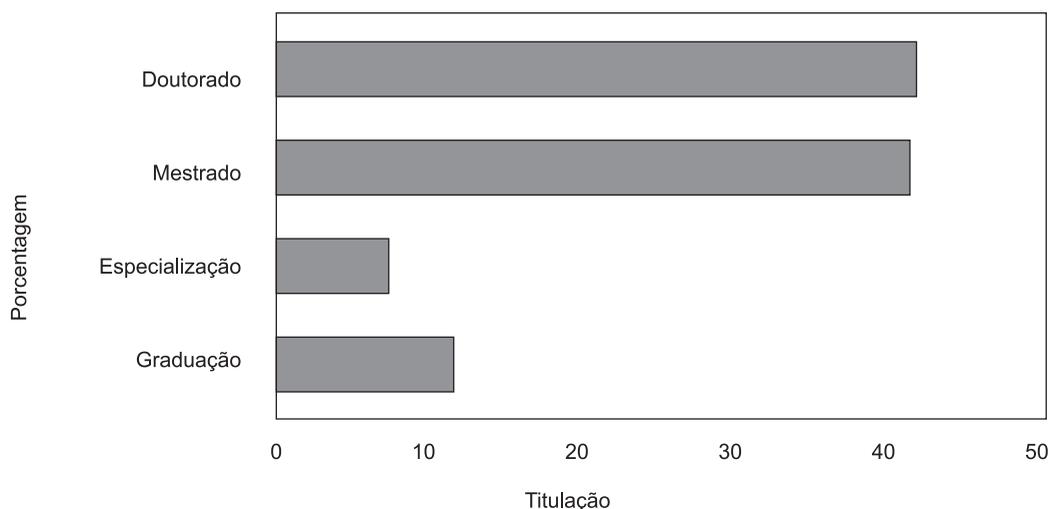


Figura 1. Titulação dos Professores da Área de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA Período de 1995-1999.

Tabela 1. Produção por Titulação dos Docentes da Área de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA, Período 1995-1999.

Titulação	Produção		Média no Período
	Absoluta	Relativa	
Graduação	54	2,59	10,8
Especialização	19	0,91	3,8
Mestrado	417	20,02	83,4
Doutorado	1593	76,48	318,6
Total	2083	100,00	

A Tabela 2 apresenta o total de docentes por titulação, bem como os docentes com e sem publicação dentro de cada categoria. O número de professores-doutores é de 152, representando 40,92% do total geral, sendo este o grupo com o maior índice de produtividade, ou seja, responsável por 57,87% da produção.

A produtividade dos Departamentos foi mensurada em três níveis: absoluta, relativa e acumulada. Assim, dos 21 departamentos da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA (Tabela 3), cinco apresentaram o maior número de produção que, em conjunto, somaram um

total de 1032 (49,54%) publicações, sendo três deles da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Psicologia, Sociologia, e Antropologia e Etnologia). O departamento de Psicologia foi responsável por 10,56% do total da produção científica, apresentando uma média de 44 trabalhos no período estudado. Observa-se que no estudo de Lima *et al.* (1998) a Psicologia, da PUC-Campinas, também alcançou um alto grau de produção, ou seja, 63,8% em relação às outras unidades estudadas.

O Departamento de Comunicação, com 10,23%, foi o segundo colocado, seguido pelo

Tabela 2. Número de Produtores e Não-Produtores da Área de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. Período 1995-1999.

Titulação	Docentes		Produtores		Não Produtores	
	f*	%	f*	%	f*	%
Graduação	42	11,29	17	7,23	25	18,25
Especialização	27	7,26	6	2,55	21	15,33
Mestrado	151	40,59	76	32,35	75	54,74
Doutorado	152	40,86	136	57,87	16	11,68
Total	372	100,00	235	100,00	137	100,00

*Frequência.

Tabela 3. Produção por Departamento da Área de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. Período de 1995-1999.

Departamentos	Produção			Média Anual
	Absoluta	Relativa	Acumulada	
Psicologia	220	10,56	10,6	44,0
Comunicação	213	10,23	20,8	42,6
Sociologia	207	9,94	30,7	41,4
Educação I	202	9,70	40,4	40,4
Antropologia e Etnologia	190	9,12	49,5	38,0
Teoria Econômica	148	7,11	56,6	29,6
Educação II	100	4,80	61,4	20,0
Finanças e Políticas Públicas	96	4,61	66,1	19,2
História	96	4,61	70,7	19,2
Filosofia	94	4,51	75,2	18,8
Ciência Política	84	4,03	79,2	16,8
Estudos Organizacionais	73	3,50	82,7	14,6
Documentação e Informação	56	2,69	85,4	11,2
Economia Aplicada	51	2,45	87,9	10,2
Educação III	46	2,21	90,1	9,2
Biblioteconomia	46	2,21	92,3	9,2
Direito Privado	44	2,11	94,4	8,8
Direito Público	44	2,11	96,5	8,8
Sistemas e Proce. Gerais	38	1,82	98,3	7,6
Museologia	24	1,15	99,5	4,8
Contabilidade	11	0,53	100,0	2,2
Total	2083	100		

Departamento de Sociologia, com 9,94%. O Departamento de Educação I, com 9,70%, foi o quarto colocado e o Departamento de Antropologia e Etnologia obteve a quinta colocação, com 9,12%.

Observando os resultados da frequência acumulada superior da Tabela 3, observa-se que os departamentos de Psicologia, Comunicação, Sociologia, Educação I e Antropologia e Etnologia contribuíram com cerca de 50% da

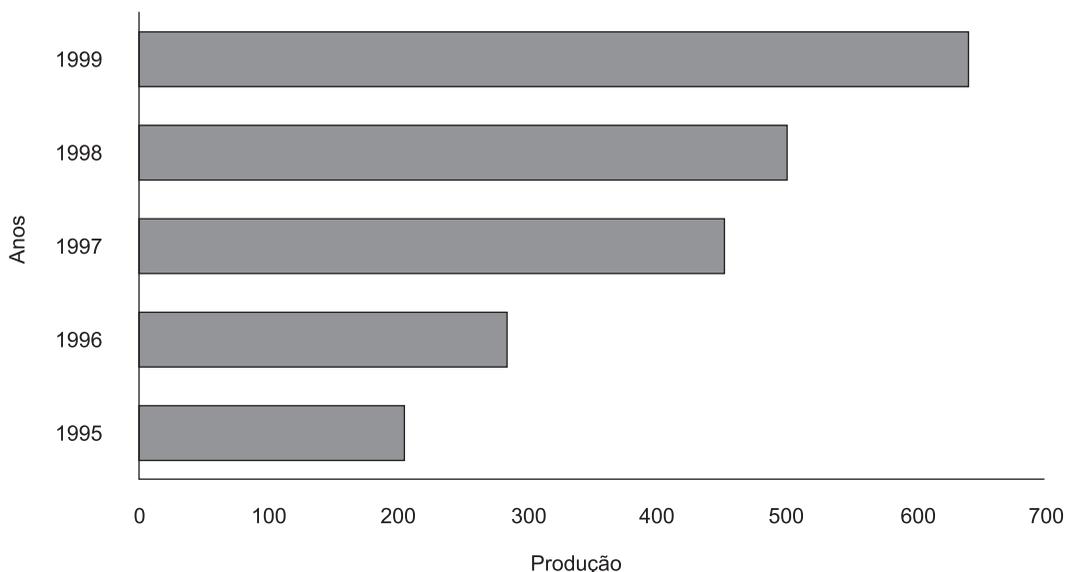


Figura 2. Distribuição Anual da Produção Científica da Área de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. Período 1995-1999.

produção. Em seguida, o Departamento de Teoria Econômica produziu 7,11%, enquanto a produção de cada um dos demais departamentos foi inferior a 5%.

À distribuição anual da produção dos docentes (Figura 2), observa-se que essa se encontra em ordem crescente. Através de regressão linear simples, considerando-se a produção total como variável dependente e o ano como variável preditora, observou-se uma taxa anual média de crescimento de 95 publicações por ano.

Observamos (Figura 3) que o artigo de periódico foi o meio mais utilizado para divulgação dos estudos/pesquisas dos docentes da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. No total, foram 696 ocorrências (33,41%), com uma média de 139,20 artigos no período estudado.

Em uma pesquisa realizada por Stumpf (2000), os artigos de periódicos foi o canal que apresentou o maior índice de publicações pelos docentes da área de Ciências Humanas da UFRGS. A preferência por esse tipo de veículo

se deve pela rápida difusão que ele tem na comunidade científica (OHIRA, 1997).

As comunicações em eventos apresentaram 380 ocorrências, correspondendo a 18,24% do total geral. Essa análise leva a inferir que os eventos científicos são meios de divulgação dos resultados das pesquisas, estudos e trabalhos desenvolvidos pelos docentes. Esses eventos propiciam o intercâmbio entre pesquisadores e, conseqüentemente, impulsiona a comunicação científica.

No estudo realizado por Oliveira e Aragão (1992), a comunicação apresentada em eventos científicos foi a preferida pelos docentes da UFBA no período de 1979-1988. Segundo as autoras, isso se deve “ao esforço da UFBA junto à comunidade acadêmica, estimulando sua participação em encontros, seminários e congressos de natureza científica.” (OLIVEIRA; ARAGÃO, 1992, p.207). Nesse mesmo trabalho, os artigos de periódico aparecem em segundo lugar.

O livro, considerado como veículo de grande materialização do conhecimento da área

de Ciências Humanas, apresentou um total de 101 ocorrências (4,85%). O capítulo de livro apresentou 283 publicações (13,59%). Para Meadows (1999) e Velho (1997), os pesquisadores de Humanidades e Ciências Humanas preferem disseminar os resultados de suas pesquisas em livros, fato esse não observado na comunidade científica da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, no período estudado. Esse tipo de publicação apresenta certos tipos de dificuldades, como, por exemplo, recursos financeiros, linha editorial, o tempo dedicado para escrever e revisar o texto. O capítulo de livro obteve uma representatividade maior do que o livro, devido às coletâneas organizadas e publicadas no período estudado, uma vez que esse

tipo de publicação reúne vários trabalhos de diferentes autores.

As matérias veiculadas em jornais diários obtiveram 4,05% do total das publicações; já as revistas (*magazines*) foram responsáveis por 1,29%. Na categoria “outras publicações” (25,88%) foram consideradas produções do tipo: resumos, traduções, relatórios.

Na Figura 4 podemos visualizar como a tipologia se comporta a partir do momento que a produção total cresce. Para tanto, utilizamos a Regressão Logística com variável resposta categórica. Essa técnica foi empregada para que fosse possível encontrar a tendência provável (probabilidade) de cada tipologia, em função do

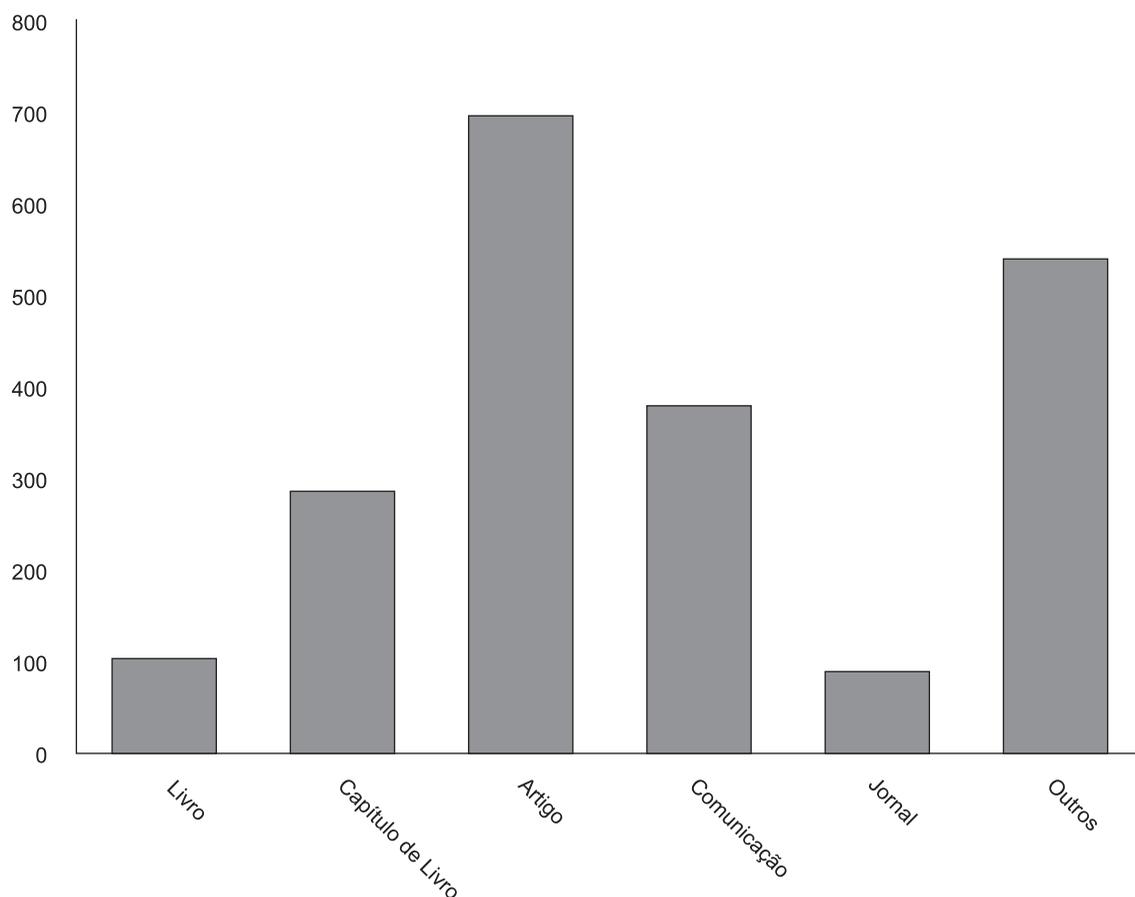


Figura 3. Tipologia das Fontes Utilizadas pelos Docentes da Área de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Período de 1995-1999.

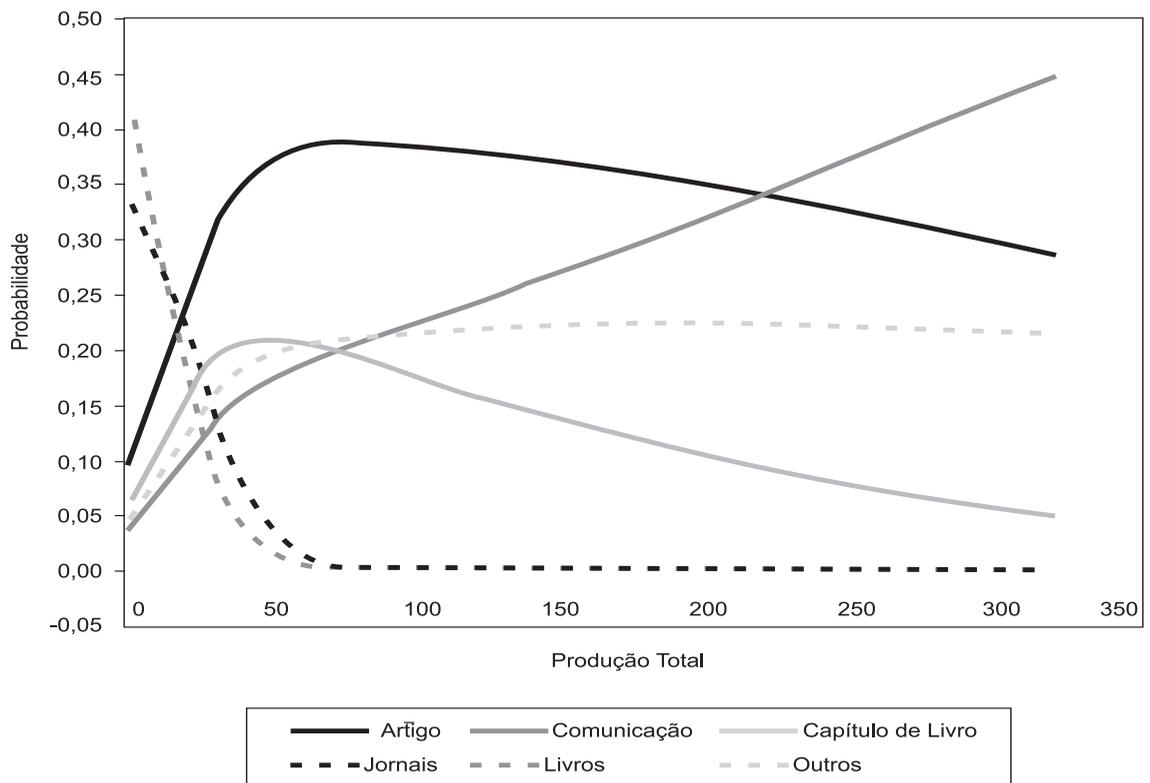


Figura 4. Probabilidade de crescimento da Produção Bibliográfica da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Período 1995-1999.

crescimento da produção científica na UFBA. Assim, ficou facilmente observado que a probabilidade de artigo de periódico ser produzido aumenta quando a produção total cresce, enquanto capítulo de livro, comunicação em eventos e outros tipos de publicações têm uma tendência inicial de crescimento, mas decrescem a partir do momento em que a produção total começa a ser ampliada; já jornal e livro têm as suas probabilidades de serem produzidos sempre em ordem decrescente.

Os dados numéricos desta modelagem mostraram que, para cada aumento unitário na produção bibliográfica, a chance de ser um artigo é 1,08 vezes maior que a de ser livro, ou seja, para cada unidade produzida, a chance de ser artigo é 8% maior do que a de ser livro.

Com relação ao idioma dos trabalhos produzidos pelos docentes da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, o português obteve uma freqüência de 2.011, o que equivale a 96,54%, dado também encontrado na pesquisa de Oliveira e Aragão (1992). Em seguida veio o inglês, com 34 publicações (1,63%), o espanhol, com 20 (0,96%), e o francês, com 9 (0,43%). Observa-se, então, uma tímida penetrabilidade da produção científica no cenário internacional.

Para uma melhor compreensão dos produtores foram criadas quatro categorias (Tabela 4), ou seja: grandes produtores, produtores moderados, transeuntes e ocasionais. Na primeira categoria, três professores se destacaram com um total de 160 trabalhos publicados. A média de produção foi da ordem de 53,33 trabalhos ao ano.

Tabela 4. Categoria dos Produtores da Área III /UFBA. Período 1995-1999.

Categorias	Autores		Trabalhos		Produtividade Média Anual
	f	%	f	%	
Grandes produtores (+ 40 trabalhos)	3	1,27	160	7,67	53,33
Produtores Moderados (entre 15 e 40 trabalhos)	40	17,02	929	44,55	23,22
Transeuntes (entre 9 a 14 trabalhos)	37	15,74	406	19,48	10,97
Ocasionais (até 8 trabalhos)	155	65,95	588	28,30	3,79
Total	235	100,0	2083	100,0	-

Na categoria produtores moderados, foram alocados os docentes com uma produção entre 15 a 40 trabalhos. Essa categoria foi a de maior representatividade na produção, com 929 trabalhos publicados por 40 docentes, tendo uma média de 23,22 publicações ao ano.

Os demais docentes com uma variação de produção entre 9 a 14 publicações foram classificados como transeuntes, com um total de 37 docentes que, em conjunto, publicaram 406 trabalhos. Observa-se que na categoria ocasionais encontra-se a maioria dos docentes (65,95%), com uma produtividade média de 3,79 trabalhos.

A Tabela 4 apresentou uma característica dos docentes da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, ou seja, (65,95%) são produtores ocasionais. A elite da área é formada por autores com alta produtividade, composta apenas por três docentes, todos com grau de doutor que, em conjunto, produziram 160 trabalhos, resultando numa média de 53,33 publicações por produtor. Observa-se que um quinto dos docentes foram responsáveis por mais da metade de toda a literatura gerada no período estudado.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que no período de 1995-1999 a produção do corpo docente da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA foi diversificada. Os docentes utilizaram vários

canais para publicar os resultados de suas pesquisas, trabalhos e estudos. De um total de 372 professores, 63,17% (235) foram responsáveis por 2.083 publicações com uma média de 8,86 trabalhos por docente.

Este estudo possibilitou conhecer mais de perto a atividade de produção dos docentes da Área de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Estudos desta natureza são relevantes, pois proporcionam análises das tendências em determinadas áreas do conhecimento.

No estudo em foco, a produção dos docentes foi de ordem exponencial, com uma taxa anual média de crescimento de 95 publicações por ano, tendo no artigo de periódico o canal de maior preferência dos docentes para disseminar sua produção científica.

Com relação ao material utilizado para a coleta de dados, isto é, o Catálogo da Produção Científica, Literária e Artística, UFBA para o período de 1995 a 1996 e o SIDoc para o período de 1997 a 1999, ambas apresentam características peculiares. O primeiro tem objetivo de tornar visível a produção gerada na UFBA. O segundo tem um caráter específico, pois é de uso interno. O catálogo deixou de ser publicado em 1997, criando-se desse modo uma lacuna e impossibilitando o acesso à produção gerada na UFBA. Já o SIDoc, é instrumento mais restrito, com dados muito resumidos, o que dificulta a análise mais detalhada; nele é impossível identificar, por exemplo, a co-autoria, uma variável que contribuiria para os estudos de integração em níveis intradepartamental, interdepartamental e interins-

titucional (nacional e internacional). Segundo observa Meadows (1999 p.109), “a literatura gerada por pesquisas feitas em colaboração mostra diferenças importantes se comparada à produzida por pesquisadores que trabalham isoladamente”.

O estudo da produção científica de uma instituição deve ir além do aspecto quantitativo: deve-se também verificar o impacto da produção

gerada no âmbito nacional. Estudo desse porte deverá ser realizado como complementação do presente trabalho, para possibilitar melhor compreensão do campo de conhecimento em questão. Entretanto, espera-se que o presente estudo, apesar das suas limitações, contribua para um melhor entendimento da produção científica na Área Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

REFERÊNCIAS

- LIMA, M.F. *et al.* Produção científica: tipologia e autoria de publicações de docentes da PUC-Campinas (1990-1994). *Transinformação*, Campinas, v.19, n.1, p.120-131, 1998.
- MEADOWS, A.J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.
- MEIS, L.; LETA, J. *O perfil da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- MICROSOFT Excel 2000. Version 7 [S.I.]: Microsoft Corporation, 1999.
- OHIRA, M.L.B. Produção técnico-científica e artística da Universidade Federal de Santa Catarina (1991-1995). *In: WITTER, G.P. (Org.). Produção científica*. Campinas: Átomo, 1997. p.87-113.
- OLIVERIA, M.P.; ARAGÃO, E.M. Padrões de comunicação científica na Universidade Federal da Bahia. *Ciência da Informação*, Brasília, v.21, n.3, p.201-215, 1992.
- STUMPF, I.R.C. A comunicação da ciência na universidade: o caso da UFGRS. *In: MUELLER, S.P.M.; PASSOS, E.J.L. (Org.). Comunicação científica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. p.1078-1121.
- TARGINO, M.G.; CALDEIRA, P.T. Análise da produção científica de uma instituição de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Piauí. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 17, n.1, p.15-25, 1988.
- VELHO, L. A ciência e seu público. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.3, p.15-32, 1997.
- WITTER, G.P. (Org.). *Produção científica*. Campinas: Átomo, 1997.



Pesquisa em inteligência competitiva organizacional: utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados – Parte I

Research in organizational competitive: Intelligence using content analysis for the data collection and analysis – Part I

Marta Lígia Pomim VALENTIM¹
Adriana Rosecler ALCARÁ¹
Brígida Maria Nogueira CERVANTES¹
Elizabeth Leão de CARVALHO¹
Heliéte Dominguez GARCIA¹
José Carlos DALMAS¹
Letícia Gorri MOLINA¹
Lívia Aparecida Ferreira LENZI¹
Maria Elisabete CATARINO¹
Maria Inês TOMAÉL¹

RESUMO

Para a realização da pesquisa de campo em inteligência competitiva organizacional, optou-se pela análise de conteúdo para a coleta e análise de dados. Duas técnicas de análise de conteúdo foram utilizadas: a análise léxica

¹ Pesquisadores do projeto de pesquisa “Inteligência Competitiva em Organizações Privadas da Região Metropolitana de Londrina” e do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional” da Universidade Estadual de Londrina (UEL). URL: <http://www.i-site.uel.br>; E-mail: <i-site@uel.br>.

Fabiana SALA; Guilherme Baracat UEMURA; João Vítor Vieira GELINSKI; Josana Souza CARLOS e Luana Maia WOIDA são bolsistas de iniciação científica do projeto de pesquisa “Inteligência Competitiva em Organizações Privadas da Região Metropolitana de Londrina” e do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional” da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Fabiana Aparecida NICOLINI; Jorge Luis RODRIGUES e Natan Tiago Batista SERZEDELLO são colaboradores do projeto de pesquisa “Inteligência Competitiva em Organizações Privadas da Região Metropolitana de Londrina” e do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional”.

Recebido e aceito para publicação em 28/6/2005.

e a análise categorial (temas). Nesta pesquisa, a análise léxica, cujo enfoque é quantitativo, tem como objetivo levantar e quantificar termos tais como: substantivos, adjetivos, verbos, etc., relacionados ao processo de inteligência competitiva organizacional, encontrados no instrumento de coleta de dados; por outro lado, a análise categorial, cujo enfoque é qualitativo, tem como objetivo investigar temas relacionados à inteligência competitiva organizacional, encontrados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Palavras-chave: inteligência competitiva, metodologia de pesquisa, análise de conteúdo, análise léxica, análise categorial; coleta e análise de dados.

ABSTRACT

To accomplish the proposed research in the field of organizational competitive intelligence, the authors opted for content analysis in order to process the data collection and analysis. Two techniques of content analysis were used: the lexical analysis and the categories' analysis (themes). In this research, the lexical analysis, whose focus is quantitative, aims at selecting and quantifying the terms related to the organizational competitive intelligence process, such as nouns, adjectives, verbs, etc., found in the instrument used for data collection. On the other hand, the categories' analysis has a qualitative focus, whose objective is to investigate themes related to the organizational competitive intelligence, found in the researched people's speeches.

Key words: *competitive intelligence, research methodology, content analysis, lexical analysis, categories' analysis, data collection and analysis.*

INTRODUÇÃO

O grupo de pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional" é formado por docentes, estudantes de graduação e técnicos das áreas de Ciência da Informação, Administração, Estatística, Informática, e Desenho Industrial, num total de vinte e um membros. Atuando desde 1998, o grupo desenvolveu vários projetos de pesquisa. Atualmente tem como objeto de pesquisa os fenômenos relacionados à Inteligência Competitiva (IC) em organizações. Este artigo pretende divulgar, à comunidade científica da área, os procedimentos metodológicos que nortearam a coleta e a análise dos dados.

Inicialmente, é importante resgatar os objetivos do projeto de pesquisa, em relação ao processo de IC: verificar e analisar a cultura e o clima organizacional; verificar como ocorre a

comunicação informacional; diagnosticar a prospecção e o monitoramento informacional como atividade base; verificar e analisar de que forma ocorre a gestão da informação; verificar e analisar de que forma ocorre a gestão do conhecimento; verificar e analisar a inovação e as redes; identificar, caracterizar e analisar as tecnologias de informação utilizadas; diagnosticar o perfil e a atuação dos atores; identificar, caracterizar e analisar a terminologia da área.

A pesquisa foi desenvolvida em etapas, de modo a permitir que, tanto pesquisadores quanto estudantes e técnicos, compreendessem os fenômenos relacionados à IC e obtivessem o mesmo entendimento teórico da temática de pesquisa, visando à construção de conhecimento para o estabelecimento de conceitos e de fundamentação sobre IC, dentro da área de Ciência da Informação.

Na primeira etapa foram realizados os levantamentos bibliográficos da literatura relacionada à inteligência competitiva, bem como da literatura referente a cada um dos objetivos anteriormente mencionados. A partir da leitura e análise de textos básicos de IC e da reflexão sobre eles, percebeu-se a necessidade de investigar autores clássicos da Administração, assim como discutir os casos de empresas que desenvolveram inteligência competitiva, com o intuito de reforçar e melhorar o entendimento, a fundamentação e a construção de conhecimento sobre IC, antes da pesquisa de campo propriamente dita. Para o estudo desses textos, adotou-se uma dinâmica de pré-leitura, leitura e discussão em grupo, bem como da apresentação de seminários de casos sobre inteligência competitiva.

Durante a leitura dos textos pode-se observar certa recursividade de idéias entre os mais variados autores, buscando-se referências nos pensadores precursores das áreas de Filosofia, Linguística e Ciência Cognitiva. Assim, foram realizadas leituras e análises de textos mais densos e respectivas reflexões sobre eles, procurando-se uma nova perspectiva sobre a informação, o conhecimento, a inteligência e a sociedade. Os textos utilizados durante essa etapa englobaram livros, artigos de periódicos nacionais e internacionais, teses e dissertações, textos extraídos da Internet e filmes, todos analisados sob essa ótica.

Na segunda etapa da pesquisa pretendeu-se fornecer aos pesquisadores, alunos e colaboradores, maior conhecimento sobre a metodologia inicialmente proposta para o desenvolvimento da pesquisa: **análise de conteúdo**. Para isto, adotou-se o livro de Laurence Bardin sobre análise de conteúdo. A dinâmica utilizada para o estudo foi a pré-leitura, a leitura e a discussão em grupo de cada um dos capítulos, de forma que houvesse entendimento profundo dos conceitos e técnicas aplicadas a este tipo de metodologia de pesquisa.

É importante mencionar que a análise de conteúdo tem relação com outros métodos de análise, entre os quais, a análise do discurso, a análise documental, etc. (Anexo 1).

Para Bardin (1977), as fases da análise de conteúdo são três: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A autora explica que o funcionamento e o objetivo da análise de conteúdo podem resumir-se como sendo um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977).

Com base na definição acima foi possível entender que fazem parte do domínio da análise de conteúdo as iniciativas que, firmadas em um conjunto de técnicas parciais e complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo.

Após o estudo de várias técnicas aplicadas à análise de conteúdo, bem como dos livros de Henrique Freitas, Raquel Janissek, Jean Moscarola e Roberto Richardson que, apoiados em Bardin (1977), discutem a **análise léxica** e a **análise por categorias, ou categorial** (temas), escolheram-se estas técnicas para efetuar a pesquisa. A análise léxica tem como material a ser analisado as próprias unidades de vocabulário, as palavras portadoras de sentido: substantivos, adjetivos, verbos, etc., neste caso, buscando-se aqueles relacionados ao processo de inteligência competitiva organizacional. Já a análise categorial trata do desmembramento do discurso em categorias temáticas, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas

relacionados à inteligência competitiva organizacional, identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Para Bardin (1977), a análise léxica trabalha “diretamente no código: unidades semânticas e sintaxe (vocabulário, características gramaticais...)”. De acordo com a autora, na análise léxica, é necessário focar duas dimensões: a) **convenções** quanto ao vocabulário: mensurar os diferentes vocábulos, o número de ocorrências desses vocábulos, identificação do repertório léxico ou campo lexical, relação ocorrências/vocábulos e b) **comparações** quanto ao vocabulário: identificar os diferentes vocábulos encontrados no material analisado com os que aparecem no repertório dos textos da área, assim como o repertório léxico de um sujeito de pesquisa com o dos demais sujeitos.

Estabeleceram-se os fundamentos metodológicos da pesquisa, através da compreensão do método, das técnicas e dos instrumentos inerentes à análise de conteúdo e à análise léxica. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. Leva em consideração as significações (conteúdo) e, eventualmente, a sua forma, assim como a distribuição destes conteúdos e formas (índices formais de análise de co-ocorrência). O analista procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. É uma busca de outras realidades através das mensagens. Visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução, com base em indicadores reconstituídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.

A análise de conteúdo pode ser aplicada em diferentes contextos (Quadro 1):

A análise de conteúdo, portanto, pode ser utilizada com diferentes objetivos de análise. As aplicações mais frequentes são:

a) Associação de Palavras: definem-se palavras indutoras significativas e o sujeito

pesquisado deve associar outras palavras à palavra indutora (Quadro 2).

Após reunir as palavras mencionadas pelos sujeitos pesquisados em uma relação, é necessário fazer uma classificação com o objetivo de organizar as palavras (substantivos, adjetivos, expressões, nomes próprios etc.) de um modo mais compreensível, como por exemplo: palavras sinônimas, proximidade semântica (prospecção, monitoramento, vigília etc.), que podem ser colocadas em ordem crescente ou decrescente de ocorrência/freqüência, ou ainda, em formato de alvo (Quadro 3 e Figura 1).

Neste caso, também é possível estabelecer categorias/subcategorias para a realização das análises, de modo a revelar de forma mais contundente as respostas dos sujeitos de pesquisa, como, por exemplo: atributos da gestão da informação; atributos da gestão do conhecimento; foco econômico; foco organizacional, etc.

b) Respostas a Questões Abertas (Quadro 4): as relações que o sujeito de pesquisa tem com o objeto pesquisado, são utilizadas para estudar a relação simbólica entre o sujeito e o objeto pesquisado. Essa aplicação, portanto, necessita identificar a relação do sujeito pesquisado com o objeto de pesquisa, por meio do gênero, da ocupação, da formação etc. Exemplo:

Pergunta 1: O que você associa à inteligência competitiva organizacional? Empresa (1); Gestão da informação (2); Gestão do conhecimento (3); Redes (3); Tecnologias de informação (4).

1=Administrador; 2=Bibliotecário; 3=Psicólogo; 4=Analista de Sistemas.

Pergunta 2: Caso o processo de inteligência competitiva organizacional falasse, o que ele lhe diria? O que você está fazendo não é inteligência competitiva, mas sim gestão da informação (2); Se você não trabalhar a cultura e o clima organizacional, não será possível implantar a inteligência competitiva nesta organização (3); Tecnologias da informação e telecomuni-

cação são fundamentais para o processo de I.C., mas só isso não basta (1); A inteligência competitiva é essencial para o negócio da organização

(1); A globalização impõe às organizações novas formas de interação e as tecnologias da informação e da telecomunicação são essenciais (4).

Quadro 1. Aplicação da análise de conteúdo.

Domínios Possíveis da Aplicação da Análise e de Conteúdo.				
Número de Pessoas Implicadas na Comunicação				
Código e Suporte	Uma pessoa "Monólogo"	Comunicação Dual – "Diálogo"	Grupo Restrito	Comunicação de Massa
Lingüístico Escrito	Agendas, maus pensamentos, conjecturas, Diários íntimos.	Cartas, respostas a questionários, a teste projetivos, trabalhos escolares.	Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo.	Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos, panfletos.
Oral	Delírio do doente mental, sonhos.	Entrevistas e conversações de qualquer espécie.	Discussões, entrevistas, conversações de grupo de qualquer natureza.	Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
Icônico (Sinais, grafismos, imagens, fotografia, filmes etc.).	Rabiscos mais ou menos automáticas, gráficos, sonhos.	Respostas aos testes projetivos, comunicação entre duas pessoas através da imagem.	Toda a comunicação Icônica num pequeno grupo (p. ex.: símbolos icônicos numa sociedade secreta, numa casta...).	Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.
Outros Códigos Semióticos				
(i. é, tudo o que não sendo lingüístico, pode ser portador de significações; ex.: música, código olfato, objetos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos etc.).	Manifestações históricas da doença mental, posturas, gestos, tiques, dança, coleções de objetos.	Comunicação não-verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfativos, manifestações emocionais, objetos cotidianos, vestuário, alojamento...), comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia.		Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte...: mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura.

Fonte: Bardin (1977, p.35) (Tradução livre).

Quadro 2. Análise de conteúdo – Associação de Palavras.

Gestão da Informação (palavra indutora)	Frequência/Ocorrência	Gestão do Conhecimento (palavra indutora)	Frequência/Ocorrência
Fluxos formais	(8)	Fluxos informais	(5)
Conhecimento explícito	(7)	Conhecimento tácito	(4)
Ativos informacionais	(6)	Ativos intelectuais	(3)

Fonte Adaptada: Bardin (1977, p.35).

1=Administrador; 2=Bibliotecário; 3=Psicólogo; 4=Analista de Sistemas.

A classificação deve ser realizada seguindo-se uma lógica comparativa e observando-se o tipo de relação existente entre o discurso do sujeito pesquisado e o objeto de pesquisa (Quadro 4).

c) Análise de Entrevistas: observa-se a relação do sujeito de pesquisa com o objeto pesquisado. A análise é essencialmente temática e podem-se usar diferentes grades/propostas para a realização da análise dos dados. Entre elas, pode-se citar a análise de frequência/quantitativa e a análise transversal (temas). Diferentes

Quadro 3. Associação de palavras – Ocorrência/Freqüência.

Gestão da Informação	
Conhecimento explícito/Ativos informacionais	13
Fluxos formais	8

Freqüência por ordem decrescente

Fonte Adaptada: Bardin (1977, p.35).

dimensões de análise podem ser utilizadas: Origem do objeto; Implicações face ao objeto; Descrição do objeto; Sentimento Face ao Objeto (BARDIN, 1977).

A análise é realizada, inicialmente, observando-se a freqüência absoluta e a relativa dos dados coletados. Após esta primeira fase de análise, processam-se as relações entre as quatro dimensões anteriormente mencionadas.

d) Análise de Comunicação de Massa: pode ser aplicada, por exemplo, para pesquisa em revistas que atingem um grande público. Nesse caso, faz-se uma primeira leitura que pode ser organizada e sistematizada a partir da formulação de hipóteses; ou pode-se realizar uma leitura aberta, sem compromisso metodológico. O foco da análise será em relação à contagem de um ou de vários temas ou itens de significação, em unidades de codificação, como, por exemplo, a frase. A partir da identificação dos itens ou temas, será possível observar, em relação a cada tema/item, quais os vínculos que o sujeito de pesquisa com ele estabelece, assim como pode-se observar, em termos quantitativos,

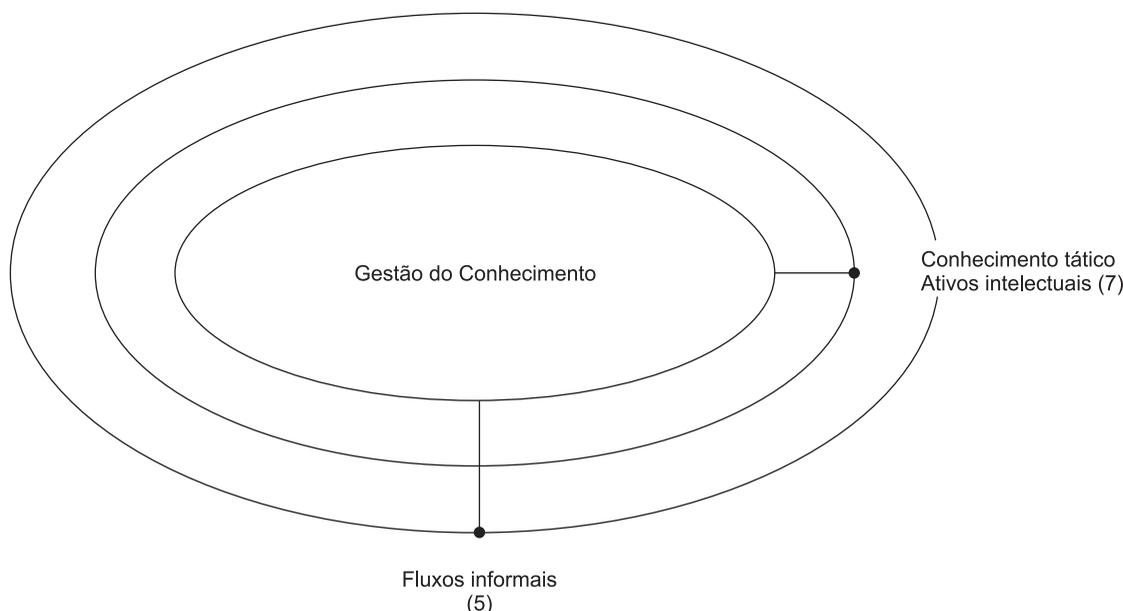


Figura 1. Associação e Palavras – Ocorrências/Freqüência por Proximidade.

Quadro 4. Análise de Conteúdo – Respostas a Questões Abertas.

Objeto de Comparação		Tipo de Relação com o Objeto Pesquisado			
		Administrador	Bibliotecário	Psicólogo	Analista de Sistemas
Instituições	Empresa	x			
Modelos de Gestão	Gestão da Informação		x		
	Gestão do Conhecimento			x	
	Redes			x	
Tecnologia	Tecnologias de Informação				x

Fonte Adaptada: Bardin (1977, p.61).

a ocorrência/freqüência com que isso acontece. Nesse contexto, também é possível agregar a análise léxica, verificando os adjetivos, os verbos, etc.

Para a realização desta pesquisa em inteligência competitiva, foram estabelecidas categorias e subcategorias relacionadas ao processo de I.C. Para Bardin (1977), a categorização pode empregar dois processos inversos:

- É fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados [...].
- O sistema de categorias não é fornecido antes, resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos [...].

Um conjunto de categorias deve possuir as seguintes qualidades:

- A exclusão mútua: esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão [...].
- A homogeneidade: o princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização [...].

- A pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido e quando pertence ao quadro teórico definido [...].
- A objetividade e a fidelidade: estes princípios, tidos como muito importantes no início da história da análise de conteúdo, continuam a ser válidos [...].
- A produtividade: adicionaremos às condições geralmente invocadas, uma qualidade muito pragmática. Um conjunto de categorias é produtivo, se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Quanto à finalização da terceira fase da análise de conteúdo, qual seja a inferência e a interpretação, Hosti citado por BARDIN (1977) afirma que “a intenção de qualquer investigação é produzir inferências válidas”, a partir dos dados coletados.

MÉTODOS

Para a construção do questionário (que pode ser acessado no *site* <http://www.i-site.uel.br>), primeiro instrumento de coleta e análise

de dados, visando à aplicação da análise de conteúdo descrita acima, utilizaram-se os seguintes procedimentos:

a) Cada subprojeto (categorias) desenvolveu subcategorias essenciais que serão apresentadas posteriormente, para constar do questionário, sendo extraídas da literatura/referencial teórico;

b) As subcategorias foram apresentadas durante as reuniões, debatidas e aceitas por todos os membros do grupo de pesquisa;

c) Após a definição das subcategorias por subprojeto (categorias), foram elaboradas as questões do questionário, baseadas nas subcategorias eleitas.

Para aplicação do questionários foi escolhido o cadastro da Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região (ADETEC), contendo 9910 empresas que compõem o eixo geopolítico do Norte do Paraná: Cornélio Procópio, Santa Mariana, Bandeirantes, Assaí, Jataizinho, Iporã, Tamarana, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas e Apucarana. Deste total, 62% são organizações industriais e 38% são organizações comerciais.

Para a coleta e análise de dados deixaram-se como universo a ser pesquisado, apenas as organizações industriais que totalizam 4464 empresas. Observa-se que desse total, 72% são

microempresas; 18% são pequenas empresas; 6% são médias, 1% são empresas de grande porte, enquanto 3% dessas organizações não indicam seu tamanho e, portanto, não puderam ser classificadas quanto ao porte.

Entretanto, como o processo de inteligência competitiva organizacional exige um modelo de gestão mais moderno, decidiu-se selecionar apenas as empresas que possuem correio eletrônico (e-mail), uma vez que isso indica estar a empresa utilizando, para seus negócios, tecnologias de informação e telecomunicação. Assim, o universo pesquisado reduziu-se para 1.077 empresas possuidoras de *e-mail*, das quais, definiu-se uma amostra com o total de 282 empresas para a coleta de dados. A extração da amostra contemplou todos os tipos de empresa, em relação ao porte (Quadro 5).

Para facilitar o preenchimento do instrumento de coleta e análise de dados desenvolveu-se um formulário eletrônico no ambiente *Web*², enviado por *e-mail* às empresas pesquisadas. Com o objetivo de facilitar o envio de respostas, por parte dos sujeitos de pesquisa, duas opções foram elaboradas: 1) conectar-se à rede Internet e responder o formulário eletrônico *online* no site do Grupo de Pesquisa, ou 2) fazer *download* do formulário eletrônico e responder no próprio computador, enviando-o posteriormente para o *e-mail*³ criado especificamente para o projeto de pesquisa.

Quadro 5. Amostra.

Tipo de Empresa	População	% dos Estratos	Amostra
Micro	108	10%	28
Pequena	193	18%	51
Média	668	62%	175
Grande	108	10%	28
Total	1077	–	282

Nível de significância = 5%

Erro amostral = 5%

² URL: <http://www.i-site.uel.br>

³ E-mail: ic-uel@uel.br

Além disso, desenvolveu-se um aplicativo com o objetivo de agilizar a armazenagem dos dados coletados em campo, ou seja, preenchidos *online* ou recebidos por *e-mail*. O banco de dados resultante está armazenado no servidor da Universidade, visando-se tanto a sua segurança, como a facilitação do acesso aos dados pelos membros do Grupo de Pesquisa.

Efetou-se um pré-teste, com seis organizações sorteadas do total de empresas que possuem *e-mail*, com o fim de averiguar a consistência e clareza das questões do instrumento de coleta de dados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados será realizada, conforme explicado anteriormente, utilizando-se a análise de conteúdo, mais especificamente, duas técnicas de análise: a análise léxica e a análise categorial.

Para entender os procedimentos metodológicos de análise de dados, é necessário compreender o que o Grupo de Pesquisa entende por processo de inteligência competitiva organizacional:

processo que investiga o ambiente onde a empresa está inserida, com o propósito de descobrir oportunidades e reduzir os riscos, bem como diagnosticar o ambiente interno organizacional, visando o estabelecimento de estratégias de ação a curto, médio e longo prazo [...] fundamental à organização sob vários aspectos, como por exemplo, para as pessoas desenvolverem suas atividades profissionais, para as unidades de trabalho planejarem suas ações táticas e operacionais, para os setores estratégicos definirem suas estratégias de ação, visando o mercado, a competitividade e a

globalização [...] (VALENTIM et al., 2003, p.1).

O projeto, conforme já foi mencionado, estabeleceu diferentes objetivos para esta pesquisa, fato que influenciou no surgimento de subprojetos de pesquisa. Os subprojetos constituíram-se, então, em categorias essenciais para a compreensão do processo de inteligência competitiva; isto é, para compreender o processo de IC, é necessário compreender esses fenômenos que são inerentes ao processo.

Portanto, as categorias que nortearam a pesquisa, bem como o estabelecimento das subcategorias de análise, foram as seguintes: Cultura e Clima Organizacional; Comunicação Informacional; Prospecção e Monitoramento Informacional; Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Inovação e Redes; Tecnologias de Informação; Atores do Processo de Inteligência Competitiva Organizacional; Terminologia da área.

Os procedimentos metodológicos para a coleta e análise dos dados estão representados na Figura 2:

O processo de coleta e análise de dados, em sua fase inicial, partiu dos objetivos do projeto de pesquisa, que foram a base para a construção do primeiro instrumento de coleta de dados, neste caso o questionário. Nessa fase, foi importante observarem-se as possíveis técnicas da análise de conteúdo. Feito isso, houve que constituir o *corpus* central, no qual se apoiou a análise de dados, etapa posterior à coleta de dados. A constituição do *corpus* realizou-se a partir da leitura e análise da literatura selecionada, permitindo criar inferências em relação ao objeto e ao seu entorno.

A segunda fase do processo de coleta e análise de dados teve como objetivo construir o segundo instrumento de coleta de dados, a entrevista; para tanto, partiu-se das subcategorias essenciais, definidas na etapa anterior, às quais se somaram as inferências do

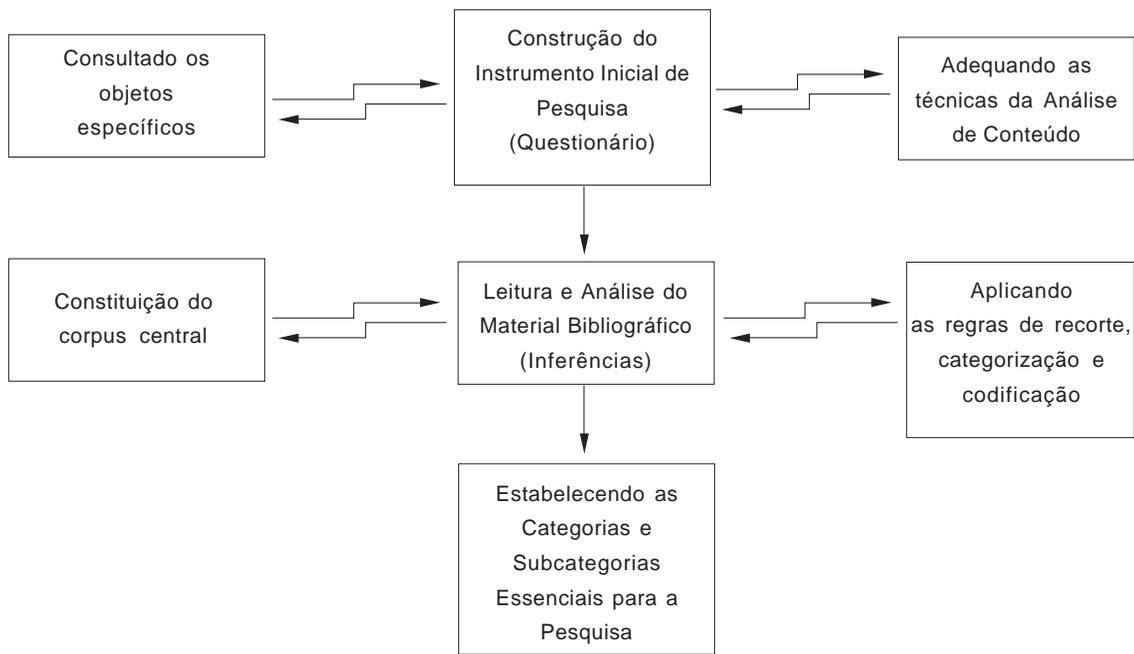


Figura 2. Processo de coleta e análise dos dados – Fase inicial.

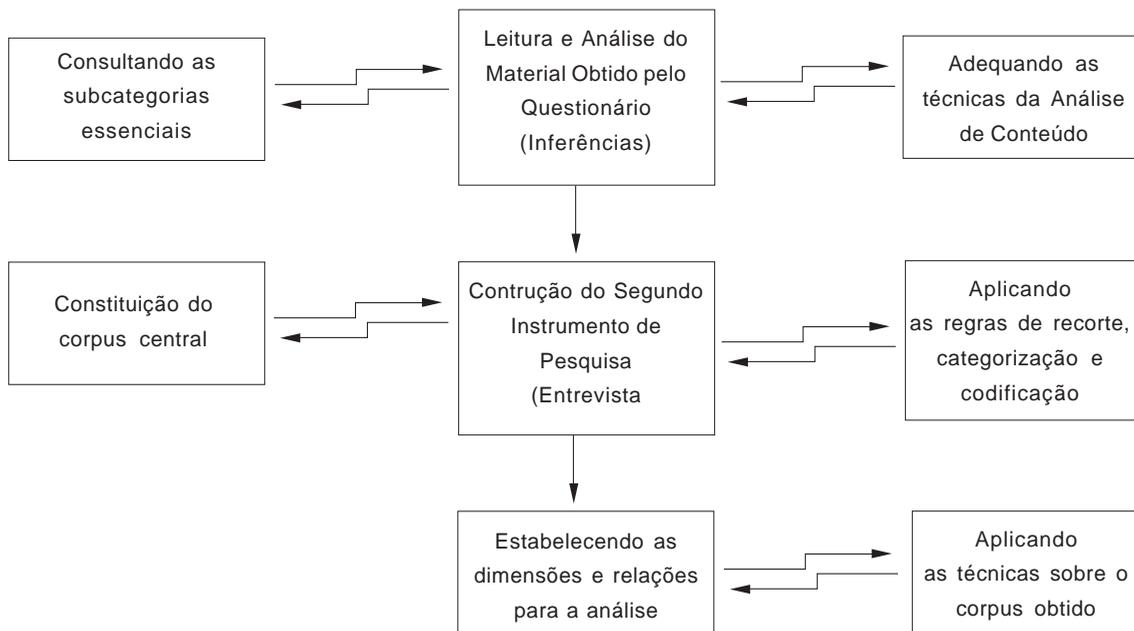


Figura 3. Processo de coleta e análise dos dados – Fase intermediária.

pesquisador referentes ao objeto de pesquisa (Figura 3). Tais inferências foram fundamentais para a construção dos tópicos de entrevista, pois, foi a partir delas que se estabeleceram as dimensões e relações para a análise, cujos resultados possibilitaram a construção de um novo *corpus* teórico.

A terceira e última fase do processo de coleta e análise de dados parte do *corpus* teórico construído, para realizar a interpretação da análise (Figura 4). Novas inferências, poderão então ser feitas pelo pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, mesmo que não tenham sido previstas. No entanto, as interpretações estarão apoiadas em provas de validação, isto é, na própria literatura de especialidade e nas práticas observadas no ambiente organizacional. Isto porque, nesta fase, a interpretação é essencial, mas deve relacionar-se claramente ao *corpus* existente, de modo a ser validada pela comu-

nidade científica da área. Finalmente, chega-se à fase de sistematizar os resultados com objetivos teóricos, buscando a construção de conhecimento científico em inteligência competitiva.

As informações serão analisadas separadamente, o que subsidiará o estudo das categorias e subcategorias elencadas e, posteriormente, serão examinadas tendo por base o imbricamento entre os diferentes módulos que compõem o instrumento de coleta de dados. Por último, as informações serão analisadas a partir do conjunto obtido, o que possibilitará visualizar-se com maior propriedade as categorias de estudo.

CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL

A cultura corporativa é um dos processos organizacionais responsáveis pela representação

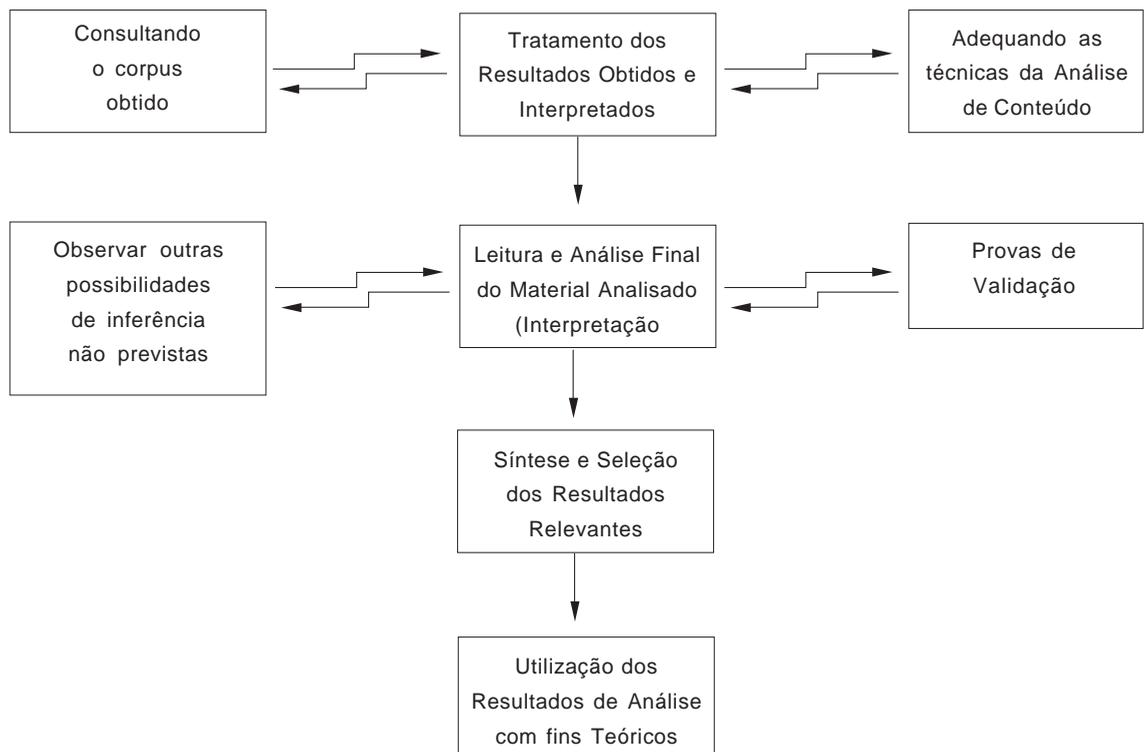


Figura 4. Processo de coleta e análise dos dados – Fase final.

da realidade organizacional; isto é, a cultura corporativa é formada por processos e elementos, num complexo de aquisição, confronto e mudança, que envolve o não-inato dos indivíduos e o inato organizacional. Portanto, é uma construção subjetiva que interfere no pensar e agir coletivos. Tal cultura começa com a criação da organização e se perpetua com a inclusão de novos indivíduos.

A cultura organizacional voltada ao processo de IC é um processo de construção da realidade coletiva, conduzido por um líder, o qual define tanto os melhores elementos e processos culturais, como os comportamentos inerentes ao clima organizacional, visando motivar os indivíduos por meio de relações de compartilhamento de informações, conhecimento, experiência e condutas, a fim de atingir o objetivo organizacional.

Essa cultura é, portanto, um fenômeno que depende de processos organizacionais tais como: socialização, comunicação, padronização, liderança e motivação – processos utilizados para compartilhar-se e construir-se um sistema de significados públicos, no interior do qual, conforme o **contexto**, cria-se, modifica-se e abdica-se de determinados elementos culturais. Essa dinâmica ocorre entre os indivíduos e o coletivo, ou seja, é um fenômeno que acontece no transcorrer do tempo em que a cultura é produzida, ao mesmo tempo que produz indivíduos e coletividade. Para a inteligência competitiva, a cultura organizacional está em constante mutação em sua relação com o meio e com as estratégias competitivas que estão baseadas neste mesmo meio.

Procurou-se evitar a abordagem criticada por Geertz (1989), aquela em que busca-se o aprofundamento, mediante o isolamento de elementos e pontos de maior interesse, bem como estabelecendo-se articulações entre eles, estendendo-se para o restante da cultura a caracterização generalizada e superficial de um sistema lógico localizado na análise destes

pontos considerados relevantes. Entretanto, em face da complexidade e subjetividade das organizações, o instrumento de coleta de dados escolhido para esta pesquisa, mais especificamente, o módulo voltado à cultura e clima organizacional, pode parecer demasiado compacto, e até insuficiente para uma análise minuciosa e densa. No entanto, é importante mencionar que este módulo constituirá apenas a primeira fase de coleta de dados. A sistematização proposta, em módulos, deve-se ao fato de a cultura e o clima organizacional constituírem apenas alguns dos aspectos que serão explorados pelo instrumento de coleta de dados, o qual contempla também outros aspectos, tão relevantes quanto aqueles, e ligados ao processo de inteligência competitiva. Por esse motivo, outras informações e sua posterior análise complementarão o escopo voltado à cultura e clima organizacional, devido à sua estreita relação com os demais temas do projeto.

O termo cultura é de difícil consenso nas áreas correlatas de estudo, que apresentam diversas definições e descrições de tipos de estruturas e elementos. Torna-se, pois, trabalhoso categorizar uma cultura, devido à intensa dinâmica de seus elementos e à falta de um único conceito. Uma consideração relevante foi identificada por Geertz (1989) em um texto da área de Antropologia Social, referindo-se ao *consensus gentium*; este conceito apóia-se na vertente da literatura que, tratando de definir uma determinada cultura, aponta para a existência de elementos iguais, com as mesmas funções e com idênticos significados, que constituem as invariáveis, os elementos de consenso cultural para todas e quaisquer das subculturas com os quais, entretanto, em qualquer subcultura, co-existem os elementos variáveis próprios dessa subcultura.

Com base nesta vertente, entendendo-se que existem elementos culturais similares nas organizações, foram definidas subcategorias genéricas para o módulo. Assim sendo, decidiu-

-se que as subcategorias deveriam contemplar os níveis organizacionais mais citados na literatura sobre cultura organizacional, clima e temas relacionados. Estabeleceram-se então, como níveis, o individual, o gerencial e o coletivo (ambiente organizacional), a partir dos quais definiram-se as subcategorias: 1) liderança; 2) ambiente organizacional; 3) valores da organização e 4) valores comportamentais dos indivíduos.

A subcategoria referente à **liderança** foi avaliada como indispensável, segundo demonstram Smircich e Morgan (1997), por serem seus agentes, os líderes, não só os, *intermediadores* junto aos demais indivíduos, mas também os criadores dos fatores de satisfação e os determinadores dos objetivos organizacionais. Além disso, segundo Schein (2001), o líder, detentor de poder, apresenta a função de influenciador direto sobre o grupo e sobre a mudança na subcultura. Busca-se observar as características essenciais do líder: consciência da importância do compartilhamento de informação e do incentivo a esse compartilhamento; postura voltada ao aprendizado contínuo e à orientação e educação dos indivíduos, de forma a estimulá-los a atuarem coletivamente sobre valores organizacionais e comportamentais predefinidos, com vistas ao processo de inteligência competitiva.

Em autores como Srour (1998) e Luz (2001), nos tópicos de suas pesquisas que tratam dos modelos de estudos sobre clima organizacional, verifica-se que o clima organizacional também pode ser considerado essencial como subcategoria para o módulo. Percebeu-se ser imprescindível para essa questão do clima, ao se abordar o ambiente organizacional, detectar qual o posicionamento assumido pelos indivíduos e pelos grupos quanto à interação e ao nível de relacionamento satisfatório, pois estes é que tornam viável o compartilhamento de informação e de conhecimento. Portanto, fica implícita na questão a importância da liberdade,

ou das barreiras, com que os indivíduos se deparam quando necessitam tomar decisões e/ou dar maior velocidade ao processo de I.C. Ademais, procurou-se saber se a organização propicia motivação e incentivos à pró-atividade dos indivíduos.

Como terceira subcategoria estabeleceu-se discutir a base de valores sobre os quais a organização se sustenta. Na vertente teórica de autores como Terra (2001), Tamayo e Gondim (1996), os valores organizacionais apresentam-se como formas de controle do comportamento, auxiliando e orientando a interpretação de acontecimentos da vida organizacional. Assim, pressupõe-se que os valores organizacionais forneçam o mínimo de estrutura para o desenvolvimento das metas organizacionais e, portanto, do processo de inteligência competitiva.

A subcategoria que trata do comportamento individual foi considerada importante por ser determinante para o estabelecimento de valores voltados para o comportamento informacional, o qual, segundo Davenport (1998), é essencial para os indivíduos aprenderem a trabalhar com informação e conhecimento, tão necessários à inteligência competitiva. Existe a necessidade de um mínimo de coerência entre os comportamentos individuais e grupais, para que se possa efetivar o ajuste do indivíduo com a identidade organizacional. Nesta subcategoria, não se propõe analisar o comportamento do indivíduo propriamente, mas os valores organizacionais que visam controlá-lo e direcioná-lo para a cultura da mudança, do apoio organizacional e do compartilhamento informacional, por meio do comprometimento, da aprendizagem, da abertura ao diálogo e da criatividade.

Supõe-se ainda, para a análise, que os indivíduos, além de possuir verdades e valores próprios, também possam compartilhar dos valores organizacionais, não existindo uma resistência suficiente que impeça a absorção, o aprendizado e a prática dos valores comuns do ambiente no qual a pessoa está imersa.

As informações coletadas do módulo poderão auxiliar na definição de uma estrutura cultural, compatível e comum, compartilhada pelas organizações que utilizam o processo de inteligência competitiva. Também poderá ser verificada a hipótese colocada, e refletida no módulo sob a forma de subcategorias, segundo a qual fatores tais como a liderança, o clima, os valores organizacionais e os valores responsáveis pelo comportamento do indivíduo, são essenciais

para o processo de inteligência competitiva, e se desenvolvem, não de maneira unitária, mas por meio da conjunção desses fatores e dos demais aspectos do módulo, aparentemente não relacionados ao tema. Esta síntese, composta pela relação entre os aspectos do módulo, possibilitará compreender a organização como um sistema complexo, cuja análise será conjectural.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, G.L.; LAMONT, B.T. Knowledge management systems and developing sustainable competitive advantage. *Journal of Knowledge Management*, v.7, n.2, p.142-154, 2003.
- ALBERTIN, A.L. Valor estratégico de projetos de tecnologia de informação. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.41, n.3, p.42-50, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, c1977. 226p.
- BERNARDES, R.; ALMEIDA, E.S. Nova função empresarial na coordenação de redes de inovação. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.5, p.86-120, 1999.
- CERVANTES, B.M.N. *Contribuição para a terminologia do processo de inteligência competitiva: estudo teórico e metodológico*. Marília, 2004. 183f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.
- CHOO, C.W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2003. 425p.
- CINTRA, A.M.M. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. 2.ed. São Paulo: Polis, 2002. 92p. (Coleção Palavra-Chave, 4).
- CORREIA, A.M.R.; SARMENTO, A. Gestão do conhecimento: competências para inovação e competitividade. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO (APSIOT). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 27-28 Mar. 2003. Disponível em: <http://www.isegi.unl.pt/ensino/docentes/acorreia/preprint/APSIOT_Correia_Sarmento.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2003.
- DAVENPORT, T.H. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1998. 316p.
- DEMANTOVA NETO, C.; LONGO, R.M. A gestão do conhecimento e a inovação tecnológica. *Transinformação*, Campinas, v.13, n.2, p.93-110, 2001.
- DOSI, G. et al. *Technical change and economic theory*. London: Printer Publishers, 1988.
- FREITAS, H.M.R.; LESCA, H. Competitividade empresarial na era da informação. *Revista de Administração*, São Paulo, v.27, n.3, p.92-102, 1992.
- FREITAS, H.; MOSCAROLA, J. *Análise de dados quantitativos e qualitativos: casos aplicados usando o Sphinx*. Porto Alegre: Sphinx, 2000. 176p.
- FREITAS, H.; JANISSEK, R. *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sphinx, 2000. 176p.
- GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. Studying online social networks. *JMC – Journal of Computer-Mediated Communication*, v.3, n.1, Jun. 1997. Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html>>. Acesso em: 21 jun. 2003.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213p.
- GOMES, H.E. *Manual de elaboração de tesouros monolíngües*. Brasília: CNPq/PNBU, 1990.
- GOMES, E.; BRAGA, F. *Inteligência competitiva: como transformar informação em um negócio lucrativo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 128p.

- GUINCHAT, C.; MENO, M. As linguagens documentais. In: GUINCHAT, C.; MENO, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1994. p.131-165.
- HAVEHGA, J.; BOTHA, D. Developing competitive intelligence in the knowledge-based organization. In: SOUTHERN AFRICA ONLINE INFORMATION MEETING, 7. Jun. 2003. Available from: <<http://www.saoug.org.za/archive/2003/0312a.pdf>>. Access: 20 Jan. 2004.
- INTERNATIONAL Standardization Organization 1087. *Terminology: vocabulary*. Geneve: ISO, 2000.
- INTERNATIONAL Standardization Organization 2788. *Guidelines to the establishment and development of monolingual thesauri*. Geneve: ISO, 1986.
- JOHNSON, B.; LUNDEVALL, B.-A. Promoting innovation systems as a response to the globalizing learning economy. In: CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.druid.dk/summer2000/Gallery/nyjohnson_&lundvall.pdf>. Acesso em: 13 out. 2003.
- KING, D.W.; TENOPIR, C. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. *Ciência da Informação*, Brasília, v.27, n.2, p.176-182, 1998.
- KRIEGER, M.G. A face lingüística da terminologia. In: TEMAS de Terminologia. São Paulo: Humanitas/FFLSH-USP, 2001. p.22-33.
- KRIEGER, M.G.; FINATTO, M.J.B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KROG, G.V.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. *Facilitando a criação de conhecimento: reinventando a empresa com o poder da inovação contínua*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 350p.
- KRÜCKEN-PEREIRA, L.; DEBIASI, F.; ABREU, A.F. Inovação tecnológica e inteligência competitiva: um processo interativo. *READ – Revista Eletrônica de Administração*, v.7, n.3, 2001. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read21/artigo/artigo5.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2002.
- LUZ, J.P. *Metodologia para análise de clima organizacional: um estudo de caso para o Banco do Estado de Santa Catarina*. 2001. 213f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MAÇADA, A.C.G.; BECKER, J.L. O impacto da TI na estratégia dos bancos. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.41, n.4, p.87-97, 2001.
- MOLINA, J.L. La ciencia de las redes. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*, n.11, p.36-42, 2004. disponible en: <http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/public_archivos/ciencia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2004.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. 9.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358p.
- PALOP, F.; VICENTE, J.M. *Vigilancia tecnológica e inteligencia competitiva: su potencial para la empresa española*. Madrid: COTEC, 1999. 107p. Disponível em: <www.innovarium.com/Innovacion/innovacion%20tecnologia.htm>. Acesso em: 07 fev. 2002.
- PONJUÁN DANTE, G. *Gestión de información en las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones*. Santiago: CECAPI, 1998. 222p.
- REZENDE, D.A.; PEREIRA, R. Sistemas de Conhecimentos gerados pelos recursos da Tecnologia da Informação. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO, 5., 2002, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ISKM2002, 2002.
- RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.
- SANTOS, R.N.M. *Métodos e ferramentas para gestão de inteligência e do conhecimento*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/200104mg/art05raimundo.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2001.
- SCHEIN, E.H. *Guia de sobrevivência da cultura corporativa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 191p.
- SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. [S.l.]: Victor Civita, 1982.
- SMIRCICH, L.; MORGAN, G. Liderança: a administração do sentido. In: BERGAMINI, C. W.; CODA, R. *Psicodinâmica da vida organizacional: motivação e liderança*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997. p.205-230.

SROUR, R.H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. 10.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 337p.

TAMAYO, Á.; GONDIM, M.G.C. Escala de valores organizacionais. *Revista de Administração*, São Paulo, v.31, n.2, p.62-72, 1996.

TEIXEIRA FILHO, J. *Gerenciando conhecimento: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento de negócios*. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000. 191p.

TEIXEIRA FILHO, J. *Planejamento tecnológico para vantagem competitiva*. Disponível em: <<http://www.informal.com.br/artigos/art020.htm>, 2001>. Acesso em: 10 abr. 2001.

TERRA, J.C.C. *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial*. São Paulo: Negócio Editora, 2000. 283p.

VALENTIM, M.L.P. *Comunicação organizacional no processo de inteligência competitiva*. Londrina: Infohome, 2003. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunaicgc_mv_1203.html>. Acesso em: 18 dez. 2003.

VALENTIM, M.L.P. *Comunicação organizacional no processo de inteligência competitiva (2)*. Londrina: Infohome, 2004. 2p. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunaicgc_mv_0104.html>. Acesso em: 18 jan. 2004.

VALENTIM, M.L.P. *Cultura organizacional e gestão do conhecimento*. InfoHome, Londrina, 2003. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunaicgc_mv_0303.html>. Acesso em: 29 set. 2004.

VALENTIM, M.L.P. Equipes multidisciplinares na gestão da informação e do conhecimento. In: BAPTISTA, S.G.; MUELLER, S.P.M. (Org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004. p.154-176. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

VALENTIM, M.L.P. et al. O processo de inteligência competitiva em organizações. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.1-23, 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun03/Art_03.htm>. Acesso em: 3 jul. 2003.

VALENTIM, M.L.P.; MOLINA, L.G. Prospecção e monitoramento informacional no processo de inteligência competitiva. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, número especial, 2004. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/sumario.htm>> Acesso em: 14 set. 2004.

VARGAS, L.M.; SOUZA, R.F. O ator de inteligência competitiva (IC) nas empresas: habilidades profissionais e exigências do mercado. *Read – Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v.7, n.6, 2001. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read24/artigos/artigo5.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2002.

ANEXO 1 – Parte 1

Análise de Conteúdo	Linguística	Semântica	Sócio-Linguística	Lexicologia	Estatística linguística	Análise do Discurso	Análise Documental
Objeto é a palavra, o aspecto individual e atual da linguagem	Objetivo é a língua, isto é, o aspecto coletivo e virtual da linguagem	É o estudo do sentido das unidades linguísticas, funcionando, portanto, com o material principal da análise de conteúdo: os significados	Movimenta-se da língua para as palavras, de modo a estabelecer uma maneira sistemática (covariâncias) entre estruturas linguísticas e sociais		Aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário	Trabalha, tal como a análise de conteúdo, com unidades linguísticas superiores à frase (enunciada)	Definição – uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência
Trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis	Trabalha numa língua teórica. O seu papel resume-se à descrição das regras de funcionamento da língua, para além das variações individuais ou sociais tratadas			Aproxima-se da análise de conteúdo por funcionar com unidades de significações simples (a palavra) e por remeter para a classificação e contabilização por menorizadas de frequência	Aproxima-se da análise de conteúdo por funcionar com unidades de significações simples (a palavra) e por remeter para as classificações e contabilização por menorizadas de frequência	Seu objetivo revela a mesma dimensão que o objetivo puramente de qual ele deriva por extensão – formular as regras de encadeamento das frases, quer dizer, ao fim e ao cabo descrever as unidades (as macro-unidades) que são os enunciados) e a sua distribuição	Enquanto tratamento da formação contida nos documentos acumulados, tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação
	Pela Psicolinguística e pela Sociolinguística						O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o Máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)

ANEXO 2 – Parte 2

Análise de Conteúdo	Linguística	Semântica	Sócio-Linguística	Lexicologia	Estatística linguística	Análise do Discurso	Análise Documental
Tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributivo das partes observáveis	Estabelece o manual do jogo da língua						É uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados
Toma em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas (índices formais de análise de co-ocorrência)	Apenas se preocupa das formas e da sua distribuição						Permite passar de um documento primário (bruto), para um documento secundário (representação do primário)
Procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. É uma busca de outras realidades através das mensagens	Estuda a língua para descrever o seu funcionamento						
Visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares			Está próxima da análise de conteúdo na medida em que deixa a esfera "dessocializada" da linguística e tenta descrever correspondências entre características de linguagem e grupos sociais				
Trabalha com mensagens (comunicação)							
Uma das técnicas de análise de conteúdo é a análise categorial temática							
Objetivo – é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os Indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não da mensagem							Trabalha com documentos Faz-se principalmente por classificação- indexação Objetivo – é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Transinformação é um periódico especializado, aberto a contribuições da comunidade científica nacional e internacional e distribuído à leitores do Brasil e de vários outros países. Os trabalhos submetidos são arbitrados por pelo menos dois revisores pertencentes ao quadro de colaboradores da Revista, em procedimento sigiloso quanto à identidade tanto do(s) autor(es) quanto dos revisores. Os autores são responsáveis pelas informações contidas nos trabalhos, bem como pela devida permissão ao uso de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes.

A Transinformação publica trabalhos inéditos que contribuam para o estudo e o desenvolvimento científico nas áreas da Ciência da Informação, Biblioteconomia e correlatos nas seguintes categorias:

Artigos: contribuições destinadas a divulgar resultados de pesquisa inédita.

Revisão: síntese crítica de conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação de bibliografia pertinente.

Ensaio: trabalhos que possam trazer uma reflexão e discutir determinado assunto que gere questionamentos e permita elaborar hipóteses para futuras pesquisas (apenas sob convite).

Debate: artigo teórico que se faz acompanhar de cartas críticas assinadas por autores de diferentes instituições de 3 a 5 especialistas, convidados pelo Editor, seguidas de respostas a do artigo principal (o interessado em submeter um manuscrito para esta seção deve consultar previamente o Editor).

Comunicação: relatos breves sobre tema relevante da atualidade.

Informações sobre pesquisa em andamento: informações sucintas de pesquisas realizadas (dissertações, teses e outros documentos).

Publica também traduções autorizadas pelo detentor dos direitos de reprodução.

Submissão de trabalhos. São aceitos trabalhos acompanhados de carta assinada por todos os autores, com descrição do tipo de trabalho, declaração

de que o trabalho está sendo submetido apenas à Revista Transinformação e de concordância com a cessão de direitos autorais. Caso haja utilização de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. A carta deve indicar o nome, endereço, números de telefone e fax do autor para o qual a correspondência deve ser enviada.

Apresentação do manuscrito. Enviar os manuscritos para a Secretaria da Revista em três cópias, preparados em espaço duplo, com fonte *Times New Roman* tamanho 12 e limite máximo de 25 páginas para **Artigos** ou de **Revisão**, 1 página para **Informações sobre pesquisa em andamento**, 10-15 páginas para **Comunicação** e **Ensaio** e 20 páginas para **Debates** (este sob convite). Todas as páginas devem ser numeradas a partir da página de identificação. Para esclarecimento de eventuais dúvidas quanto a forma, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos em português, espanhol, inglês ou francês, com título, resumo e palavras-chave no idioma original e em inglês. As referências bibliográficas estão limitadas em torno de 30 para artigos e 50 para artigos de revisão. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5', empregando editor de texto MS *Word* versão 6.0 ou superior.

Página de título. Deve conter o título, nome de todos os autores por extenso, indicando a filiação institucional de cada um, e o autor para o qual a correspondência deve ser enviada, com endereço completo. Destacar no mínimo três e no máximo seis palavras-chave. Preparar um *short-title* com até 40 toques (incluindo espaços), ambos em português (ou espanhol) e inglês.

Resumo. Todos os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo no idioma original e em inglês, com um mínimo de 150 palavras e máximo de 250 palavras. Os artigos submetidos em inglês

deverão vir acompanhados de resumo em português, além do *abstract* em inglês. O formato dos resumos deve ser o narrativo, destacando objetivos, métodos básicos adotados informando local, população e amostragem da pesquisa, resultados e conclusões mais relevantes, considerando os objetivos do trabalho, e indicar formas de continuidade do estudo. Não deve conter citações e abreviaturas.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Revisão, Comunicação ou Ensaio, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal para trabalhos científicos:

Introdução: deve conter revisão da literatura atualizada e pertinente ao tema, adequada à apresentação do problema e que destaque sua relevância, não deve ser extensa, a não ser em manuscritos submetidos como Artigo de Revisão. **Metodologia:** deve conter descrição clara e sucinta, acompanhada da correspondente citação bibliográfica, dos seguintes itens:

- procedimentos adotados;
- universo e amostra;
- instrumentos de medida e, se aplicável, método de validação;
- tratamento estatístico.

Resultados: sempre que possível, os resultados devem ser apresentados em tabelas ou figuras, elaboradas de forma a serem auto-explicativas, e com análise estatística. Evitar repetir dados no texto. Tabelas, quadros e figuras devem ser limitadas a 5 no conjunto e numeradas consecutiva e independentemente, com algarismos arábicos de acordo com a ordem de menção dos dados, e devem vir em folhas individuais e separadas, com indicação de sua localização no texto (NBR 12256/1992). A cada um deve-se atribuir um título breve. Os Quadros terão as bordas laterais abertas. O autor responsabiliza-se pela qualidade das Figuras (desenhos, ilustrações e gráficos) que devem permitir redução sem perda de definição, para os tamanhos de uma ou duas colunas (7 e 15 cm, respectivamente). Sugere-se nanquim ou impressão de alta qualidade. **Discussão:** Deve explorar adequada e objetivamente os resultados, discutidos à luz de outras observações já registradas na literatura. **Conclusão:** apresentar as conclusões relevantes, considerando os objetivos do trabalho, e indicar formas de continuidade do estudo. Se incluídas na seção *Discussão*, não devem ser repetidas.

Agradecimentos: podem ser registrados agradecimentos, em parágrafo não superior a três linhas, dirigidos à instituições ou indivíduos que prestaram efetiva colaboração para o trabalho.

Referências de acordo com a NBR-6023/2002

Devem ser ordenadas alfabeticamente e normalizadas de acordo com a NBR-6023/2002. Os títulos dos periódicos devem ser referidos por extenso. Publicações com mais de dois autores citam-se todos.

Citações bibliográficas no texto: devem constar da lista de referências. Citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como em Gonçalves (2003); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por e, como em Santos e Martins (2003) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e do ano da publicação, como em Oliveira *et al.* (2003). Demais formas de citações consultar a ABNT-NBR-10520/2002.

Quando houver referências com autores e datas coincidentes, usa-se o título da obra ou artigo para ordenação e acrescenta-se letra minúscula do alfabeto após a data, sem espaçamento.

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.

Exemplos

Livros

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Madrid: Tecnos, 2002.

Capítulos de livros

MARQUES DOS SANTOS, A.C. Linguagem, memória e história: o enunciado nacional. In: Ferreira, L.M.A.; ORRICO, E.G.D. (Org.). *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p.13-51

Artigos de periódicos

SALE, J.E.M.; LOHFELD, L.H.; BRASIL, K. Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-methods research. *Quality and Quantity*, v.36, n.1, p.43-53, 2002.

Para outros exemplos recomendamos consultar as normas da ABNT-NBR-6023/2002.

Anexos e Apêndices: incluir apenas quando imprescindíveis à compreensão do texto. Caberá ao Comitê Editorial julgar a necessidade de sua publicação.

Abreviaturas e Siglas: deverão ser utilizadas de forma padronizada, restringindo-se apenas àquelas usadas convencionalmente ou sancionadas pelo uso, acompanhadas do significado por extenso quando da primeira citação no texto. Não devem ser usadas no título e no resumo.

LISTA DE CHECAGEM
(Enviar preenchida com o original)

- Declaração de responsabilidade e transferência de Direitos Autorais assinada por cada autor
- Enviar ao editor três vias do manuscrito (1 original e 2 cópias)
- Incluir título do manuscrito, em português e inglês
- Verificar se o texto, incluindo resumos, tabelas e referências está reproduzido com letras *Times New Roman*, corpo 12 e espaço duplo, e margens de 3cm
- Incluir título abreviado (*short-title*) com 40 caracteres, para fins de legenda em todas as páginas impressas
- Incluir resumos português, inglês, ou em espanhol nos casos em que se aplique, com um mínimo de 150 palavras e máximo de 250 palavras, com palavras-chave
- Legenda das figuras e tabelas
- Página de rosto com as informações solicitadas
- Incluir nome de agências financiadoras e o número do processo
- Indicar se o artigo é baseado em tese/dissertação, colocando o título, o nome da instituição, ano de defesa e número de páginas
- Verificar se as referências estão normatizadas de acordo com a norma da ABNT-NBR-6023/2002, ordenadas alfabeticamente e se todas estão citadas no texto
- Incluir permissão de editores para reprodução de figuras ou tabelas publicadas

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

Cada autor deve ler e assinar os documentos (1) Declaração de Responsabilidade e (2) Transferência de Direitos Autorais.

Primeiro autor:

Autor responsável pelas negociações:

Título do manuscrito:

1. Declaração de responsabilidade: Todas as pessoas relacionadas como autores devem assinar declarações de responsabilidade nos termos abaixo:

– certifico que participei da concepção do trabalho para tornar pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo, que não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo;

– certifico que o manuscrito é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra Revista e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Transinformação, quer seja no formato impresso ou no eletrônico, exceto o descrito em anexo.

2. Transferência de Direitos Autorais: “Declaro que em caso de aceitação do artigo a Transinformação passa a ter os direitos autorais a ele referentes, que se tornarão propriedade exclusiva da Transinformação, vedado qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à Revista”.

Assinatura do(s) autor(es) Data ____ / ____ / ____ .

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)

Grão-Chanceler: Dom Bruno Gamberini

Reitor: Pe. José Benedito de Almeida David

Vice-Reitor: Pe. Wilson Denadai

Pró-Reitoria de Graduação: Prof. Marco Antonio Carnio

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários: Profa. Dra. Carmen Cecília de Campos Lavras

Pró-Reitoria de Administração: Prof. Antonio Sergio Cella

Diretora do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas: Profa. Marina de Macedo Arruda

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi

Transinformação

Com capa impressa no papel supremo 250g/m²
e miolo no papel couchê fosco 90g/m²

Capa / Cover

Érica Cristina Anderson
José Augusto Polizello
Patrícia Gianfrancisco Dizaró

Editoração eletrônica / DTP

Beccari Propaganda e Marketing
E-mail: editora@beccari.com.br

Impressão / Printing

Gráfica Editora Modelo Ltda

Tiragem / Edition

1200

Distribuição / Distribution

Sistema de Bibliotecas e Informação da
PUC-Campinas - Serviço de Publicação,
Divulgação e Intercâmbio

EDITORIAL / EDITORIAL

- 99 **Reflexões e conceitos na produção do conhecimento**
Raimundo Nonato Macedo dos Santos, Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- 101 **Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade**
Approaches to epistemology: Bachelard, Morin and the epistemology of complexity
Marivalde Moacir Francelin
- 111 **Informação e conhecimento na era digital**
Information and knowledge in the digital age
Angela Maria Barreto
- 123 **Profissional da informação: um conceito em construção**
The information professional: a concept under construction
Mônica de Fátima Loureiro, Paulo de Martino Jannuzzi
- 153 **Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar**
Scientific production on subject treatment of information in Library Schools' programs of Mercosul: a preliminary analysis
Jane Coelho Danuello, José Augusto Chaves Guimarães
- 169 **Produção científica dos docentes da Universidade Federal da Bahia da área de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1995-1999**
Analysis of the professors' scientific production in the field of Philosophy and Humanities at the Federal University of Bahia (Brazil), during 1995-1999
Raymundo das Neves Machado, Rodrigo França Meirelles
- 181 **Pesquisa em inteligência competitiva organizacional: utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados – Parte I**
Research in organizational competitive: Intelligence using content analysis for the data collection and analysis – Part I
Marta Lígia Pomim Valentim, Adriana Rosecler Alcará, Brígida Maria Nogueira Cervantes, Elizabeth Leão de Carvalho, Héliete Dominguez Garcia, José Carlos Dalmas, Letícia Gorri Molina, Lívia Aparecida Ferreira Lenzi, Maria Elisabete Catarino, Maria Inês Tomaél